**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Dayanna Louise Leandro dos Santos

**“SOBREVIVI PARA CONTAR”:
EXPERIÊNCIAS ESCOLARES TRANSGÊNERAS
NA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI)**

Recife
2019

Dayanna Louise Leandro dos Santos

**“SOBREVIVI PARA CONTAR”:
EXPERIÊNCIAS ESCOLARES TRANSGÊNERAS
NA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, na linha de pesquisa “Subjetividades coletivas, movimentos sociais e educação popular”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Anna Luiza Araújo Ramos Martins de Oliveira.

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Natália Nascimento, CRB-4/1743

S237s Santos, Dayanna Louise Leandro dos.
“Sobrevivi para contar”: experiências escolares transgeneras na educação de jovens, adultos e idosos (EJAI). / Dayanna Louise dos Santos. – Recife, 2019.

150 f.:il.

Orientadora: Anna Luiza Araújo Ramos Martins de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2019.
Inclui Referências e Apêndices.

1. Educação de Jovens, Adultos e Idosos. 2. Corpo - Narrativas. 3. Transgeneridade. 4. Educação - Vivências Escolares. 5. UFPE - Pós-graduação. I. Oliveira, Anna Luiza Araújo Ramos Martins de. (Orientadora). II. Título.

370 (23. ed.)

UFPE (CE2022-008)

DAYANNA LOUISE LEANDRO DOS SANTOS

**“SOBREVIVI PARA CONTAR” EXPERIÊNCIAS ESCOLARES
TRANSGÊNERAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E
IDOSOS (EJAI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, na linha de pesquisa “Subjetividades coletivas, movimentos sociais e educação popular”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: 30/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Anna Luiza Araújo Ramos Martins de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a Dr^a Regina Facchini (Examinadora Externa)
Universidade Estadual de Campinas

Prof^o Dr. Gustavo Gilson Souza de Oliveira (Examinador Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Recife
2019

aos corpos que tiveram o acesso, a permanência e a existência renegada nos espaços escolares e acadêmicos.

à transvestigeneridade que interrompeu o jantar de 41 anos do PPGEdu/UFPE e sentou à mesa para contar histórias de sobrevivência.

meu afeto, orgulho, dedicação e dedicatória.

ÀS VEZES ME VEJO COMO
GOSTARIA QUE ME VISSEM.

ÀS VEZES ME VEJO COMO
ACHO QUE ME VÊEM.

ÀS VEZES ME VEJO COMO
PROVAVELMENTE ESTOU.

ÀS VEZES ME VEJO COMO
O MARIO QUINTANA.

RESUMO

Compreendendo a instituição escolar enquanto espaço composto por sujeitos com múltiplas vivências das sexualidades e diferentes construções acerca das masculinidades e feminilidades, a presente pesquisa versa sobre os sentidos das experiências escolares transgêneras na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) da rede pública de Pernambuco, buscando identificar os dispositivos pedagógicos (de vigilância e/ou controle) que atravessam tais vivências, assim como as formas de agência desenvolvidas por estes sujeitos. O *corpus* da pesquisa é composto por doze entrevistas narrativas junto a estudantes transgêneros/as da rede pública de Pernambuco regularmente matriculados/as na modalidade EJAI potencializadas através de técnicas projetivas, a exemplo do autorretrato. Considerando o avanço do movimento reativo no cenário político brasileiro e dos incessantes golpes contra a laicidade do Estado, colocar em pauta as narrativas de corpos considerados dissidentes imersos em processo de escolarização é trazer à tona os conflitos em torno das disputas discursivas e das constituições destes sujeitos. Neste esforço teórico e analítico, destacamos a importância dos estudos propostos por Brah (2006), Butler (2000), Koyoma (2003), Preciado (2018), Jesus (2002), Lustosa (2016), Vergueiros (2014) ao questionar a essência dos sujeitos, as concepções de normatividade, o engessamento de experiências identitárias e a possibilidade de visualizar, analisar e contextualizar o campo geral em que estas identidades são construídas. Ao analisarmos as experiências escolares transgêneras, percebemos que as formas de agência apontam para as ambiguidades presentes nas relações sociais, afinal se os rastros homogeneizadores buscavam controlar e apagar determinadas existências também estimulam suas ações, não reduzindo o sujeito a vítima passional neste jogo de poder.

Palavras-chave: Corpo; Experiência Escolar; Transgeneridade; Narrativa.

ABSTRACT

Understanding the school institution as a space composed of subjects with multiple experiences of sexuality and different constructions about masculinity and femininity, the present research is about the meanings of transgender school experiences in the Education of Youth, Adults and Seniors (EJAI) of the public school of Pernambuco, seeking to identify the pedagogical devices (surveillance and / or control) that go through such experiences, as well as the forms of agency developed by these subjects. The research corpus is composed of twelve narrative interviews with transgender students from the public schools of Pernambuco regularly enrolled in the EJAI modality enhanced through projective techniques, such as self-portrait. Considering the advance of the reactive movement in the Brazilian political scenario and the incessant blows against the secularism of the State, putting into focus the narratives of bodies considered dissidents immersed in the schooling process is to bring to light the conflicts surrounding the discursive disputes and the constitutions of these subjects. In this theoretical and analytical effort, we highlight the importance of the studies proposed by Brah (2006), Butler (2000), Koyoma (2003), Preciado (2018), Jesus (2002), Lustosa (2016), Vergueiros (2014) in questioning the essence of the subjects, the conceptions of normativity, the cast of identity experiences and the possibility of visualizing, analyzing and contextualizing the general field in which these identities are constructed. When analyzing the transgender school experiences, we realize that the forms of agency point to the ambiguities present in social relations, after all if the homogenizing tracks sought to control and erase certain existences also stimulate their actions, not reducing the subject to the passionate victim in this power game.

Keywords: Body; School experience; Transgenerity; Narrative

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Entre as pernas.....	08
----------------------	----

CORPO FRAGMENTO

Pé de guerra.....	12
Peito aberto.....	14
Todo ouvidos.....	18
Das tripas coração.....	20
Nós na garganta.....	22
Frio na barriga.....	25
Borboletas no estômago.....	27
Dois dedos de prosa.....	28
Descruzando os braços.....	33

CORPO PLATAFORMA

“Sangue de barata”: Gênero, Sexualidades e Disputas.....	34
“Dar a Cara a tapa”: Da constituição cidadã ao PNDH-2.....	34
“Com unhas e dentes”: Educação e Sexualidades em tempos de Lulismo.....	40
“Pra arrancar os cabelos”: Ofensiva neoconservadora no Governo Dilma.....	48
“Passou a perna”: Qual o canto dos corpos em tempo de Temeridade?.....	56
“Armado até os dentes”: “Guerra” contra o “gênero” no governo Bolsonaro.....	59

CORPO BALBÚRDIA

“Mergulhar de cabeça” dentro de si.....	63
“Conhecer os/as sobreviventes como a “palma da mão”.....	64
“Água na boca”: Delícia e dor de ser o que é.....	93
“Olhos abertos”: mora uma história em cada estrada.....	103
“Meter o nariz” onde não é chamado/a?.....	112
“Mão na massa”.....	124

CONCLUSÕES FINAIS.....	132
------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
---------------------------------	-----

ANEXOS.....	146
-------------	-----

INTRODUÇÃO

ENTRE AS PERNAS

Escreva. Argumente. Defina. Cite. Articule. Fundamente. Justifique. Reflita. Apague. Reescreva. Um arsenal de comandos acompanha em teimosia o solitário e doloroso processo de elaboração textual, uma imensa (e necessária) vontade de fazer um estudo significativo, ainda que paradoxalmente faltem palavras. O pensamento acelerado entra em descompasso com a cautela na escrita: estabelecer diálogos com teorias pressupõe assumir os riscos de uma dada filiação teórica.

Larrosa (2002, p.21) adverte: “atividades como considerar as palavras, criticar as palavras, eleger as palavras, cuidar das palavras, inventar palavras, jogar com as palavras, impor palavras, proibir palavras, transformar palavras, não são atividades ocas ou vazias”. Porisso, respire. Não se perca em pensamentos obsoletos. Downloads, post it, postagens, amontoados de artigos retroalimentados, Dropbox, ponteiro do relógio. Prazo esgotado. Esgotamento. Disserte! Água gelada no rosto.

Em frente ao espelho, o modo piloto automático é desativado. O reflexo instiga a reflexão, as memórias afetivas e impressões colhidas ao longo da jornada emergem a partir do olhar dialógico: quem sou e quem deixei de ser.

Carpina, década de 90. Numa vila de chão batido, crianças se divertem aos gritos de “golou o ovo” e “batida salve-todos”. A euforia sonora adentrava nas casas populares sem pedir licença, convidando meninos e meninas a apressarem suas tarefas escolares a fim de engrossar o coro de brincantes. Esse canto da sereia, capaz de seduzir qualquer pessoa em sua tenra idade, mostrava-se impotente aos ouvidos de uma criança trancafiada no banheiro de suamodesta casa.

Em seu universo particular, o brincar de “se esconder” estava associado a organizar secretamente uma montagem precária e improvisada com vestes e objetos matriarcais. Por vezes, colocou toalha de banho na cabeça fingindo ser cabelo comprido. Batons, saias, saltos e pernas cruzadas eram incorporados a performances tendo apenas o espelho como cúmplice de um “crime perfeito”. Ao se aproximar destes elementos em público teve acesso negado por não ser atributo de masculinidade, universo pouco representativo para aquele corpo miúdo e franzino. Seu pai, no exercício da vigilância, iniciava o sermão com a frase:

Quando sua mãe foi ao médico, ele disse: é menino! Honre o que Deus lhe deu.

Como não recordar Bento (2018)? O que era abstrato passa a ter concretude a partir do momento em que o veredicto médico transforma o feto em menino, sendo reforçado por dispositivos a serviço da masculinidade compulsória. No quarto, enxoval azul, carrinhos a pilha e super-heróis estampados no jogo de cama pareciam selar o destino traçado na sala de ultrassonografia. O bebê se generificou a partir do momento em que a pergunta “menino ou menina?” é respondida (BUTLER, 2003).

Antes mesmo de vir ao mundo, o corpo já se encontrava inscrito num campo discursivo, produzido a partir da cisnormatividade que estabelece vínculo obrigatório entre genital e gênero. Sim, quando a parte ganha lugar do todo, a genitália torna-se um parâmetro comportamental capaz de demarcar a rotina do sujeito (LANZ, 2016), reduzindo a complexidade humana a questão anatômica, traço biológico que estimula projeções sociais e impõe condutas.

Contrariando esse “ser sócio-político reconhecido e legitimado”, preferia brincar com as meninas da vizinhança que não se fizeram de rogadas ao partilhar confidências afetivas, assim como os (d)efeitos colaterais de quem começara a conjugar o verbo amar. Nos recortes de revistas, organizados numa desbotada pasta classificadora estrategicamente escondida no quarto entre livros e quinquilharias, fotos de mulheres famosas serviam como resposta secreta e imagética a clássica pergunta: o que você quer ser quando crescer?

Seu jeito de falar, andar e gesticular correspondia aquilo que se esperava de uma menina da sua idade. Por diversas vezes, seu comportamento foi considerado vergonha familiar, sentença partilhada por parentes, vizinhos, amigos, conhecidos, ou até mesmo gente que nunca tinha lhe visto, mas que “atiravam pedras” em defesa da envergadura moral. Transitar entre os gêneros simboliza uma ruptura nesta “predestinação” que é cumprir os papéis alicerçados em estrutura corpórea, atestando que a engenharia social voltada para a produção de corpos ditos normais se mostra incapaz de domesticar em sua totalidade.

Cisgênero é o corpo que se reconhece com o gênero que lhe foi atribuído tendo como referência a genitália, parte desta carne que é percebida e significada através da tecnologia. Assim, os corpos vão sendo classificados como masculinos ou femininos por intermédio do empenho clínico em encontrar o “sexo verdadeiro”, apesar de toda variação anatômica e das próprias incertezas médicas (MACHADO, 2005).

A corporeidade que renega tal reconhecimento a partir deste prisma, a exemplo dos/as transexuais, travestis e não binários que compreendem a generificação enquanto

processo de auto identificação é vista como transgênera (JESUS, 2012). A unidade tão desejada pela cisnormatividade se mostra falha e utópica, colocando à margem quem dela faz escárnio, mas nunca excluindo plenamente, pois, o abjeto é o seu exterior constitutivo (LACLAU; MOUFFE, 2015).

A construção discursiva acerca desta questão tem sido demarcada pelo binarismo entre o ser e o não-ser, a qual delimita o “nós” enquanto pertencimento, do “outro” como um corpo estranho em relação ao “natural”, ou seja, as identidades são construídas de forma relacional a partir do estabelecimento de diferenças.

Seria possessão demoníaca? Espírito de pomba-gira! Na busca por explicar o que aparentemente se mostrava inexplicável, a tradição religiosa da família norteou os primeiros olhares sobre a questão e a devida providência a ser tomada: instruir “o menino” no caminho em que deveria andar. O discurso religioso sobre as condutas de gênero e sexualidades atuava na subjetividade e na produção de julgamentos, logo a participação em correntes de libertação neopentecostais passou a ser vista como instrumento operativo do “milagre”.

Foram meses a fio até a constatação de que a “solução do problema” não cairia do céu. A ineficácia do “tratamento espiritual” colocou na berlinda os rastros de esperança ali existentes. A acentuação dos trejeitos ditos femininos era abominável aos olhos da família: recorreram ao racionalismo puro, a intelectualidade, ao cientificismo. A patologização identitária autoriza quem está no centro a realizar com as próprias mãos uma "asepsia social", legitimada pelos compêndios médicos: distúrbio, anormalidade, desvio, disforia, transtorno. Quanto esforço semântico!

Pela suposta "neutralidade", há uma crença de que esse saber científico é um descritor da natureza: o discurso médico fabrica verdades inquestionáveis com ampla legitimidade social (BENTO, 2008). As representações de sexo e gênero acionadas por estes/as profissionais de saúde estão atreladas a um olhar anatômico constituído por condicionantes culturais, assim como a família formula suas hipóteses sobre o sexo do bebê baseada em elementos que são significados a partir de valores sociais (MACHADO, 2005).

Foi assim que, numa cozinha onde o cheiro de carne de panela servia como resposta aos anos de carestia, um parente cogitou a possibilidade de “hermafroditismo” ao sugerir exames para identificar possíveis ovários e útero. Para os genitores, não dava para engolir. Literalmente.

O “problema” se tornava cada vez mais familiar, contrastando com a pouca familiaridade dos membros do clã no trato desta questão. Na sala de azulejos antigos com cores e estampas misturadas, os mais velhos se posicionavam atônitos frente àquela criança

indisposta a qualquer tipo de interação social: não brincava, não pulava, nem esboçava sorriso em retratos, postura que conserva até os dias de hoje. Gritar? Nunca. Era de palavras contadas, respostas breves.

Por vezes, um silêncio ensurdecedor pairava nas ensolaradas tardes de sábado com suas cadeiras tão desordenadamente organizadas em frente ao casario da avó materna. Olhares distantes, testas franzidas e lábios contraídos davam uma conotação fúnebre àquele ambiente de natureza tão hospitaleira. Nas proximidades deste “tribunal inquisitório da quietude”, a criança rabiscava com gravetos desenhos inteligíveis e efêmeros no chão empoeirado. Tão incompreensível quanto seu corpo que começara a sentir os efeitos da puberdade, provocando-lhe uma sensação de repulsa, um desejo de não ser.

Em seu âmago, o dito e o não-dito era remoído. Foi ali, perdida em seus pensamentos, alheia a euforia dos primos e primas a brincar no vasto quintal que lhe foi negado o direito de saborear uma infância sem o gosto amargo da rejeição. De súbito, seu raciocínio turvo foi interrompido por um disparo: “ele” ainda é muito novo, quem sabe não é apenas uma fase?

De acordo com Butler (2000), o sexo é um ideal regulatório forçosamente materializado e reiterado através do tempo. Instituições imbricadas por binarismo de gênero assumem a posição de guardiãs desta ordem social onde a heterossexualidade e a cisgeneridade tornam-se *loci* privilegiados por dispositivos que os naturalizam e lhes conferem maior poder. São esses corpos que adquirem significados, que se materializam como sujeitos discursivos e obtêm legitimidade.

Em contrapartida, quem não obedece a esse padrão normativo é visto como corpo que não importa e por não ter existência legítima torna-se passível a todo tipo de violação. Reiterar incansavelmente as normas se faz necessário, considerando a instabilidade da materialização destes corpos a partir da não conformidade a tais imposições. É nesta abertura da lei regulatória que se torna viável rearticulações capazes de questionar a força hegemônica e fazer emergir vidas precárias.

Na precariedade do ser, a criança vagueia pelo mundo que parece não ter sido feito para ela, com seus armários trancafiados e homens em catarse expurgando fetiches no reinado de Momo. Ainda assim, segue sua vida incomodando, se reinventando, cultivando sonhos no mais profundo silêncio. Dia desses, colocou na cabeça que vai ser professora igualzinha à sua mãe, mulher reconhecida na comunidade por sua persistência. Parece que a filha “carrega esse talento” nos genes: prometeu a si mesma que os muros não irão lhe impedir de entrar.

CORPO FRAGMENTO

PÉ DE GUERRA

Foi naquela pequena escola de bairro, enquanto observava os desenhos infantis pintados na parede do parque repleto de mangueiras que ocorreu a agressão. Quatro colegas de classe. Um exército amparado na justificativa de que ela “deveria aprender a ser homem”, frase repetida inúmeras vezes durante o ato. Não tinha mais do que sete, quem sabe oito anos de idade. Nem eles. Sentimentos de vergonha e raiva tomaram conta daquele pequeno ser. Socos, pontapés, empurrões contra a parede. Até então, nem seu pai ou sua mãe tinham lhe levantado a mão.

A ofensiva era uma resposta ao seu jeito “diferente”, capaz de despertar horror ou repulsa (MISKOLCI, 2016). Perdeu as contas das vezes em que foi transferida pelo uso da força para a fila dos meninos, entre risos frenéticos dos que contemplavam aquele espetáculo de horror. A repressão a este “desvio” deveria ser pública e implacável, afinal estava em jogo a salvaguarda de um projeto social, engenharia de produção de corpos ditos normais que encontrava no espaço escolar um terreno fértil de disseminação.

Aos agressores, simples advertência de que isto não deveria se repetir. Sem qualquer comunicado aos pais ou responsáveis. Sem castigos ou punições severas. Para a vítima, um conselho: mudança de comportamento. Afinal, uma criança tão inteligente já deveria ter conhecimento do que era “certo” e “errado”.

A Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016), coordenada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em parceria com a Universidade Federal do Paraná, aponta que 60% dos/as estudantes LGBT sentiam insegurança na escola em decorrência de sua sexualidade, 73% foram agredidos verbalmente e 27% fisicamente. Sobre as medidas tomadas pela instituição de ensino, 54% dos/as estudantes alegaram omissão por parte da gestão, ou seja, a conjunção destes fatores favorece a “evasão” escolar, compreendida como afastamento do aluno do sistema de ensino e desistência das atividades escolares, sem solicitar transferência.

Os arranhões nas pernas, braços e cotovelos, vistos de maneira repetitiva em frente ao espelho doíam tanto quanto suas lembranças. Ainda sofria com os incômodos causados pela infecção urinária causada pelo hábito de não tomar água na escola, evitando assim o uso do banheiro que lhe era imposto. O sanitário feminino era possibilidade remota, geralmente em dias de pouca movimentação ou quando as turmas largavam mais cedo.

Eram quase nove e meia da manhã quando a sirene tocou. Uma reunião emergencial, daquelas que a gente pede em dia de prova de trigonometria, antecipou a saída das turmas. O barulho dos passos apressados, que de longe se ouvia, subitamente cedeu lugar a um silêncio melancólico como se a escola tivesse perdido sua alma. Pátio, cantina, parquinho: tudo parecia aparentemente vazio.

Ao olhar o banheiro feminino tão acessível, sentiu repentinamente sua bexiga encher. Entrou de forma sorrateira. Seu coração parecia sair pela sua boca completamente seca. A agradável sensação de estar naquele lugar impregnado pelo mau cheiro se misturava com o medo do possível flagrante. No conforto do vaso sanitário percebeu que a incontrolável vontade de urinar havia desaparecido, como se fora passe de mágica.

Prosseguiu o ritual puxando cuidadosamente a corda da descarga, temendo a aparição da famosa “loira do banheiro”. Ao lavar suas mãos, apreciou os últimos instantes naquele lugar que resolvera chamar de seu, olhando com gratidão as paredes acinzentadas e tudo mais que seu campo de visão pudesse alcançar. Suspirou profundamente e pronunciou baixinho a palavra “obrigada” com receio de ser ouvida por alguém.

Ao sair do seu “reino”, o coração retirante voltou ao seu devido lugar. Sentiu algo estranho: rasgo de felicidade, talvez. Ao notar a pintura inacabada de uma menina com vestido vermelho segurando balões na parede do parque pôs-se a sorrir como não fazia há tempos. O desenho parecia ganhar vida, celebrando o sigiloso e bem-sucedido feito. Porém, este clima festivo foi brutalmente interrompido por um grupo de garotos que vigiava a estudante. Quatro colegas de classe. A vítima parecia ter sido extraída dos escritos de Virgínia Guitzel¹:

Ela não atrai. Neguem a ela qualquer afetividade para ver se se mantem. Manteve. Mas se se é ela por dentro e por fora só estranheza, se é ela por dentro, e por fora lhe negam a mão, se é ela por dentro, e por fora dúvidas e olhares curiosos. Se é ela por dentro, por fora outros olhares silenciadores. Se é ela por dentro, por fora risos

¹ Virgínia Guitzel é travesti e militante da juventude Faísca - Anticapitalista e Revolucionária. Enquanto graduanda em Ciências Sociais interrompeu o curso após acumular uma dívida de 10 mil reais com a instituição privada. Na área da literatura, participou da elaboração do livro "A precarização tem rosto de mulher" das Edições ISKRA com o texto "Os operários diziam: 'ela veio nos apoiar'", além de escrever poesias e crônicas sobre a realidade travestis na Coluna "Meu corpo, um campo de batalha".

aonde passa. Se é ela por dentro, mas no banheiro lhe estranham. (...) voltou a inicial batalha, agora já ciente que a rua não tem saída e correr não vai derrubar o muro que impede a fuga (GUITZEL, 2018).

Para a família, uma desculpa qualquer. Afinal de contas, o ato de denunciar aviolência em suas motivações poderia alimentar um processo ainda maior de vigilância da escola e da família sobre o seu corpo. Para Foucault (1987), o vigiar e punir são compreendidos enquanto mecanismos utilizados para docilizar e adestrar os sujeitos segundo as normas estabelecidas nas instituições ao se tratar de uma modalidade de poder produtivo, e não essencialmente restritivo ou repressivo. A disciplina toma os indivíduos como objetos e instrumentos de seu exercício, sendo capaz de produzir uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Poder e saber se imbricam profundamente.

Assim como o exército e a fábrica, a escola molda comportamentos através da regulação do tempo, do dispêndio de compensação/punição, do exame contínuo e minucioso dos corpos, dentro da lógica de valoração e hierarquização pautada na moralidade. Considerando que as normas não se sustentam sozinhas, estas instituições se colocam a serviço para que elas permaneçam em vigor. Em contrapartida, alguns corpos embebecidos de Virgínia Guitzel renegam a rendição, provam o gosto de desafiar os senhores e exigem a liberdade de seus sonhos, como ter um banheiro para chamar de seu.

PEITO ABERTO

Tinha por volta de quatorze anos quando deixou de se olhar no espelho. Insegura com a aparência, se auto proclamou opositora de Narciso ao renegar o próprio reflexo. Os pelos que teimosamente cresciam em sua face, axilas, braços e pernas lhe causavam certa aversão. Aversão não. Nojo seria a palavra mais correta.

Por noites a fio, perdeu o sono tentando encontrar explicações para este “castigo do divino”. Não se fez de rogada: confessou ao padre seus pecados graves e mortais num exame de consciência com precisão quase cirúrgica. Pediu perdão pelas vezes em que mentiu para os pais, por colocar o salto da mãe escondido e pelo ocorrido no último feriado. Não foi nada premeditado, jurou de pés juntos. Simplesmente aconteceu. A cada confissão, rigorosos exercícios penitenciais para expiação dos pecados e a promessa de não mais incorrer nos mesmos erros.

Ao perceber que as visitas paroquiais não surtiram o efeito desejado, resolveu dar trégua ao embaixador de Deus ou, quem sabe, se deixar em paz. Fez voto de silêncio, não por

vergonha do dito ou não-dito, mas por sua voz já não ser mais a mesma. Presenciou de forma comedida o alvoroço das vizinhas ao ganharem os primeiros sutiãs enquanto reparava tristemente seu peito adormecido.

Semanalmente, frequentava a farmácia da esquina para conferir as novidades quando o assunto era absorvente. Virou especialista: conhecia todos os tipos, marcas, tamanhos e preços. Se algum vendedor viesse em sua direção, apressava os passos como diabo fugindo da cruz. Na saída da loja, foi surpreendida por duas senhoras com cabelos presos em coque e saias longas que lhe entregaram um folheto bíblico, contendo no verso um carimbo com o endereço da igreja. Haverá um tempo de grande lamento e ranger de dentes, diziam em tom profético.

Mal chegou em casa e já foi recebendo a notícia de que mudaria de escola por conta da qualidade de ensino. Seriam oito longos anos naquele espaço, lugar de excelência na dominação dos corpos a partir da leitura rígida da correlação sexo-corpo-gênero e de um emaranhado de teias disciplinares capaz de inserir aquele sujeito em diversas dimensões de vulnerabilidade por se constituir como a outra do gênero e da sexualidade (FRANCO; CICILLINI 2015).

Louro (2008) compreende a escola enquanto local no qual se atravessam valores normatizantes e se produz/fabrica identidades de gênero e sexualidade, através do currículo, da organização do espaço, dos materiais didáticos, dos jogos e das omissões que incidem nos corpos escolarizados. Escola-polícia, escola-igreja, escola-tribunal, centradas na disciplina dos corpos e na regulação dos prazeres (PERES, 2010).

Bento (2018) destaca a incapacidade deste ambiente no respeito à diferença. “Espaço de reprodução do heteroterrorismo” presente em cada enunciado que incentiva ou inibe determinados comportamentos. Se os corpos não conseguem corresponder às expectativas estruturadas a partir de suposições, as normas de gênero se mostram instáveis e incompletas, recorrendo a utilização da violência física ou/e simbólica para manter tais práticas às margens do considerado humanamente “normal”. Segundo Junqueira (2009), tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais constituem a “pedagogia do insulto”, poderoso mecanismo de silenciamento e de dominação simbólica.

Palpitação: anormal consciência do batimento cardíaco sentida no peito, combustível capaz de apressar seus passos ao transitar nos espaços de grande circulação escolar. Seja nos corredores ou na cantina, evitava estabelecer contato visual ou atender a qualquer chamado. Driblava pessoas, encurtava espaços, enganava o tempo. Se a pressa era amiga da integridade

física e moral, o isolamento social e a rejeição por seu próprio corpo adquiriam contornos cada vez mais nítidos.

Nas aulas de educação física, a “dor de cabeça” que nunca passava lhe concedia certa segurança no canto da arquibancada, torcendo para não ser notada pelos adversários neste jogo de marcação cerrada. Passados 45 minutos de aula, o que aparentemente seria o “fim da partida” exigiu prorrogação com direito a exercícios corporais. Em dias de avaliação não havia chances para impedimentos.

Se o olhar do docente era sua única companhia, os insultos emitidos na área externa davam a impressão de que a quadra havia sido tomada pela torcida rival. Ouvia o gargalhar pelo seu pomo de Adão, o falatório em virtude dos seus trejeitos e o julgamento decorrentes das marcas de automutilação cobertas pelo casaco com manchas.

Não adiantava se esconder no vestiário. O insulto também estava ali, gravado na divisória sanitária, escrito a caneta, lápis, piloto ou “corretivo” demarcando a abjeção com letras garrafais. Na outra porta, o contorno do seu indesejável corpo ilustrava frases de baixo calão. Vergonha da exposição pública, medo de sofrer sanções e descrença na própria instituição de ensino coibiram o ato da denúncia.

A “sinergia de vulnerabilidades” (PARKER, 2000) ampara-se na fragilidade constitutiva de ações voltadas ao enfrentamento destas discriminações, assim como de políticas públicas destinadas às necessidades básicas deste segmento, como acesso aos estudos, à profissionalização e a bens e serviços de qualidade em saúde, habitação e segurança, contribuindo assim para a perpetuação do quadro de rejeição social.

Sentiu uma súbita vontade de desistir da escola, desejo tão forte e persistente que beirava a loucura. Loucura! Resposta dos seus pais a este pedido aparentemente tão descabido. Quem dera que os dias se alternassem entre sábados, domingos e feriados!

Tratar com naturalidade a interrupção da trajetória escolar de estudantes transgêneros/as é bem mais do que equívoco, representa o descompromisso institucional em garantir não apenas o acesso, mas a permanência estudantil enquanto princípio norteador da política educacional brasileira. Os olhares de repúdio, ofensas verbais, agressões físicas e o desrespeito institucional à identidade de gênero demonstram que a própria terminologia “evasão” é inadequada nesta análise: trata-se de expulsão (BENTO, 2018) que retroalimenta a engrenagem de vivências precárias.

Em *Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas*, a pesquisadora paranaense Dayana Brunetto Carlin dos Santos (2010) aborda as múltiplas experiências envolvendo transexuais e travestis na escola, compreendendo suas produções

narrativas enquanto performance, isto é, por meio de atos performativos das memórias dos sujeitos. Foram realizadas seis entrevistas com mulheres transexuais, uma com um homem transexual de Curitiba e, também, rodas de discussão com lideranças do Movimento Social de Travestis e Transexuais da Região Sul do Brasil. Nos discursos apresentados, a exclusão era fator recorrente na escola ainda que a pesquisa não tenha estabelecido vínculo obrigatório entre rejeição e evasão.

Tique-taque! Drim! Drim! O barulho do despertador convidava quem “não pregou o olho” a se levantar para mais um dia letivo. Lágrimas misturadas a água do chuveiro. Banho cada vez mais curto. Não gostava de tocar em seu corpo, perdeu o prazer em se embelezar. Já com o uniforme e sentada a mesa, tomou um gole de café que parecia mais amargo que de costume. Não tinha fome, nem dignidade.

Com a cabeça pesando uma tonelada, reservou um tempo para escolher a notícia que seria apresentada na aula de redação. Abriu o jornal. Tinha cheiro obsoleto de laranja. As manchetes principais com suas análises econômicas e escândalos políticos mostravam que o “novo” não era novo. Ao revirar a página policial, um forte cheiro de sangue tomou conta do cômodo. Incômodo: travesti brutalmente assassinada. Mais uma para conta de quem?

Judith Butler (2015), em sua obra “Quadros de Guerra”, afirma que a existência de uma vida só é possível quando passível de luto e garantida por uma série de direitos providos por diversas instituições (poder judiciário, saúde, educação). A quem pertence o status de “humano”? Quais corpos podem ser chorados? Quais mortes são sentidas? Quais violências são percebidas? É por meio da capacidade de comoção que as vidas começam a receber classificações de “merecedoras de luto e de proteção”, ou seja, as que não passam por esse crivo estão apenas vivas no campo do precário. Em quais destes “lados” se encaixa a vivência transgênera?

Em 2018, foram contabilizados 163 assassinatos de pessoas trans no Brasil, sendo 158 travestis e mulheres transexuais, 4 homens trans e 1 pessoa não-binária (ANTRA, 2019). Pernambuco ocupa a oitava posição no ranking nacional e a terceira em nível regional no total de sete mortes: Evelim Ferrari, A. S. Silvério, Renata, Shirley, Raquel, Bia Rocha e Heimilly.

O levantamento supracitado se baseia em ocorrências com ampla divulgação da mídia, redes sociais ou por informações de redes afiliadas. A inexistência de dados oficiais sobre este tipo de violência no Brasil favorece a subnotificação, em especial de homens trans, considerando que grande parte do falecimento destes sujeitos ocorre por suicídio no ambiente doméstico, sem direito a repercussão social ou respeito à identidade de gênero.

Na aula, enfrentou a timidez ao abrir o ciclo de apresentações: melhor acabar logo com essa tortura. Posicionada em frente a sala repleta, sentiu um calafrio tomar conta do seu indesejável corpo. Assumiu o controle, mas não em total condições. Silêncio interrompido com a voz ainda trêmula e olhar marejado, a apresentar o título da matéria.

Se a instituição educacional tem desempenhado bravamente o papel de salvaguarda da cisnormatividade ao naturalizar determinadas formas de ser e existir em detrimento de outras, ainda assim, não tem conseguido barrar totalmente as discussões relativas a gênero e sexualidades que chegam ao espaço escolar de maneira informal ou sistematizada, tencionando a suposta estabilidade discursiva, proporcionando a produção de contra discursos nesta arena de práticas hegemônicas (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Segundo a reportagem, o corpo da vítima foi encontrado no lixão. Foram 27 tiros disparados perfurando a cabeça, as costas, o abdômen e o peito da vítima. O assassino ainda não foi identificado pela polícia.

TODO OUVIDOS

Na pracinha da escola, os raios de sol iluminavam a estátua de São Domingos Sávio. Entre arvoredos frondosos entremeados por flores, pássaros pareciam cantarolar em louvor a santidade. O ponteiro do relógio acusava um terço de hora até soar o primeiro toque, justificando assim a pouca movimentação neste espaço comumente disputado pelos casais.

Com cabeça baixa e nó na garganta, suplicou misericórdia ao protetor da juventude perante os infortúnios de mais um dia letivo. Por um instante a prece foi subitamente interrompida. Poderia o santo lhe ouvir? Por via das dúvidas, pediu por ela e por Bianca Close, mulher trans que exerceu o ofício de flanelinha em Santo Amaro, área central do Recife vindo a falecer por conta de insuficiência respiratória aos 40 anos de idade.

Bianca estava pouco acima da estimativa de vida de travestis e transexuais no Brasil que gira em torno de 35 anos (ANTUNES, 2010) e bem abaixo da média nacional de 75,5 anos². Esta “morte morrida” decorre da transfobia sociocultural que se ampara na omissão do Estado em garantir o acesso a serviços básicos e nas situações impostas pela precarização da vida.

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Tábuas completas de mortalidade 2015. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9490-em-2015-esperanca-de-vida-ao-nascer-era-de-75-5-anos>. Acesso em: 14 ago. 2018

De acordo com dados levantados pela ANTRA (2017), 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda e possibilidade de subsistência, em virtude da pouca aceitação no mercado formal de trabalho e da deficiência na qualificação profissional causada pelas várias faces da exclusão. Com relação a transmasculinidades, existe uma lacuna quanto a estudos que abordem a inserção destes sujeitos no mercado de trabalho, aprofundando assim uma invisibilidade histórica.

A omissão do Estado em fomentar políticas públicas significativas para a população transgênera encontra-se alinhada a um projeto higienista que conta com a colaboração de várias instituições, a exemplo da escola. Eis o desafio: ser sujeito neste sistema de sujeição.

Novata na turma, buscava se diferenciar para quem sabe, 'ser tratada como igual'. Por inúmeras vezes “deu cola” ao algoz ou se esforçou para que seu seminário fosse o mais criativo a ponto de atrair outros estudantes para sua equipe. Recorria a demonstrações de “gentileza em demasia” ao falsificar assinaturas na ata de presença em troca de acolhimento. O que aparentemente se resumia a subordinação ou subserviência, também representou a garantia de vínculo social chegando a ser eleita representante de turma.

Estas formas de agência apontam para as ambiguidades presentes nas relações sociais. Se os rastros homogeneizadores buscam controlar e apagar determinadas existências também estimulam suas ações, não reduzindo o sujeito a vítima passional neste jogo de poder. Desta forma, o currículo é marcado pela interação de uma gama de culturas – nunca totalmente fixadas – que a partir de tensões são forçadas a negociarem suas existências.

Reconhecida como a primeira travesti a concluir o doutorado no Brasil, em *Travestis na escola: Assujeitamento e resistência à ordem normativa*, Luma Andrade (2012) investigou travestis cearenses no espaço escolar a partir do olhar sobre os processos de socialização, resistências e assujeitamentos à ordem normativa. O estudo tomou como ponto de partida as narrativas de travestis sobre o espaço escolar, assim como as percepções do corpo discente, docente e da gestão escolar sobre tais sujeitos, recorrendo a análise de fontes bibliográficas, documentais, entrevistas e questionários. Segundo a pesquisa, dos 184 municípios cearenses apenas 25 possuíam jovens transgêneros matriculados em escolas estaduais. São corpos que se assujeitam para poder sobreviver; em alguns momentos, sucumbem “ao peso de forças adversas”, mas também conseguem gozar “as alegrias da solidariedade”.

Nas aulas de história, ouviu dizer que a conquista de direitos é decorrente de muito sangue derramado. O professor citou nomes, sobrenomes, datas e narrou com detalhes as façanhas destes sujeitos que transformaram adversidades em força: todos homens, ricos, brancos, heterossexuais e cisgêneros. Se afastar desses pontos qualificadores de humanidade é

reduzir a capacidade de ingresso na esfera dos direitos e de reivindicá-los (BENTO, 2008). Enquanto tomava anotação do quadro, a estudante deixou escapar:

Cadê Lili Elbe, João Nery, Brenda Lee, Marsha P. Johnson? Cadê Bianca Close?

Apesar do seu baixo tom de voz e do barulho infernal provocado pelo ventilador de parede, o questionamento chegou aos ouvidos do docente como detonação de bomba. Sem direito a defesa, recebeu advertência por desacato e tentativa de desordem. Na saída, recordou as diversas vezes em que o defensor dos direitos humanos por “vocaçãõ” fez ouvido de mercador diante das “brincadeiras” envolvendo o seu nome. Nenhuma providência era tomada.

A suposta neutralidade do professor reforça a importância da formação continuada prevista em diversos documentos governamentais, tais como Plano Nacional de promoção da cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2009); Programa Nacional de Direitos Humanos– PNDH-3 (2010), dentre outros.

O Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania de Homossexuais (2004), por exemplo, fomentou a formação de educadores/as e a produção de materiais relativos a gênero e sexualidade, ou seja, um conjunto de ações voltadas para a promoção de ambientes escolares norteados pelo respeito a livre orientação sexual e identidade de gênero, provocando assim novos conflitos e deslocamentos (re)articulando os discursos pedagógicos sobre gênero e sexualidade. O referido programa, contudo, não se efetivou na íntegra em virtude das divergências entre instituições, conselhos, hierarquias e sociedade em geral, prevalecendo o reacionarismo que retroalimenta a desqualificação docente no trato das questões de gênero e sexualidades.

No retorno para casa, segurou as lágrimas ouvindo Shania Twain em seu walkman amarelo. Seu rosto permanecia duro como uma rocha. Ônibus lotado. Entregou as cédulas amassadas ao cobrador, dispensando troco e interação. Entre curvas e lombadas, equilibrou o peso de uma vida vertiginosa ao recordar a doçura de Bianca Close pronunciando seu bordão: “Nada me aborrece”. Pois é, amanhã há de ser outro dia.

DAS TRIPAS CORAÇÃO

A página amarelada do calendário anunciava o tempo que a tudo desgasta. Apesar da nomeação no concurso público, alegaram não haver vaga em qualquer unidade de ensino da

região. Por meses, sua vida se resumiria a idas e vindas na repartição pública. Não obtinha êxito, apenas copos de café, desculpas esfarrapadas e gastrite.

Seja pela força da insistência ou por ameaça judicial, resolveram encaminhá-la para uma escola de difícil acesso. Enquanto segurava bravamente o ferrolho e a ferrugem, o porteiro anunciou a ausência da gestão e a impossibilidade do ingresso sem a “devida autorização”. A mão da “visitante” começou a suar, borrando o documento que lhe garantiria não apenas a efetivação no serviço público, mas um estado de exceção frente a outros corpos tão “estranhos” quanto o seu, corpos com acesso negado.

O silêncio ensurdecedor foi interrompido por um estudante e seu inconformismo mediante a suspensão dada pela gestora que, pela janela de sua sala, a tudo espiava.

Estou apenas cumprindo ordens, confidenciou o funcionário.

Assim, foi covardemente recusada por não atender ao “perfil profissional” daquela instituição pública com seus adornos sacrossantos. Com o corpo fatigado pela insônia e usurpada do direito de sonhar, um breve telefonema lhe pôs diante de outro desafio: assumiria a regência em uma escola da periferia, reconhecida socialmente pelo alto nível de violência e sucateamento. As aulas seriam ministradas no período noturno na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em 1996, o então presidente Fernando Henrique Cardoso aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) instituindo a EJA enquanto modalidade de ensino que (...) não pode ser pensada como oferta menor, nem menos importante. Modalidade é um modo próprio de fazer a educação básica, modo esse determinado pelos sujeitos que recebe: jovens e adultos (PAIVA, 2012, p.06). No intuito de garantir visibilidade a população idosa, resoluções a nível municipal e estadual alteraram posteriormente a nomenclatura para EJAI (Educação de Jovens, Adultos e Idosos).

Destinada àqueles/as que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, esta modalidade contempla especialmente dois perfis de estudantes: o primeiro composto por adultos/as e/ou idosos/as, com baixa ou nenhuma escolaridade, que viveram numa época onde o acesso à educação era precário e/ou tiveram que trabalhar precocemente para garantir o sustento familiar.

O segundo grupo, cada vez mais numeroso e diversificado, é constituído por jovens cuja trajetória tem sido marcada por intensos conflitos, seja na escola ou fora dos seus muros, estimulando movimentos de “evasão” e reprovação. É neste perfil que reside grande parte de

estudantes transgêneros/as, diversidade de sujeitos que não se identifica, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi designado socialmente (JESUS, 2012). Há uma carência de estudos acadêmicos voltados para experiência escolar transgênera na EJAI, elucidando as particularidades desta modalidade de ensino onde a referida professora iniciou sua carreira.

Por anos a fio, empenhou-se na “missão” de alcançar mentes e corações condenados pelo “sistema”. Sua maratona de filmes era composta por “O sorriso de Monalisa”, “Meu mestre, minha vida”, “Escola da vida” e “Escritores da liberdade”, películas demarcadas pela narrativa da redenção, por meio da qual os conflitos culturais, econômicos e sociais são superados pela ação da/do docente através de posturas pedagógicas pouco convencionais. Doce ilusão.

Um filme passou por ela. Parte dos colegas de profissão lhe aconselharam a mudar de área enquanto ainda fosse jovem, afinal não havia mérito em “morrer dando aula” por um soldo miserável. Entre um cafezinho e outro, a “voz da experiência” deste grupo não media esforços quando o assunto era abater sonhos, esperanças e futuros:

“Você ainda perde tempo preparando aula pra esse povo que nem sabe ler?”

“O governo está te pagando mais pra você se esforçar desse jeito?”

“Sicrano não vai ser advogado, passa qualquer trabalho pra ele e aprova”.

Entre “os veteranos de guerra” também havia aqueles que davam duro em seu ofício. Apesar da infraestrutura precária, baixo salário e péssimas condições de trabalho se esmeravam no exercício da docência estando disponíveis a estender a mão ou ofertar o ombro amigo a quem ensaiava seus primeiros passos na regência escolar.

Convém ressaltar que nem tudo é “preto no branco”, 8 ou 80, tão pouco a vida é um filme composto por herói e vilão, com lados bem distintos. Por vezes, um professor reconhecido por seu descrédito na educação apresentava propostas para melhoria no processo de ensino aprendizagem com euforia e brilho no olhar, enquanto o mais entusiasta encostava a cadeira no canto da sala retroalimentando sua crise profissional em silêncio.

Foi neste território, visto como burocrático ou como rastro de esperança, que a docente reinaugurou os sentidos do respeito e do afeto. Atravessada por certezas tão incertas, percebeu que a vida não cabia em sua coletânea de filmes.

Seus passos vieram de longe e trazia muita gente consigo. Antes de iniciar alguma atividade profissional, pedia licença a Maria José, mulher, negra, dona de casa, mãe de dois filhos e que teve sua trajetória escolar interrompida pelo marido que invadiu a sala de aula aos berros, puxando-a pelo braço:

" mulher minha não precisa aprender as letras, não!"

Depois daquele dia, sem reencontros nem abraços fraternos seguidos por confidências: “Eu tenho um filho que é igualzinho a você e agora tá morando fora. Tá pelos lados da Itália, toda chique, bonita que só! Acabou de botar peito e tudo, acredita? É muita invenção. Lá o nome dela é Juju e toda vez que eu olho pra você me bate uma saudade tão grande dela.”

Pedia licença também a Janaína, travesti que muito lhe ensinou ao partilhar os dissabores da vida sem perder a ternura, escondendo uma dor sem tamanho por trás de pequenos sorrisos. Certa noite, sua banca estava vazia. Vejam só, mais “um” que desistiu por não querer nada com a vida, dizia o professor de biologia embriagado de si.

Passaram-se semanas até Janaína chegar através de notícia policial. Deu no rádio: tinha sido brutalmente assassinada por um homem dito de bem, daqueles que quando encerra o expediente vai até a padaria da esquina e leva um saco de pão quentinho para jantar com esposa e filhos. Janaína não tinha família que chorasse em volta de seu corpo, parcialmente carbonizado, encontrado entre canaviais na estrada da usina. Janaína, era assim que gostava de ser chamada. Recordou o dia em que pôs o nome dela na caderneta em grafite: Janaína.... presente!

A lista poderia continuar: Alex, Renata, Xexeu, Tchuca, Dayna. Vidas que atravessaram a sua existência (des)construindo olhares sobre o mundo e o magistério, profissão esta que abraçou por inspiração materna. Tomou para si a responsabilidade de combater este genocídio que se faz presente no interior das instituições de ensino, quando é esmagadoramente branca, masculina, heterossexual e cisgênera sua bibliografia, normas e discursos.

Como golpe de sorte, ingressou no programa de pós-graduação em educação após adiar por cinco anos. Desistência decorrente da falta de expectativa, por acreditar que aquele mundo não havia sido feito para ela. No decorrer do tempo, dedicou-se a “cuidar dos seus”:

construiu núcleo de gênero na escola, desafiou regras, conquistou prêmios e comprou brigas homéricas que, por um triz, não lhe custaram o emprego público.

Na descrença se fez forte, audaciosa e resiliente ao assumir o compromisso de desbravar outros caminhos. Não tinha sido apenas aprovada no mestrado: seu nome social foi reconhecido através de uma portaria normativa que determina a inclusão do mesmo nos registros acadêmicos da graduação, pós-graduação e extensão na universidade. Entende-se como nome social aquele pelo qual transexuais e travestis se reconhecem e são reconhecidas/os socialmente, sendo usualmente empregado em situações diárias onde não há rigorosidade da exibição do documento para interagir com o outro (CERQUEIRA, 2015).

Ao atravessar esta experiência negada à maioria das pessoas trans, se deu conta da necessidade de uma produção acadêmica que venha problematizar questões ligadas às políticas de inclusão das diferenças nas instituições de ensino, estabelecendo diálogos com os aspectos históricos, políticos e culturais que permeiam saberes e poderes, assim como as formas de agência presentes nestes espaços, em especial protagonizadas por sujeitos transgêneros.

Compreender o lugar de fala neste campo de pesquisa é refletir sobre processos de subjetivações demarcados por violências, reafirmação e negociação. A esse respeito, Tertuliana Lustosa afirma:

É urgente para alguns corpos relatar as suas realidades, considerando intensidades sensitivas, vozes e escutas, tensões e paralisias. A possibilidade de escrita sobre minhas vivências e epistemes aglutinam-se às ancestralidades das que já lutaram muito antes de mim, pessoas como Indianara Siqueira, Cláudia Rodríguez e Alessandra Ramos. Sei que foi duro que todas elas existissem e construíssem os seus corpos para que eu hoje tivesse alguns direitos e algumas possibilidades de vivência (LUSTOSA, 2016, p.389)

No decorrer da jornada, angústias e questionamentos se constituíram peças fundamentais na engrenagem investigativa:

Que estratégias de vigilância e controle social têm sido implementadas no cotidiano escolar relativas à transgeneridade? Qual o significado de “ir à escola” para população trans? Quais os sentidos das experiências escolares vivenciadas em diferentes momentos de suas vidas? Como diferentes formas de agência atuam nesse espaço tradicionalmente normatizador? Que experiências são protagonizadas nas instituições de ensino e como essas experiências interpelam a regularidade discursiva cisnormativa dos currículos escolares? Que

disputas e produções de sentido em torno dos significantes gênero e sexualidade são acionadas a partir das agências desses sujeitos na escola?

Na inquietude do ser, se propôs a pesquisar sobre os sentidos das experiências escolares transgêneras na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) da rede pública de Pernambuco, buscando identificar os dispositivos pedagógicos (de vigilância e/ou controle) que atravessam estas experiências, assim como as formas de agência desenvolvidas por estas/es estudantes.

Considerando o avanço do movimento reativo no cenário político brasileiro e dos incessantes golpes contra a laicidade do Estado, reconheceu a importância deste estudo ao visibilizar os conflitos em torno das disputas discursivas e das constituições dos sujeitos. Aceitou o exaustivo desafio da escrita, munida não apenas de caneta e papel, mas de uma voz historicamente soterrada pela academia. Como diria Gloria Evangelina Anzaldúa³,

Por que sou levada a escrever? (...) Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA, p.232, 2000).

Sua voz engrossa o coro de tantas outras – Brah (2006), Butler (2000), Koyoma (2003), Preciado (2018), Jesus (2002), Lustosa (2016), Vergueiros (2014) - ao questionar a essência dos sujeitos, as concepções de normatividade, o engessamento de experiências identitárias e a possibilidade de visualizar, analisar e contextualizar o campo geral em que diversas identidades são construídas. Em sua garganta, o nó e a força do grito de quem nunca anda só.

FRIO NA BARRIGA

A estante era uma verdadeira bagunça com revistas e livros desordenadamente empilhados. O prazo de leitura se esgotava, assim como a paciência de quem dissertava sua dor ao ver o tempo voar sobre seus exaustivos olhos castanhos. Nas prateleiras, escritos

³ Escritora e teórica, publicou poesia, ensaios, contos, narrativas autobiográficas, entrevistas, livros infantis e antologias de vários gêneros, alcançando grande relevância nos estudos sobre identidades chicanas, lésbicas e queer.

acadêmicos, clássicos da literatura nacional, histórias em quadrinhos, mangás e até manual de autoajuda para tempos de crise. Na cabeceira da cama, a obra que marcou sua infância: Alice no país das maravilhas.

Escrita por Lewis Carroll, em 1865, o livro conta a história de uma garota que decidiu seguir um apressado coelho. Durante a perseguição, Alice acabou caindo num enorme buraco que dava acesso a um território onde criaturas com características humanas e fantásticas lhe apresentavam enigmas capazes de despertar medos, angústias e conflitos internos.

Foi na tenra idade que se deu o encanto por esta gama de personagens “malucos” e outros “nem tão malucos assim”. Passou a se enxergar na própria Alice com toda representação de “feminilidade” que lhe era peculiar. Sentada no chão do quarto, fechava seus olhos percorrendo inúmeros caminhos sem sair do lugar.

Dentre tantas experiências, lembrou com riqueza de detalhes seu encontro, ou melhor, o de Alice com a lagarta. Durante a conversa, o animal trouxe um questionamento perturbador:

- Quem és tu?

Seu coração bateu mais forte. Como poderia definir a sua existência, sendo apenas uma leitora em seus onze anos de idade? Espera aí. Isso já não seria uma definição? Uma leitora de onze anos de idade, reafirmou. A conclusão parecia tão incompleta quanto quem a pronunciou: tinha a solução na ponta da língua, mas não ousava escapar. Só a resposta da “verdadeira” Alice foi capaz de lhe salvar:

- Já nem sei, senhora. Mudei tanto que já nem sei quem sou.

A modernidade e sua estranha mania de delimitar o sujeito em identidades fixas. Segundo Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013), a emergência de “novos” movimentos e atores sociais (feministas, negros, gays, ambientalistas, jovens da periferia, etc.), rendeu críticas a tal princípio. Com a crise de paradigmas, os pressupostos teóricos e metodológicos da vertente pós-estruturalista conquistaram território significativo nas pesquisas educacionais em meados dos anos 90, deslocando a hegemonia do aparato moderno a partir da compreensão do sujeito constituído por múltiplas identidades circunscritas em relações de poder e saber.

Ainda que de forma tardia e com uma dissertação para concluir, respondeu ao questionamento da lagarta sem titubear: sou constituída de fragmentos, compostas por tantos

“eus” numa “celebração móvel” (HALL, 2011) incapaz de ser unificada em uma amálgama coerente.

Enveredando por caminhos (ou labirintos) pós-estruturalistas, descartou modelos prévios ou estratégias pré-estabelecidas, afinal a metodologia não é definida *a priori* como se fosse uma “caixa de ferramenta neutra”, sendo compreendida enquanto “(...) conjunto de procedimentos de investigação e análise quase prazerosos, sem maiores preocupações com regras práticas aplicáveis a problemas técnicos, concretos” (VEIGA-NETO, 2003, p. 20). Seu delineamento, contornos e nuances surgem no exercício do trilhar investigativo, considerando as características do problema e das questões levantadas (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013).

Este “movimento de pensamento” (PETERS, 2000) é um convite para outros modos de fazer pesquisa em educação. Questionou os saberes fixos, desconfiou dos sentidos imutáveis e atravessou territórios que, por sua instabilidade e complexidade, desafiaram retinas fatigadas. Experiências retroalimentadas por inquietações, desconfortos e angústias, afinal, não há lugar de chegar ou destino pré-fixado, o que interessava é o movimento e as mudanças que se dão ao longo do trajeto (LOURO, 2008).

Afastou-se dos parâmetros fixos e assumiu a “esquisitice” de quem renega a rigurosidade das rotas previamente traçadas. Nisto reside a excentricidade constitutiva do seu itinerário, sem encontrar respostas ou soluções universais para os problemas da educação, exigindo, contudo, um esforço tão sobre-humano como organizar a estante cheia de livros ou cumprir os prazos da academia.

BORBOLETAS NO ESTÔMAGO

No tarô, doze representa sacrifício, equilíbrio, comprometimento. Na cabala, encontra-se associado à renúncia pessoal e paixões, assim como dimensiona o encerramento de um ciclo e início de outro, sendo a base de muitas medições cronológicas.

Para a realização desta pesquisa, doze foram as entrevistas junto a estudantes transgêneras/os matriculadas/os na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) em escolas públicas pernambucanas, sendo a seleção referenciada nos dados disponibilizados pela Gerência de Políticas Educacionais em Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Cidadania (GEIDH) da Secretaria de Educação de Pernambuco a partir da política de uso do nome social e dos registros de ocorrência escolar envolvendo estudantes transgêneros/as.

941 KM rodados. 10 municípios. 4 mesorregiões.

Para cada destino, uma bagagem repleta de sonhos, expectativas e receios que pesavam uma tonelada. Os primeiros passos empoeiraram a Região Metropolitana do Recife com sua cara de fome e hálito de morte. Subiu ladeira, avistou casas decoradas com adesivos eleitorais encarnados enquanto ouvia a frenética sonoridade dos tacos de sinuca bem-vindados bares. Circulou entre praças e patrimônios históricos, compreendendo assim a importância destes lugares na vivência dos sujeitos. A rua é uma escola.

No sertão pernambucano, relutou em comer a tradicional carne de bode, mas não abriu mão da cerveja popular feita a base de mandioca estupidamente gelada e barata. Sem pestanejar, acompanhou o ensaio estudantil numa quadrilha junina, assim como a apresentação de um coco de raiz na praça principal. Fitas de cetim, lantejoulas multicoloridas sob o céu bordado de estrelas citilantes. Tudo parecia uma grande festa. Ou melhor, quase tudo. O assédio ocorrido em espaço público explodiu seu coração como fogos juninos, promovendo estragos já bem conhecidos.

Estradeira, avistou o que era terra de engenho se tornar usina. Caminhos tortuosos rodeados de cana caiana, caçambas de caminhão carregando homens e mercadorias. Homens-mercadorias. Quanto valem? Qual o valor de suas amargas vidas no ciclo do açúcar? Com quantas colheradas poderiam adoçar os anos de exploração? Há de ter doçura neste povo que lhe ofertou iguarias em sua estada. O olhar atravessado da senhora em frente ao portão de casa advertia: a zona da mata, mata!

No agreste, o tempo se espreguiçou entre passos arrastados. Era dia de feira. Vista como objeto “exótico”, despertou a atenção de quem a avistava: qual a sua procedência? Na esquina, homem comprometido levou solavanco da parceira pela ousadia no olhar. Dedo apontado, nariz torcido e fuxico não tinham etiqueta nem preço.

Do sertão ao litoral, buscou colorir territórios mórbidos, destruir ferrolhos da austeridade e quebrar vidraças da covardia. Não havia tempo ou espaço para esconderijo. Desta forma, foi tecendo uma rede de narrativas capaz de reconhecer o sujeito, para além de objeto de pesquisa: como alguém que é dotado de carne viva.

DOIS DEDOS DE PROSA

A estampa colorida do seu vestido destoava das monocromáticas paredes e portões escolares. Corpos uniformizados trafegavam velozmente por corredores ao toque do sinal, como manada sedenta por liberdade. Alguns traziam traços coloridos, cortes e desenhos em seus fardamentos. Outros faziam uso de blusões de moletom, casacos e coletes. A subversão

do tamanho e largura do uniforme já não era novidade, herança da década de 60. Jovens buscando se diferenciar através da transformação do uniforme. Dissidência.

Não deveria perder o foco. Estava ali para entrevistar estudantes transgêneros, experiência que vivenciaria em outras onze unidades de ensino. Inicialmente, recebia o/a discente na entrada da escola. Após uma breve apresentação, pedia para dar uma volta e que o/a mesmo/a lhe apresentasse o local, possibilitando uma observação participante⁴ capaz de identificar dispositivos discursivos (normas de convivência, cartazes, frases escritas nas paredes/colunas/muros/carteiras escolares), assim como elucidar a relação sujeito-ambiente escolar. Enquanto seus olhos passeavam entre concretos e papéis, o corpo em trânsito despertava estranhamento e desejo.

Geralmente, um espaço reservado na instituição possibilitava o aprofundamento da arte do encontro. Biblioteca, laboratório de informática, direção escolar e sala de educador de apoio serviram como abrigo para a entrevista, em virtude da estrutura física, comodidade e isolamento. Enquanto tateava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) levemente solto em sua bolsa de couro desgastada pelo tempo, percebia olhares baixos, tremores nas mãos e até uma certa tensão no ar como se houvesse instalado ali um tribunal de inquisição. Dispensou a formalidade clássica na apresentação do documento sem, contudo, perder a seriedade do trabalho.

Iniciou a entrevista solicitando que lhe fizessem livremente uma pergunta. Silêncio constrangedor, a regra do jogo tinha sido burlada. A curiosidade se verbalizou: como você conseguiu emprego? Tá fazendo qual faculdade? Com quantos anos começou a tomar hormônio? Tem namorado? A entrevistadora assumia a posição de entrevistada e, gradativamente, uma relação de confiança e identificação foi se construindo no interior deste processo hierárquico.

Entre lápis, borracha, caixas de hidrocor, giz de cera e canetas coloridas dispostas na mesa, pedia ao/a entrevistado/a que produzisse livremente seu autorretrato escolhendo como fundo musical uma canção que marcara sua vida. Entende-se por autorretrato a representação do que ele/a imagina, deseja ou idealiza ser, sendo um discurso em primeira pessoa, uma autobiografia visual ou uma encenação do sujeito por si mesmo (FLUSSER, 1998). A auto representação para uma pessoa trans ou travesti possui um alto valor simbólico, considerando a luta diária pelo direito à personalidade em diversos âmbitos sociais.

⁴ Segundo Weffort (1997), a observação é ferramenta básica, favorecendo a construção de um olhar sensível e pensante, que exige do observador, atenção e presença.

Encerrada esta atividade, a pesquisadora realizava o primeiro bloco de perguntas direcionadas a construção do perfil do/da entrevistado/a (cidade, idade, série, raça/cor/etnia, identidade de gênero). Em seguida, o sujeito apresentava seu autorretrato norteado/a pela seguinte questão: quem sou eu?

Fazendo uso de elementos da entrevista projetiva, ou seja, aquela centrada em recursos visuais (HONNIGMANN, 1954 apud MINAYO, 1993), o encontro prosseguia com a entrega de 11 autorretratos impressos a/ao informante, pedindo que selecionasse e justificasse o que mais e o que menos lhe agradava, evitando assim respostas diretas. Ao escolher a composição deste acervo imagético tomou como referência diferentes marcadores sociais (corpo, gênero, geração, raça, religião), sendo as referidas obras produzidas por artistas ligados/as às minorias em épocas e movimentos artísticos distintos.

A – Claude Cahun

B – Egon Schiele

C – Frida Kahlo

D – Andy Warhol

E – Francesca Woodman

F – Branco Cardoso

G – Basquiat

H – Rute Coelho

I – Zaneli Muholi

J – Hobbes Ginsberg

L – Nona Faustine

No processo de análise das imagens, entramos em acordo com Bourriaud (2011a) ao considerar que tão importante quanto as obras de um/uma artista são suas narrativas e modos de existência, afinal, é nesse horizonte que começa o fazer artístico, bem antes das exposições institucionalizadas; é nela que emerge a produção de territórios que escapam à dureza que nos condiciona diariamente.

A entrevista se aprofundava com elementos narrativos, ferramenta metodológica que possibilita a percepção sobre os sentidos atribuídos à experiência e como as mesmas adquirem significados na produção de subjetividades. “(...) sua ideia básica é reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes, tão diretamente quanto possível” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2010, p.93).

Assim como nas memórias, o passado não “retorna em si” nas narrativas. Se reconstrói discursivamente de forma espontânea, não linear através da releitura de imagens e experiências armazenadas na mente através de estímulos. Recorreram-se a tais lembranças como quem tece fios de histórias aparentemente perdidos no e com o tempo, deslocando e

problematizando o passado para o momento da narrativa com todo seu movimento e contradições, sendo continuamente deslocadas em diferentes direções.

Ao contar histórias, os sujeitos atribuíram sentidos aos fatos e, até mesmo, os ressignificavam. A produção de si como sujeito criador de sua própria história, a memória e o esquecimento são guiados por propósitos normativos aprendidos e vivenciados socialmente. Se o currículo escolar recorre a vivências de grupos hegemônicos, silenciando aqueles/as que subvertem as tentativas de imposições da cisnormatividade, deslocar o olhar para estas experiências trouxe à tona as fissuras presentes neste discurso que pretensiosamente busca ser universal.

As narrativas foram capturadas em áudio no formato MP3, não sendo estabelecido um limite temporal em respeito ao ritmo dialógico de cada participante. As músicas selecionadas, pausas discursivas e entonações captadas pelo gravador, assim como as expressões faciais, gestos e outras linguagens corporais foram registradas sutilmente no formato de “nota de campo” durante a observação e/ou entrevista. Ao voltar para casa, a pesquisadora registrava suas impressões e sensações através de gravações sonoras.

Considerando que o WhatsApp é um fenômeno comunicativo, foram feitas transcrições de interações extraídas do aparelho celular pertencente à pesquisadora, a partir de conversas privadas com os/as entrevistados/as mediante autorização dos mesmos. Os registros, situados entre novembro de 2018 e junho de 2019, abordavam questões como escola, família, trabalho, afetividade, sonhos e saúde. Parte dos diálogos ocorreram durante o período da madrugada e expressam situações de intensa angústia ou gratidão.

Assim, a interação com os/as entrevistados/as foi transbordando. Ocupou territórios que, até então, estavam metodologicamente “desprogramados”. Durante (e após) a pesquisa, se fez presente em ensaios artísticos, atividades de militância e ambulatórios; assim como nos ensaios e passeios em praças, shopping e espaços culturais. Experimentou ver o que via todo dia, muitas vezes sem ver.

Este conjunto de material foi analisado a partir de passos propostos por Schütze (1997, 1083) citado por Jovchelovitch; Bauer (2010, p.106), seguindo as seguintes fases:

1. Transcrição detalhada de alta qualidade do material verbal;
2. Agrupamento e comparação das ‘trajetórias’ individuais.
3. Trajetórias individuais colocadas dentro do contexto e semelhanças são estabelecidas permitindo a identificação de trajetórias coletivas.

A escolha desta “estrada” possibilitou que os objetivos, a perspectiva teórica adotada e o corpus da pesquisa estivessem “em compasso”, considerando que a referida investigação

não buscava uma “verdade” ou mesmo a objetividade dos fatos, mas compreender como tais sujeitos articulam os acontecimentos, bem como suas motivações ao reconstruir tal experiência pela via narrativa.

DESCRUZANDO OS BRAÇOS

Por um instante sentiu seu coração em mil pedaços. Pensamentos turvos e uma vontade incontrolável de se embriagar no choro lhe tomava por inteira. A vida nunca lhe deu trégua, apenas esperanças vazias que se dissipavam no ar em questão de instantes. Contudo, dentre tantos equívocos havia algo certo: nos dias mais difíceis, adormecer no abraço do travesseiro banhado em lágrimas trazia o conforto de um óbito lento. Ao amanhecer, a ressacada tristeza anunciava a ressurreição daquele corpo repleto de marcas e mágoas. Ainda há muito o que escrever e, quem sabe assim, sobreviver.

O capítulo a seguir versa sobre as políticas educacionais e curriculares nacionais voltadas para as questões de gênero e sexualidades no período compreendido entre 1988 e 2019. Uma investigação pautada na análise de documentos, sobretudo os que fazem alusão à transgeneridade, apresentados a partir de uma lógica discursiva em que determinados sujeitos buscam fixar sentidos na luta hegemônica.

Na “costura” deste texto, o protagonismo trans e travesti estabelece diálogo com a política educacional demonstrando assim a incidência deste jogo político nos referidos corpos que incansavelmente se movimentam, ora desfrutando de importantes conquistas legais, outrora tomando fôlego para não sucumbir perante a brutalidade do desmonte.

Capturar os sentidos e silêncios submersos nos discursos oficiais e como isto repercute na produção de subjetividades dão o tom do último capítulo, afinal a estratégia da uniformização estudantil que visa originalmente a regulação e o disciplinamento tem suas falhas.

Experiência. É ela que constitui os sujeitos e não o contrário, sendo um processo de significação que pode ser abordado enquanto “lugar de formação do sujeito” (BRAH, 2006). Desta forma, a experiência das/dos sobreviventes emerge não como aquilo que se viveu, mas enquanto elaboração deste vivido, como estão se fazendo e quais os significados atribuídos. Assim, o social se torna mais permeável, contrariando o heroísmo típico dos folhetins. O tempo bate à porta, é preciso seguir. Ainda que a dor não lhe dê descanso. Ainda que os efeitos colaterais dos ansiolíticos e antidepressivos comprometam seus passos. Siga. Escreva. Sobreviva

Corpo Plataforma

“Sangue de barata”: Gênero, Sexualidades e Disputas

Eram quase onze e meia da noite de uma sexta-feira chuvosa quando finalizou o plano de intervenção pedagógica sobre sexualidades, exercício que contaria como atividade avaliativa do curso de especialização. As aulas ocorriam rigorosamente aos sábados e, considerando a maratona semanal que incluía seis cadeiras da segunda graduação e o exercício da docência em 12 turmas da rede pública de ensino, não se dava ao luxo de seguir recomendação de ter, pelo menos, oito horas de sono.

Suspirou ao ver as folhas milimetricamente organizadas sobre a mesa, prontas para serem despachadas. Mais do que alívio, sentiu seu corpo ser inundado pelo orgulho de quem se reconhece em cada palavra ali presente. Deitou-se. Deleitou-se. Por mérito ou necessidade, seu fatigado corpo rendeu-se ao prazer do aconchego. Ao fechar os olhos, tentou até esboçar um sorriso vislumbrando o dia que, apesar da névoa, insistia em raiar.

Caída nos braços de Morfeu, sonhou como há tempos não era possível. Como a vida é implacável, pagou o preço por tamanha ousadia: trabalho recusado, sob alegação de que a temática não era objeto investigativo da sua área de formação. Nova oportunidade lhe foi dada mediante recomendação: para evitar problemas, deveria formular uma intervenção sobre patrimônio.

O ano era 2008. O Brasil fervilhava com a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais trazendo em seu bojo importantes reflexões sobre o papel da instituição escolar no enfrentamento à violência contra a população LGBT. Enquanto isso, numa universidade pública a discussão estava sendo vetada em nome de uma suposta legitimidade epistemológica. Estes discursos são constituídos a partir de processos de disputas e embates, tentativas provisórias de atribuir um sentido único à política que, no entanto, não conseguem impedir ou limitar a emergência de outros sentidos possíveis.

“Dar a cara a tapa”: Da constituição cidadã ao PNDH-2.

Bodocó, sertão de Pernambuco. Nos anos 40, nesta terra árida demarcada por brutalidades e repressões, nascia Brenda Lee (CARVALHO and CARRARA, 2013). Devota de Nossa Senhora Aparecida, aos 14 anos tomou as rédeas de sua vida ao se mudar para o

bairro do Bexiga, em São Paulo. Inicialmente era conhecida por “Caetana” até adotar o nome da famosa cantora estadunidense, Sobreviveu entre becos e asfaltos, flertando com a marginalidade e a exclusão social ao desafiar o padrão social que lhe era imposto. Em vários espaços institucionais, a exemplo da escola, seu corpo não era bem-vindo.

Assumir uma identidade considerada “desviante” ou “trans-viada” na instituição escolar pressupõe ser alvo constante de agressões físicas, insultos, humilhações entre outras tantas violências que, por vezes, são naturalizadas pela ótica da “simples brincadeira” ou até mesmo silenciadas em favor de determinado conteúdo curricular. Sim, as rotas do Atlântico, as ligações covalentes e até mesmo os microrganismos parecem ter maior relevância do que problematizar as insinuações presentes em frases como “fulano é meio doentinho” ou “sicrana parece um machinho”.

Desnudando as naturalizações e os silenciamentos, a Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil (2016) aponta que os atos de violências envolvendo estudantes LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) – ou que, por algum motivo, seja percebido como tal nos espaços escolares: 27% dos entrevistados afirmaram ter sofrido agressão na escola e 73% foram alvos de xingamentos.

Em 1984, Brenda Lee adquiriu um imóvel na rua Major João Diogo, 779. Nesse espaço, abrigou jovens travestis que foram expulsas não apenas de suas famílias consanguíneas, mas também dos espaços escolares. Surgia assim, o "Palácio das Princesas". A onda de extermínio de travestis na zona sul paulistana estimulou a chegada de novas moradoras, trazendo na bagagem insegurança, sonhos em retalhos e baixa escolaridade.

O papel e a importância dos espaços escolares na garantia do direito à educação de travestis e transexuais têm sido constantemente repensados, seja como reprodutores/as das ordens sociais (perspectiva hegemônica nesse campo de produção epistêmica) ou como transformadores destas, considerando a ambivalência presente na significação da escola enquanto espaço de negociação.

Analisar essa relação, atualmente, tem apontado a necessidade de se considerar pelo menos dois aspectos que marcam o campo social mais amplo. O primeiro é o surgimento de políticas públicas no âmbito das questões de gênero e sexualidades voltadas para a formação, inicial e continuada, e de apoio – ainda que pontuais – a ações de promoção da equidade de gênero na escola (OLIVEIRA, 2009). O segundo aspecto é o fortalecimento de movimentos neoconservadores, alguns amparados no fundamentalismo religioso, que reafirmam hierarquias sexuais e de gênero atravessando as normativas e práticas pedagógicas desenvolvidas na primeira década do século XXI, no Brasil.

Nas últimas décadas do século XX, documentos como a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) reconhecem a legalidade do direito à educação para a igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual, garantindo a implementação de políticas educacionais para atingir determinados fins, ainda que de forma mais tímida do que em outros campos, como a saúde e o trabalho, sendo necessário lançar um olhar atento para a historicidade destes documentos.

Promulgada em 1988, a “constituição cidadã” não mencionou em nenhuma de suas páginas o termo “gênero”, tendo em vista que a expressão desfrutava de pouca familiaridade nos meios políticos e até mesmo entre mulheres de movimentos populares em tempos de constituinte (DESLANDES, 2015). Apesar desta lacuna, a atuação de entidades como o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) através da “Campanha Mulher Constituinte” que alcançou diversas cidades brasileiras foi de suma importância para o avanço da pauta feminista.

Imagem 1 – Cartaz anunciando uma atividade do Movimento de Mulheres do Recife

Fonte: <http://bdbrazil.baderna.cc/partida-alternativa/>

O CNDM mobilizou mulheres de todo o país solicitando o envio de propostas constitucionais. Com o auxílio de juristas, as milhares de correspondências recebidas foram transformadas na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes possibilitando a garantia de 80% das demandas apresentadas pelo movimento neste regimento (CARNEIRO, 2003). Desta forma, a carta magna contemplava uma perspectiva de gênero pautada na equiparidade e no empoderamento enquanto princípios normativos.

Destacamos que, se o feminismo em sua gênese era predominantemente branco e elitista, a partir da década de 1980 cresce a visibilidade de ações protagonizadas por mulheres pobres, trabalhadoras e/ou negras e indígenas (ALVAREZ, 2000). A inserção de mulheres como Brenda Lee e demais moradoras do “Palácio das Princesas” neste movimento só seria possível após algumas décadas, a partir de embates internos e do redesenho dos sujeitos femininos.

Em relação à diversidade sexual, ficou a cargo do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), Triângulo Rosa e Grupo Gay da Bahia (GGB) a tarefa de reivindicar a inclusão da expressão “orientação sexual” no artigo que proíbe discriminação por “origem, raça, sexo, cor e idade”, não obtendo o mesmo êxito do movimento feminista: foram 130 votos a favor; 317 contra; 14 em branco; 60 não foram ao plenário e 38 estavam ausentes do Congresso (MASCARENHAS, 1997).

Posteriormente, o pleito foi incluído nas legislações de vários Estados e municípios, sinalizando a importância da mobilização social em espaços deliberativos. Em linhas gerais, a constituição de 1988 representou um marco jurídico na transição democrática brasileira, agregando valores sociais ao romper com o autoritarismo em favor de uma cidadania mais plena, reconhecendo os direitos humanos enquanto princípios norteadores das relações internacionais do Brasil. A tripartição de poder possibilitou maior participação popular através da intervenção no processo legislativo pela via do Supremo Tribunal Federal (STF).

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB N° 9.394/96) compreende a educação enquanto processo de formação humana, afirmando em seu Art. 2º que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania”. O Art. 3º apresenta os princípios nos quais o ensino deverá se basear, dentre eles, o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996, p. 1).

Tomando como referência os artigos mencionados, constatamos que as questões de gênero e sexualidades só podem ser lidas nas entrelinhas do regimento, não recebendo qualquer menção direta ou destaque. A abordagem adotada pelo documento reitera as hierarquias de poder a partir do prisma da “generosidade”, sem problematizar como tais desigualdades são produzidas ou o porquê desse “outro” ocupar tal posição (SILVA, 1999).

Com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em vigor a partir de 1997, pela primeira vez a expressão educação/orientação sexual é mencionada de forma direta numa proposta curricular brasileira enquanto tema transversal, simbolizando o reconhecimento do poder público quanto à importância desta discussão nos espaços da educação formal em

tempos de situação epidêmica do vírus HIV e mudanças de padrões comportamentais. A AIDS ganhou notoriedade no Brasil ainda na década de 80, período em que se conhecia pouco sobre os efeitos da doença que crescia de forma avassaladora.

Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/apos-descoberta-de-diagnostico-em-1981-aids-mata-milhoes-vira-mal-do-seculo-13276614>

No intuito de garantir o acolhimento à população mais vulnerável contaminada pelo vírus, o “palácio das princesas” também se tornou casa de apoio para pacientes, contando inicialmente com uma estrutura precária. Posteriormente, o espaço firmou convênio com a Secretaria de Estado de Saúde do Estado de São Paulo para acolhimento e cuidado de soropositivos, sendo juridicamente reconhecida em 1992.

Brenda Lee exerceu o cargo de presidente vitalícia desta instituição por cerca de uma década, desenvolvendo ações que contribuíram de forma significativa para construção de uma rede de enfrentamento da AIDS sendo esta reconhecida como modelo pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Ainda sobre a construção e fortalecimento desta política, destacamos a organização do movimento de travestis datada no alvorecer dos anos 90, tendo como pauta inicial questões relacionadas a epidemia da Aids desencadeando o aumento nos casos de agressão contra estes sujeitos.

Violência. Em 1996, no auge de sua militância, Brenda Lee foi brutalmente assassinada. Seu corpo, encontrado no interior de uma Kombi estacionada em um terreno baldio, continha tiros na região da boca e no peitoral. Um ano após o ocorrido, a política de enfrentamento a AIDS ganha novo fôlego ao reconhecer a importância do espaço escolar

como lócus de discussão desta temática por intermédio dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Segundo o PCN, caberia à escola informar à família dos/das estudantes sobre a inclusão de conteúdos de Educação Sexual na proposta curricular e explicitar os princípios norteadores da proposta (BRASIL, 1997, p. 85). Ao sinalizar o corpo enquanto matriz de sexualidade, o PCN recomenda uma abordagem que contemple os aspectos emocionais e afetivos, valorizando a dimensão histórica da corporeidade, assim como o esclarecimento de possíveis dúvidas quanto aos cuidados em relação ao corpo, métodos contraceptivos e gravidez. “(...) As informações corretas aliadas ao trabalho de autoconhecimento e de reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a consciência sobre os cuidados necessários para a prevenção desses problemas” (BRASIL, 1997, p. 14).

Contudo, essa perspectiva é construída a partir do olhar ainda essencialista sobre o ser humano e a sexualidade, carecendo de maior aprofundamento sobre a constituição histórica destes elementos assim como de outras categorias, a exemplo da homossexualidade.

Macedo (2006) propõe uma discussão sobre como a questão da cultura - especialmente da diferença ou da diversidade cultural - é articulada a este documento, reconhecendo que os textos dos PCN não são “(...) o guia absoluto da prática curricular” (Macedo, 2006, p. 163) nem, tampouco, são simplesmente o “(...) produto da mente de seus formuladores” (Macedo, 2006, p. 163). Os Parâmetros são apresentados, desse modo, como produto cultural, construído através dos embates e negociações entre diferentes posições, nos diferentes contextos de circulação das políticas de currículo.

Ao abordar questões ligadas a diversidade sexual, o documento carece de conteúdos que contemplem as diversas expressões de sexualidades e o direito à livre orientação. Sem alcançar grande relevância, a temática estava associada ao termo “polêmica”, fortalecendo a cultura do medo e o tabu pedagógico no trato destas questões. Ainda assim, é inegável o pioneirismo deste dispositivo legal, seja pela “oficialização” destes assuntos no currículo escolar, ou pelo uso de significantes como “combate à discriminação” e “respeito ao outro”, termos recorrentes no discurso pedagógico oficial da primeira década do século XXI, a exemplo dos dois primeiros Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH), lançados respectivamente em 1996 e 2002, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O PNDH I é o primeiro documento oficial do governo federal a mencionar a categoria homossexualidade na perspectiva de direito, apoiando programas preventivos de violência contra este segmento por sua vulnerabilidade social, além de propor o

enfrentamento a qualquer forma de discriminação em virtude da orientação sexual (BRASIL, 1996). No PNDH II, lançado no final do segundo mandato de FHC, temos maior abrangência no que tange a sexualidade, através da previsão de espaços formativos para profissionais de educação, além da regulamentação da lei de redesignação sexual e mudança de registro civil para transexuais (BRASIL, 2002).

Ainda que as ações propostas pelo PNDH I não tenham sido efetivamente concretizadas e o PNDH II, sem definir quais os órgãos responsáveis pela implementação da política não tenha alcançado o êxito almejado, observamos a atuação mais forte dos múltiplos agentes nas disputas e processos de articulação pela hegemonização de sentido sobre “igualdade de gênero” e “diversidade sexual” (OLIVEIRA, 2018), a exemplo da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) que participou ativamente na construção da versão preliminar do segundo programa.

Para além dos programas a nível federal, amplia-se o espectro de atuação das organizações não-governamentais, entidades que surgem no Brasil entre o final da década de 1970 e o começo da década de 1980, com ações voltadas para a defesa da visibilidade, produção de novos conhecimentos e pela luta de direitos civis e cidadania plena. Dentre elas, a Casa de Apoio Brenda Lee que adquiriu status de ONG após o imóvel ser adquirido por terceiros, considerando que a família da ativista não demonstrou interesse em assumir o projeto.

Na década seguinte, o terceiro setor assumirá um papel preponderante na prestação de serviços pedagógicos voltados para a temática de gênero e sexualidades a partir do financiamento estatal em resposta as reivindicações por uma “educação mais inclusiva”.

“Com unhas e dentes”: Educação e Sexualidades em tempos de Lulismo

Na noite de 18 de fevereiro de 2016, no Centro Comunitário Athos Bulcão, no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília, Marcelo Caetano da Costa Zoby se tornava bacharel em Ciências Sociais. Como primeiro homem trans e negro a se formar naquela instituição, seu discurso enquanto orador da turma foi composto por fragmentos poéticos de sua autoria.

“Do alto dos seus títulos, daí de onde você vê. A universidade é pra quê? Pra caber quem?”

O acesso deste estudante ao Ensino Superior ocorreu durante a gestão do Governo Lula, período em que os discursos sobre “educação inclusiva” ganharam maior visibilidade e temas como “livre orientação sexual” e “enfrentamento à homofobia” se fortaleceram a partir de demandas advindas das ações coletivas. Duas vertentes antagônicas nortearam as políticas educacionais dessa gestão: se por um lado, as agências internacionais reivindicavam uma perspectiva educacional compensatória e precária, por outro, ampliava-se o diálogo entre movimentos sociais organizados e instituições governamentais na formulação de políticas públicas.

O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu estratégias para efetivação desta tão almejada “educação inclusiva”, sistematizando planos, programas e projetos, além de criar novas instituições como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)⁵, implementada em 2004. Segundo Oliveira (2018), este órgão encontra-se associado ao signifiante “Educação de Qualidade para Todos” que alcançou grande relevância após a publicação da “Declaração Mundial de Educação para Todos” (1990), cujos princípios são monitorados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

“O que vale mais: suas oito páginas de referência ou a nossa ancestral experiência?”

A relação de proximidade entre governo e a rede LGBT possibilitou a construção de várias ações e programas direcionados a este segmento. Em 2004, o lançamento do Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (BSH) ampliou o espectro de atuação da SECAD, responsável pela implementação de ações educacionais previstas neste programa tais como: a elaboração de diretrizes claras de não-discriminação por orientação sexual voltadas aos sistemas de ensino, formação inicial e continuada de docentes, promoção de novos materiais educacionais e realização/divulgação de pesquisas acadêmicas sobre gênero e sexualidades. Observa-se que temas antes renegados na agenda governamental passam a ser negociados e, por vezes, acolhidos, total ou parcialmente, por determinadas políticas públicas de educação.

Se a inserção de gênero e sexualidades no currículo da educação básica adquiria caráter de emergência no BSH, o perfil curricular das licenciaturas não garantia aos/as educadores/as a formação básica necessária para o desenvolvimento de ações que atendessem

⁵ Em 2010, após a fusão com a Secretaria de Educação Especial do MEC, a Secad passa a ser denominada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

as exigências previstas na normativa. As experiências pedagógicas eram reduzidas, muitas vezes, a projetos esporádicos desenvolvidos por profissionais da área de ciências e/ou biologia, demarcados por aspectos anatômicos e preventivos aos moldes da disciplina Programas de Saúde criada na reforma curricular de 1971.

No intuito de contribuir no processo formativo do corpo docente, a SECAD realizou uma seletiva de projetos tendo como objetivo a realização de formação destinada a profissionais da educação das redes públicas de ensino, promovendo a cultura de reconhecimento da diversidade sexual e de gênero. A estimativa da SECAD era que, entre 2006 e 2007, um número aproximado de 2.400 educadores/as participassem destes espaços de formação (SECAD/MEC, 2007).

Buscando fortalecer esta rede de estudos e reflexões sobre gênero e diversidade sexual, o Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o Conselho Britânico e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ) promoveu uma das experiências mais significativas em relação a formação continuada no país: o Curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

O projeto piloto, desenvolvido em 2006, contou com a participação de 1.200 cursistas entre professores/as, gestores/as e coordenação pedagógica, distribuídos nas cidades de Dourados (MS), Salvador (BA), Nova Iguaçu (RJ), Niterói (RJ), Maringá (PR) e Porto Velho (RO). A seleção dos municípios obedeceu aos seguintes critérios: territorialidade, diferenças de perfis, tamanhos, localização e articulação político-institucional com agentes locais, tanto do poder público como da sociedade civil.

A taxa de evasão, inferior a 19%, foi considerada baixa em relação à média geral de cursos, estimulando assim a reoferta a partir de um convênio entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e diversas instituições de ensino superior (IES). Em 2009, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) ofertou o curso em cinco polos: Tabira, Pesqueira, Carpina, Ipojuca e Jaboatão dos Guararapes, reservando 60 (sessenta) vagas por município. Como processo avaliativo de conclusão do curso era exigido a entrega de memorial a partir das experiências diárias vivenciadas nesta formação, um projeto pedagógico relacionado ao tema e auto avaliação do/da cursista.

O estímulo à produção científica e ao desenvolvimento de experiências pedagógicas em gênero e sexualidades não ficaram restritas aos espaços formativos. Em 2005, a Secretaria de Políticas para as Mulheres criou o Prêmio Nacional Construindo a Igualdade de Gênero que, em seu lançamento, contou com a participação de 1587 (mil quinhentos e oitenta e sete)

inscritos/as. A ancestral experiência do movimento social e as páginas acadêmicas financiadas pelo poder público estabeleciam fortes relações na construção desta política.

Na época, Marcelo estava em sua puberdade. Estudante da rede básica de ensino, não sentia reverberar os efeitos desta política em seu espaço escolar. Pelo contrário, a sala de aula tornou-se palco das mais diversas formas de discriminação, especialmente no tocante as questões raciais e de gênero. Seu corpo parecia estar disponível para qualquer um. O cabelo era motivo de “piadas” a todo tempo. Seguramente, não havia a quem recorrer para solucionar tais conflitos. Os olhos do país estavam voltados para eleição presidencial.

*“(...) não pense que entramos aqui por favor que não merecemos
ou que qualquer coisa aqui nos foi dada”.*

Após quatro anos de mandato, o Governo Lula apresentava balanço favorável quanto a implementação de políticas públicas LGBT: ampliação na oferta de formação profissional, estímulo à produção de material e formulação de programas intersetoriais articulados a 45 (quarenta e cinco) Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (CRDHCH) e 8 (oito) Núcleos de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (NRDHCH) em instituições públicas de ensino superior, espaços que posteriormente terão seus serviços comprometidos por falta de repasses financeiros.

Na disputa pela reeleição, a carta-programa petista defendeu o aprofundamento de ações de combate à discriminação e promoção da cidadania nos marcos do programa Brasil sem Homofobia, reflexo da capilarização desta política em determinados órgãos do Governo Federal, em especial a Secretaria de Direitos Humanos.

O cenário internacional também daria a sua contribuição com o lançamento dos Princípios de Yogyakarta sobre a Aplicação do Direito Internacional de Direitos Humanos às Questões de Orientação Sexual e Identidade de Gênero pela ONU em 2006, despertando o interesse de um governo disposto a investir nas relações internacionais e melhorar a imagem do país no exterior.

A política de produção de material é intensificada neste novo mandato com a publicação do Caderno SECAD 4 - Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos, integrando uma série bibliográfica de documentação das políticas públicas implementadas por esta secretaria.

O Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007, também contribuiu com publicações

direcionadas ao fortalecimento de práticas pedagógicas voltadas para os direitos reprodutivos e sexuais. A escola e a unidade básica de saúde passaram a ser compreendidas enquanto espaço para a articulação das políticas voltadas para adolescentes e jovens, mediante a participação de estudantes, famílias, profissionais da educação e da saúde.

O Guia para a Formação de Profissionais de Saúde e de Educação, cuja primeira versão foi publicada em 2008, abordava temas como Doenças Sexualmente Transmissíveis, relações de gênero, homossexualidade e continha propostas de articulações intersetoriais distribuídas em 7 unidades. A segunda versão deste material, com distribuição datada em 2011, enfatiza a importância do protagonismo juvenil ao ser intitulada “Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares”. Enquanto série de 8 fascículos, identificamos uma abordagem referente a transgeneridade em dois volumes: pontualmente em gênero e de forma mais aprofundada em diversidade sexual.

Neste intervalo de tempo, Marcelo ingressou no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Sua timidez e silêncio potencializadas pelas dúvidas sobre pertencimento lhe provocavam angústias e nocivos desejos que lhe corroíam pouco a pouco por dentro, como se estivesse podre. Quem era ele? Não conseguia encontrar respostas. Sentia-se perdido e deslocado. Sua saúde e rendimento acadêmico estavam comprometidos. No plano político, o movimento social reivindicava uma atuação mais efetiva do Estado em relação a cidadania e qualidade de vida. Para Marcelo. Para população LGBT.

“(...) o outro se torna um nós que é capaz de falar sobre si mesmo”.

Enquanto o arranjo produtivo de materiais didáticos atravessava um período de franca expansão, a realização da 1ª Conferência Nacional LGBT em Brasília, entre 5 e 8 de junho de 2008, representou um marco na luta pelo direito à livre orientação sexual, deslocando a homofobia em favor da garantia da igualdade de outros segmentos como lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis. Exemplo disto é a participação da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) na comissão organizadora do evento, representada por Luana Cotroff e Tatiane Araújo.

Norteados pela temática “Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania LGBT”, o evento foi precedido por conferências regionais e/ou municipais e estaduais, experiência singular a nível internacional que resultou em 51 diretrizes e 180 ações, fazendo parte da agenda comemorativa do sexagésimo aniversário da declaração universal dos direitos humanos, além de contar com a presença do presidente Lula

na abertura do evento que usou um boné do movimento LGBT em parte de seu discurso e posou com a bandeira do arco-íris (imagem 3).

Imagem 3 – Presidente Lula segura uma bandeira do movimento LGBT em conferência em Brasília.

Fonte – Agência Estado/ AE

No âmbito da educação, sessenta propostas aprovadas no evento representaram os anseios do segmento LGBT por uma educação que valorizasse os diferentes gêneros e sexualidades: ao reivindicar a criação de programas e ações direcionadas ao acesso e permanência de transexuais e travestis nos espaços educacionais, assim como a inserção do termo transfobia em todas as proposições onde a expressão homofobia se fizesse presente, as múltiplas vozes denunciavam não apenas a fragilidade, mas a invisibilidade da “pauta trans” nas políticas públicas brasileira.

O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais surgiu enquanto herança desta conferência. Criado em 2009, o documento tinha por objetivo orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas, mobilizando assim o Poder Público e a Sociedade Civil na consolidação de um pacto democrático (BRASIL, 2009).

O documento lançou um olhar voltado para a implementação das ações através dos recortes de gênero, orientação sexual, raça/etnia, origem social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária, situação migratória, especificidades regionais e particularidades da pessoa com deficiência.

Entretanto, o referido dispositivo legal foi apresentado apenas em Brasília, não sendo instituído na forma de decreto ou portaria pelo governo, caindo assim na inexistência da formalidade. Além do Plano, foi criada a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT na estrutura da então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2009) e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (2010).

Foi na aula de Direito Civil, a partir da explanação sobre retificação de registro civil que Marcelo ouviu falar pela primeira vez sobre transexualidade. Não se via apenas como pertencente a raça negra. Era um homem negro. Se reconheceu e enfrentou a carga social da transição. Afastamento familiar, falta de apoio, depressão. Tentou suicídio por diversas vezes sendo internado num manicômio. Ao sair daquele lugar que tanto sofrimento lhe causara, trouxe consigo um sonho: regressar a universidade.

“Se no meio da aula você diz que eu tô todo errado.

Eu te digo que pra chegar até aqui atravessei cerca de arame farpado”.

Contemporâneo a este cenário, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) encomendou uma Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar (2009), sendo aplicadas em quinhentas e uma escolas de vinte e sete estados, respeitando a proporcionalidade demográfica de matrícula. Com relação a entrevista, foram consultados/as 15.087 estudantes, 1.004 professores(as) de português e matemática, 501 diretores(as) de escolas, 1.005 profissionais de educação e 1.002 pais, mães e responsáveis, membros do Conselho Escolar ou da Associação de Pais e Mestres.

Das oitenta e três questões atitudinais, sete estavam relacionadas a gênero e doze faziam referência a orientação sexual. A referida pesquisa buscou fornecer subsídios para a elaboração de políticas e estratégias de ação que promovessem a diversidade e combatessem a discriminação nas escolas públicas brasileiras, além de potencializar estudos com esta abordagem em múltiplas perspectivas. O Ministério da Educação (MEC) manifestou interesse em analisar detalhadamente os resultados da pesquisa, buscando melhorar o ambiente escolar através da valorização da diferença enquanto princípio pedagógico e o fortalecimento da discussão sobre gênero e sexualidades nos currículos.

Tal premissa se faria presente no III Programa Nacional de Direitos Humanos, construído a partir de propostas elaboradas em conferências atestando caráter mais democrático ao documento. A “diversidade sexual” e suas demandas foram aprofundadas em

comparação às duas versões anteriores, estando presente em vários eixos, diretrizes e objetivos do programa.

No que diz respeito a educação, o documento estabelece diálogos com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)⁶ e apresentou como princípio a inclusão das sexualidades nos currículos escolares, direcionamento que também foi compartilhado no Programa Nacional do Livro Didático de Sociologia de 2012 (PNLD), ao integrar gênero e sexualidade como novos temas a serem apresentados aos/as estudantes na bibliografia adotada pela instituição de ensino.

Outro importante avanço do PNDH-3 foi a ampliação de ações voltadas de forma específica para o segmento transgênero, simbolizando o fortalecimento da organização política desse movimento e o reconhecimento institucional de suas especificidades. Das vinte e duas ações relativas à “diversidade sexual”, cinco eram direcionadas a travestis e transexuais, sendo duas na área de segurança, duas em saúde e uma intersetorial voltada para a política de uso do nome social.

Em setembro de 2012, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) aprovou a o uso de nome social por Marcelo. Nesta época, o estudante já tinha trancado quatro das sete matérias do período porque o corpo docente se recusava a chamá-lo pelo nome ao qual se identificava. A partir daí, criou-se precedente, dentro da instituição, para que outros/as estudantes e servidores também reivindicassem esta política enquanto os ânimos se mostravam acirrados no cenário político nacional.

“Estado Democrático de Direito é o seu nome. Será mesmo?”

Os/as parlamentares evangélicos/as não mediram esforços para a revogação do PNDH-3, colocando na berlinda o apoio desta frente política à candidatura presidencial de Dilma Rousseff (PT) para as eleições de 2014, o que implicou na retirada de alguns pontos presentes no programa. O avanço desta frente parlamentar é resultado da confluência de fatores: o extensivo uso midiático por grupos religiosos, a ampliação do número de fiéis⁷, o discurso empregado por determinadas lideranças eclesiais e as alianças eleitorais (GONÇALVES, 2011).

⁶ O PNEDH possui três versões lançadas respectivamente nos anos de 2003, 2006 e 2007, durante o governo Lula. O documento deriva de uma parceria entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Educação e Ministério da Justiça, com o objetivo de promover a cultura dos direitos humanos na perspectiva de uma sociedade igualitária, com respeito à diversidade e que contribua para uma cultura democrática e cidadã.

⁷ Se, em 2000, o número de evangélicos/as correspondiam a cerca de 15,4% da população brasileira, em 2010, o grupo religioso passou a representar 22,2 % do total dos/as brasileiros/as (IBGE, 2010).

Ao final do segundo mandato de Lula, a diminuição do poder de influência do movimento LGBT e feminista na agenda governamental parecia mais estratégica do que a possível ruptura com lideranças religiosas, ou seja, era necessário realizar concessões políticas em nome da elegibilidade da então candidata Dilma Rousseff.

Aprovado no mestrado em Direito pela UNB, Marcelo seguia sonhando com a chegada de um tempo onde o preto estará no rosto mais do que nas becas e que as travestis estarão na escola mais do que na esquina. Havia um longo caminho pela frente e os tempos vindouros não estavam para brincadeira.

“Pra arrancar os cabelos”: Ofensiva neoconservadora no Governo Dilma

Illegalidade.

Formado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestrando em Psicologia Educacional, João Nery refez sua documentação adotando ilicitamente o nome social em plena ditadura civil-militar brasileira. Como seu currículo escolar e profissional não eram compatíveis com a nova identidade, passou a ser considerado analfabeto. Exerceu a profissão de vendedor, cortador de confecção de roupas e massagista de shiatsu. Em 1977, se submeteu a redesignação sexual por meio de procedimento cirúrgico sigiloso. Na época, a prática era tipificada como crime de mutilação.

Clandestinidade.

Neste mesmo período histórico, uma estudante de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desafiava o autoritarismo do regime pela via da guerrilha. Seu nome? Dilma Vana Rousseff. Podia também ser chamada de Estela, Wanda, Luiza, Marina, ou Maria Lúcia. Portando documentos falsos, usou cinco nomes. Casou-se por duas vezes, militou em duas organizações clandestinas, passando por São Paulo, MinasGerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Proximidade.

A história destes sujeitos foi marcada por intensos silêncios e diálogos. Na luta pela liberdade política do país, Dilma foi presa e torturada escapando por pouco da morte, enquanto João Nery percorria sua viagem solitária, sobrevivendo em meio a ditadura de gênero.

Com o fim da guerrilha, o discurso sobre a iminente revolução comunista passou a ser atrelada de forma mais incisiva ao viés cultural, compreendendo a dissidência sexual como parte de um plano internacional cujo objetivo era a destruição dos valores morais. Nesta

época, a esquerda não integrava expressamente em sua agenda política a defesa dos direitos à diversidade de gênero.

Foi preciso algumas décadas para que parte do movimento associasse a construção de uma nova ordem social e política com liberdade sexual. No decorrer desta jornada, muita coisa mudou. A militância não seria mais a mesma, afinal os textões derivados da cybercultura promoveram uma esfera discursiva na internet, popularmente conhecida como “militância de sofá”. Os partidos políticos, sobretudo os ditos de esquerda, apresentavam candidaturas em defesa das minorias e os debates eleitorais traziam em seu bojo questões relacionadas a gênero e sexualidades.

Passados 26 anos do fim da ditadura civil-militar, o país assistiu João Nery lançar seu segundo livro intitulado “Viagem Solitária” num programa televisivo de relativa audiência, tornando-o referência nacional enquanto ativista dos direitos humanos. Sua obra anterior, Erro de pessoa, lançado em 1984, não tivera o mesmo êxito. Os tempos eram outros. O país ainda se recuperava da ressaca eleitoral que culminou na eleição da sua primeira presidenta.

No pleito de 2011, Dilma Rousseff obteve 56% dos votos válidos derivados de uma ampla aliança política e do adensamento da presença religiosa no Congresso. De acordo com levantamento realizado pelo Portal G1 (2015), dos 513 deputados e deputadas federais, 300 afirmaram ser católicos/as, 68 evangélicos/as, 19 sem religião, 14 se intitularam cristãos/ãs, oito espíritas, 2 seguiam todas as religiões, um se declarou judeu e 101 não deram respostas.

A atuação legislativa de deputados e deputadas denominados evangélicos/as e católicos/as tem ganhado projeção em virtude da luta travada contra os movimentos em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. Essa contraofensiva tem sido feita de forma espontânea ou organizada por intermédio de duas entidades: a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana (FPMCAR).

As duas frentes assinam em conjunto uma série de Projetos de Decreto Legislativo da Câmara (PDC) que visam sustar o reconhecimento da identidade de gênero em repartições públicas, assim como a resolução nº 12/2015 que dispõe da garantia de acesso e permanência de travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino formulado pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNDC/LGBT.

Com o avanço político destas frentes nas instâncias decisórias do país, a laicidade do Estado vem se constituindo enquanto categoria em disputa. O “pânico moral” tem sido uma eficiente estratégia acionada por estes grupos ao atrelarem propostas ligadas aos direitos sexuais e reprodutivos à destruição da família e dos valores sociais. O movimento LGBT

responde a este ataque equiparando religiosidade a intolerância, dificultando assim o estreitamento no diálogo com setores religiosos mais progressistas⁸: perpetua-se uma história marcada por conflitos e tensões no reconhecimento de suas pautas reivindicatórias.

Nenhum projeto de lei referente ao aborto, direitos LGBT ou questões de cunho moral passa no plano político sem a resistência destes movimentos, a exemplo da mobilização contra o Projeto Escola sem Homofobia (ESH) cujo recurso foi articulado no Congresso Nacional pela ABGLT, por intermédio de emendas parlamentares da deputada Fátima Bezerra (PT/RN) em 2007.

O ESH financiou pesquisas em 11 capitais do país, encontros pedagógicos e a elaboração de material denominado pejorativamente pela ala conservadora de “kit gay”. Composto por caderno, pôster, carta ao gestor e ao educador da escola, seis boletins e cinco vídeos, o material foi criado enquanto estratégia para promoção do debate sobre gênero e sexualidade nos espaços escolares, sendo destinado a estudantes do Ensino Médio de seis mil escolas da rede pública ao custo de aproximadamente 2 milhões de reais.

A FPE se posicionou contrária a distribuição deste material, alegando se tratar de apologia ao homossexualismo (sic) e à promiscuidade, argumento bastante recorrente nos pronunciamentos do primeiro “inimigo público” deste kit, o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) que acusou o “governo bolivariano brasileiro” de “perverter menores e destruir a família”.

Bolsonaro promoveu ampla campanha, acusando o Plano LGBT e o Escola Sem Homofobia de estarem incitando a homossexualidade em crianças de 7 anos de idade. Em respostas a essas acusações, o MEC informou que o material estava destinado ao Ensino Médio e que a distribuição tinha sido aprovada e recomendada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Neste período, o relançamento da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT derivada da articulação entre o Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) e a Senadora Marta Suplicy (PT-SP), assim como o reconhecimento da união estável entre homossexuais pelo Supremo Tribunal Federal acirraram as forças políticas. O Deputado Anthony Garotinho (PR/RJ) anunciou que a “bancada evangélica”, composta na época por 74 deputados, não votaria nenhum projeto na Câmara até que os vídeos produzidos no material fossem devidamente recolhidos.

⁸ Se o expressivo crescimento das religiões evangélicas nas últimas décadas no Brasil possibilitou maior visibilidade de igrejas e lideranças pautadas no conservadorismo, também garantiu espaço para novas orientações e posturas, a exemplo das chamadas igrejas inclusivas.

As denúncias de enriquecimento ilícito do chefe da Casa Civil Antônio Palocci (PT) e as ameaças da oposição em abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso acabaram por fortalecer a Frente Parlamentar Evangélica e o recuo do governo petista. Em maio de 2011, a presidenta Dilma Rousseff vetou o Programa, alegando que o governo não aceitaria propaganda de opções sexuais (sic) e que toda pauta vinculada a “costumes” teria que ser avaliada no âmbito da Presidência da República. O Ministério da Educação (MEC) justificou o veto tomando como referência o conteúdo presente em três vídeos do material didático: “Encontrando Bianca”, “Probabilidade” e “Torpedo”.

“Encontrando Bianca”, com duração de 3’41” é o único curta-metragem do kit a abordar transgeneridade. Baseado na história de Bianca e no seu reconhecimento enquanto travesti, a narrativa apresenta questões como nome social e uso do banheiro nos espaços escolares.

Imagem 4 – Cena do filme “Encontrando Bianca”

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=SJsGN69NGug>

A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) tentaram negociar com o governo a possível liberação de parte do material sem obter qualquer êxito⁹. A Rede Afro LGBT e a Associação Brasileira de Estudos Homoeróticos (ABEH) repudiaram o veto através de notas públicas.

Dois anos após o veto presidencial, seria a vez do Ministério da Saúde protagonizar o recolhimento de histórias em quadrinhos com conteúdo de combate à homofobia em 13 estados das regiões Norte e Nordeste. Com foco no público adolescente, o material integrava o programa de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST), promovido pelos

⁹ Em fevereiro de 2015, a revista Nova Escola disponibilizou o download do material didático do Escola Sem Homofobia cedido pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em seu endereço eletrônico.

Ministérios da Educação e da Saúde, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Imagem 5 – Fragmento da Histórias em quadrinhos - Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas v.1

Fonte – <http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/biblioteca/publicacoes/populacao-4/48-hq-spe-historias-em-quadrinhos-projeto-saude-e-prevencao-nas-escolas>

Pressões políticas e redução de investimentos governamentais tornaram-se cada vez mais constantes nas políticas públicas voltadas para a equiparidade de gênero e livre orientação sexual, rendendo severas críticas ao governo Dilma Rousseff. A 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, ocorrida em 2011, foi um dos palcos emblemáticos de contestação popular onde a ausência da presidenta e da maioria dos ministros foi interpretada como descaso governamental frente ao compromisso assumido para com o movimento. A militância não poupou críticas ao veto do Programa Escola Sem homofobia, à morosidade na execução de políticas públicas previstas no Programa Brasil Sem Homofobia e ao avanço do fundamentalismo religioso.

Em 2012, a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) é fundada em São Paulo, fortalecendo o coro dos/das que almejavam uma política social mais efetiva, sendo pioneira na reivindicação e garantia dos direitos humanos da população transmasculina no Brasil tendo João W. Nery em seu quadro de fundadores. Uma das principais pautas da

ABHT era a reivindicação por políticas públicas afirmativas para que a população trans tivesse acesso à direitos sociais, a exemplo da escolarização.

Enquanto os “movimentos estavam em movimento”, a bancada fundamentalista investia em nova estratégia para proibir as discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos nos espaços escolares: a disseminação dos perigos de uma suposta “ideologia de gênero”. “Destruição da família”, “legalização da pedofilia”, “naturalização da zoofilia” e “liberações sexuais na tenra idade” são acusações feitas a quem defende os debates de gênero nos espaços escolares através da instauração do pânico moral (MISKOLCI; CAMPANA, 2017), amplamente divulgado em sites, cartilhas, panfletos, palestras e canais de vídeo.

Apoiar a discussão de gênero na educação seria referendar a “conspiração mundial” envolvendo a ONU, governos de esquerda, movimentos feminista e LGBT com o objetivo de “destruir a família” em favor da “doutrinação neototalitária” camuflada em ideais de igualdade e liberdade.

Esse discurso passa a ser endossado por importantes órgãos institucionais religiosos, a exemplo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao lançar diversas notas condenando a possível implantação desta discussão nos Planos de Educação, documento que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos.

A CNBB defendeu a “inclusão social” como eixo norteador da universalização de ensino, porém ressaltou que a inserção da “ideologia de gênero” nas normativas seria desastrosa ao desconstruir a sacralidade familiar, exigindo a retirada dos termos gênero, identidade de gênero, orientação sexual e educação sexual dos planos nacional, estaduais e municipais de educação.

A proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovada pela Câmara dos Deputados e encaminhada para o Senado contemplou as deliberações das Conferências Nacionais de Educação sobre equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual através de dois dispositivos. O artigo 2º estabeleceu que “São diretrizes do PNE (...) III - a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2012d). Além disso, o documento adotou em sua redação a flexão de gênero, contrariando a normativa gramatical baseada no imperativo masculino que reforça uma perspectiva machista.

Em 17 de dezembro de 2013, o Plenário do Senado aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei, retirando da redação do artigo 2º o trecho “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, além de suprimir, em todo o texto, a flexão de gênero, adotando o imperativo masculino (BRASIL, 2013d).

Neste mesmo ano, os Deputados Federais Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF), entraram na Câmara de Deputados Federal com o Projeto de Lei nº 5002/2013¹⁰ conhecido como Lei João W. Nery. Baseada na legislação argentina, a proposta possui catorze artigos distribuídos em cinco páginas e determina que qualquer cidadão terá direito ao reconhecimento de sua identidade de gênero, “modificando os instrumentos que creditem sua identidade pessoal a respeito dos prenomes, da imagem e do sexo com que é registrada neles”, sendo estas mudanças ofertadas de modo gratuito.

Na época, João W. Nery estava envolvido na construção do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) com sede nacional em João Pessoa/PB e que tinha dentre os seus objetivos, o incentivo, desenvolvimento e monitoramento de pesquisas, produção acadêmica e grupos de estudo sobre transmasculinidades nas diversas áreas de conhecimento.

O final do primeiro mandato de Dilma Roussef, ficou marcado pelo desgaste significativo da política conciliatória adotada pelo Partido dos Trabalhadores, sendo esta uma estratégia de governabilidade adotada desde o Governo Lula. Além disso, o movimento LGBT atravessava uma grave crise financeira, considerando que parte das ações financiadas com recursos públicos sofreram expressivos cortes orçamentários.

Se o diálogo com a militância não alcançou avanços significativos durante a primeira gestão, em seu findar a presidenta defendeu publicamente o combate à violência contra a população LGBT, contrariando assim as expectativas de um discurso mais moderado. Suas palavras corroboravam com o tema da 18ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, realizada em 2014: “País vencedor é país sem HomoLesboTransfobia: Chega de Mortes! Criminalização Já! Pela aprovação da Lei de Identidade de Gênero!”. Este tema derivou de intensas disputas dentro da própria organização do evento e de embates baseados na acusação de que haveria uma supremacia da pauta homossexual frente a outras demandas identitárias. Na luta pela visibilidade trans, João W. Nery estava mais presente do que nunca.

Com a morte do presidenciável Eduardo Campos (PSB), terceiro colocado nas intenções de votos pelas pesquisas, Marina Silva assumiu a candidatura à presidência, retirando políticas e direitos LGBT da carta-programa defendida por Campos. Como forma de impedir o avanço desta candidata, Dilma Roussef atendeu a demandas históricas da Frente Parlamentar Evangélica, a exemplo da Lei Geral das Religiões¹¹ que garantia as igrejas

¹⁰ O referido projeto encontra-se arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

¹¹ O autor do projeto, o deputado George Hilton (PRB) seria nomeado ministro dos Esportes durante o Segundo mandato da petista.

evangélicas e outras denominações os benefícios estatais desfrutados pela igreja católica, a exemplo da isenção de impostos.

No intuito de garantir o voto da população LGBT e amenizar possíveis críticas, Dilma lança o material “LGBT: novo governo, novas ideias” em defesa da implementação de treze ações, caso reeleita. No segundo turno, a disputa presidencial mais acirrada da história brasileira teve como desfecho 51% dos votos válidos para a candidata petista e 48% para Aécio Neves. Em seu discurso de vitória, nenhuma menção a população LGBT que tinha sido duramente atacada durante toda a campanha.

No alvorecer do segundo mandato, a crise econômica e política atrelada a uma gama de interesses privados fragilizaram ainda mais o governo que já apresentava dificuldades no diálogo com o movimento LGBT. Nas ruas de todo o país, rostos pintados em verde e amarelo e com bandeira nacional nas costas pediam o impeachment da presidenta recém-empossada aos gritos de “Fora, PT”. No Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Evangélica conquistava a maior bancada de sua história, passando de 71 para 80 deputados/as, eleitos/as em sua maioria com expressiva votação.

O palco estava armado. Na eleição para presidência da Câmara dos Deputados, o candidato do governo Arlindo Chinaglia (PT) foi derrotado por Eduardo Cunha (PMDB), autor do projeto de lei que versa sobre a criação do dia do orgulho heterossexual. No exercício da função, Cunha articulou a aprovação de um conjunto de projetos amparados no conservadorismo e no desmonte das políticas públicas, além de ter sido peça-chave no processo de impeachment da presidenta Dilma Rouseff.

Enquanto os homens exerciam seus podres poderes na capital federal, em 20 de fevereiro de 2015, São Paulo sediava o primeiro encontro nacional de homens trans pelo IBRAT, reunindo pouco mais de 100 participantes. Em 2016, aconteceu a 3ª Conferência Nacional LGBT que, às vésperas da saída da presidenta do comando do governo federal, estava tomada por um clima de insatisfação e medo. Em jogo, a substituição de um governo reconhecido pelo pouco diálogo com o movimento LGBT por outro cuja legitimidade era alvo de contestação.

E veio o golpe. Em maio de 2016, a presidenta Dilma Rouseff teve seu afastamento provisório do cargo decretado: instaurava-se o processo de impeachment. Seja nos porões da ditadura ou na leve brisa desta suposta democracia, as palavras ditas por João W. Nery nas redes sociais permanecem vivas e fortes, prenunciando o porvir: "Não se acovardem".

“Passou a perna”: Qual o canto dos corpos em tempo de Temeridade?

“O tempo todo meu corpo está em risco”, confidenciou Liniker a uma revista de grande circulação durante entrevista publicada em 2019. Aos 23 anos, a cantora desponta no cenário musical brasileiro contemporâneo. Seu nome, uma homenagem ao jogador de futebol inglês Gary Lineker, artilheiro da Copa do Mundo de 1986, despertava curiosidade ao ser pronunciado na lista de chamada da escola, localizada no município de Araraquara (SP).

Curiosamente, o sistema público de ensino tem adquirido certa atmosfera futebolística. E não se trata apenas da ata de frequência que, muitas vezes, assemelha-se ao anúncio da escalação. O corpo docente, por exemplo, exerce a função de treinadores/as, cuja missão é potencializar ao máximo o alunado/atleta para o “jogo da vida” (leia-se mercado). O alto escalão exorta: metas precisam ser cumpridas para que “luvas”, como o bônus de desempenho educacional, sejam pagas.

Aqui, algumas particularidades precisam ser destacadas: no estádio, cada lance executado entre aquelas quatro linhas é acompanhado eletricamente pela torcida, enquanto, nas quatro paredes escolares, dificilmente se consegue atrair a curiosidade dos que “ditam as regras” do jogo. Em contrapartida, qualquer menção a palavra gênero, por exemplo, provoca uma série de conflitos dentro e fora de área, cabendo ao juiz o uso do apito.

A consolidação das forças políticas reativas resultou numa atuação mais incisiva destes movimentos no jogo político. Ainda na condição de presidente interino, Temer decretou a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. A Secretaria de Políticas para Mulheres foi removida para o Ministério da Justiça, sendo comandada pela ex-deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP) que já havia presidido a Frente Parlamentar Evangélica. André Moura (PSC) assumiu a posição de líder do governo no Congresso, simbolizando o desinteresse presidencial em apresentar, no âmbito legislativo, qualquer demanda relacionada aos direitos sexuais. Após três meses como presidente interino, Michel Temer tomou posse por definitivo do cargo. Assim que assumiu o poder, anunciou cortes e uniu o Ministério da Cultura ao da Educação que perdeu o status de pasta independente conquistado em 1995. Após intensas manifestações contrárias, críticas de especialistas e “textões” de artistas em redes sociais, o presidente voltou atrás.

O ministro da Educação, Mendonça Filho, recebeu em seu gabinete representantes do movimento Revoltados online e o ator Alexandre Frota para uma “conversa informal” sobre “doutrinação nas escolas”. O novo cenário estava repleto de antigos atores com agendas neoliberais ortodoxas: liberais na economia, conservadores nos costumes.

Engana-se quem acredita que não houve contra-ataque. Enquanto o peemedebista assumia a presidência da República garantindo o tom conservador que garantiu sua chegada ao cargo, Liniker ganhava os editoriais de revistas se intitulando “negra, pobre e periférica”. Com seu batom de cor forte, brincos enormes e turbantes provocou certo estranhamento na mídia que, atônita, não sabia como se referir àquela figura: cantor ou cantora? ele ou ela? masculino ou feminino? O “preto no branco” se transformara num grande borrão. Era preciso evitar a todo custo que corpos como os da cantora “adentrassem” no currículo escolar, causando “balbúrdia” em áreas como gramática e biologia.

Exemplo disto foram as disputas travadas em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Homologada em dezembro de 2017, o documento apresentou três diferentes versões até ser aprovado. Partindo do princípio de que as questões de gênero provocaram certa polêmica, o Ministério da Educação suprimiu da terceira versão as terminologias “gênero” e “orientação sexual”, decisão acatada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que, na época, era composto majoritariamente por representantes ligados aos interesses empresariais.

O currículo pautado no respeito à diferença sofreu sucessivas derrotas através da implementação, ainda que a conta-gotas, de expressivos retrocessos no campo pedagógico, desqualificando a produção de conhecimento acadêmico através de discursos despolitizados e projetos conservadores, como a famigerada “ideologia de gênero” e o projeto de lei nº193 de 2016 do Senador Magno Malta conhecido como “Programa Escola Sem Partido” pautado no ensino bancário e acrítico.

Segundo Miskolci (2018), a gramática moral reinante possibilitou a aproximação de grupos de interesse como o Movimento Brasil Livre (MBL) de determinados grupos conservadores, aliança que reforçou a tendência de atribuir problemas sociais concretos a inimigos imaginários. Esta armadilha política se ampara numa visão dualista de um mundo dividido entre os “cidadãos de bem” e os “destruidores da família”, demonizando os pleitos ligados a cidadania LGBT através de estratégias sofisticadas que demandam astúcia analítica para identificá-las e ainda maior para contorná-las.

Foi assim que o “Estatuto da Família” (PL 6583/2013) de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR-PE) que prevê o reconhecimento do conceito de família como sendo exclusivamente a união entre homem e mulher, ganhou fôlego e espaço na mídia, bem como o debate em torno da criminalização da “heterofobia” e do cancelamento do decreto sobre o reconhecimento do nome social e da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais.

Outros dispositivos legais, ainda que não tenham em seu conteúdo o desmonte da política LGBT de maneira explícita, representaram agravos a esta pauta. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, defendia o congelamento do piso mínimo da saúde e educação por vinte anos, sendo estas áreas cruciais na efetivação de ações e estratégias voltadas para questões de gênero e sexualidades, a exemplo da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT. Com a redução dos recursos, ficava a cargo do governo definir o que seria prioritário dentro do novo orçamento. Considerando as alianças políticas estabelecidas por Temer, os cortes nas políticas destinadas a população LGBT representavam “pequenos sacrifícios para o bem do país”.

No campo da educação, este sacrifício significou a inviabilidade do cumprimento da meta 20 do Plano Nacional de Educação que indica o aumento do investimento na pasta para 10% do Produto Interno Bruto do país até 2024. A aprovação da Medida Provisória do Ensino Médio, sem estabelecer diálogos com a categoria, ampliou a insatisfação face ao governo que carecia de legitimidade e se mostrava disposto a implementar o Escola Sem Partido. Resultado: como forma de protesto, escolas e universidades de todo país são ocupadas por estudantes e movimentos sociais durante o ano de 2016, a “primavera estudantil”.

Eram nos grêmios, diretórios acadêmicos e coletivos que, geralmente, a ocupação virava pauta de discussão inicial. Posteriormente, convocavam-se assembleias gerais e, caso aprovado, os prédios eram ocupados. Através de organizações pautadas na horizontalidade, definiam-se as comissões destinadas a limpeza, finanças, comunicação e programação, por exemplo.

Durante as ocupações, foram ofertadas oficinas, rodas de diálogos e palestras que, além de discutirem os impactos da reforma proposta pelo governo, contemplavam discussões mais amplas como gênero e sexualidades. Ações como protestos, passeatas e panfletagem sinalizavam a preocupação em tornar o problema de conhecimento público, estreitando o diálogo com parte da categoria estudantil que não apoiava as ocupações por considerar “nocivamente partidária” e/ou pelos prejuízos acadêmicos que acarretavam. O balanço das ações e decisões sobre os rumos do movimento eram realizadas em plenárias.

Com a aprovação da PEC 55 em segundo turno no Plenário do Senado, por 53 a votos a favor e 16 contrários, atrelada ao enrijecimento de medidas punitivas por parte das reitorias e governos, o movimento estudantil encerrava mais uma importante página de sua história.

A popularidade de Temer despencava vertiginosamente, ampliando assim o coro dos descontentes nas manifestações populares anti-governo. Atos convocados por centrais

sindicais e partidos de esquerda tomaram as ruas das principais cidades do país enquanto o presidente que enfrentava a acusação de corrupção passiva e obstrução da justiça buscava melhorar a imagem política do país no exterior afirmando que “não existe crise econômica no Brasil”. A onda de protestos aumentou.

Em 2017, Liniker fez participação no clipe “Flutua” do cantor pernambucano Johnny Hooker. Durante a performance da dupla no Rock In Rio daquele mesmo ano, o telão instalado no Palco Sunset exibia a mensagem: "AMAR SEM TEMER", sendo um recado categórico ao presidente Temer que reduziu a zero os repasses para programas de combate a este tipo de violência.

Além do show e da crescente oposição a figura presidencial de Michel Temer, o país assistia a gradativa ascensão política de um capitão reformado que agravaria o tom do cenário político nacional desafiando movimentos sociais, partidos políticos e diversos coletivos a lutarem para que suas vozes não fossem silenciadas pela “marcha militar” que avançava nas ruas. E nas urnas.

“Armado até os dentes”: “Guerra” contra o gênero no governo Bolsonaro

Laroyê.

Exu abre os caminhos, mas é você quem decide se segue a jornada. Foi assim que, movida pela necessidade de se “emancipar”, Érica Malunguinho migrou de Pernambuco para São Paulo, aos 19 anos. Recebeu o apoio da mãe, responsável pela escolha do seu novo nome. O sobrenome faz alusão ao culto da Jurema Sagrada, evocação ancestral aos que, em tempos de outrora, transitavam nas matas do Catucá. Em solo paulista, viu de perto as várias faces de uma cidade vestida sob o manto da pluralidade, mas desenvolta na arte de violentar existências. Mulher. Transexual. Negra. Nordestina. Muita afronta para um corpo só.

Afrontou. Fez-se mestra em Estética e História da Arte pela Universidade de São Paulo. Criou o Aparelha Luzia, quilombo urbano responsável por fomentar debates e disseminação da cultura entre artistas, intelectuais negros/as e sociedade civil. Candidata pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), conquistou mais de 55 mil votos no pleito de 2018, sendo a primeira mulher trans a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

Segundo levantamento feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), cinquenta e duas candidaturas trans e travestis concorreram a um cargo no Legislativo na última eleição, número dez vezes maior do que nas eleições de 2014. O aumento tem relação com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal

Superior Eleitoral (TSE) em garantir a eleitores/as e candidatos/as transexuais e travestis o direito de usarem seu nome social e identificação de gênero.

Representatividade. Palavra de ordem numa eleição dominada por reviravoltas políticas e pelo discurso de ódio. Até setembro de 2018, o Partido dos Trabalhadores insistia na pré-candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso desde abril sob acusação de corrupção. A prisão desta figura política tem sido alvo de intensas contestações, considerado desfecho de um golpe cujo primeiro passo foi o impeachment de Dilma Rousseff.

Apesar de todas as limitações impostas pelo encarceramento, Lula (PT) liderava as pesquisas de intenções de voto, seguido de Bolsonaro (PSL). Em setembro, a justiça eleitoral brasileira divulga o indeferimento do registro da candidatura do ex-presidente e, em seu lugar, o Partido dos Trabalhadores indica o vice da chapa, Fernando Haddad (PT).

Se a prisão não foi capaz de impedir a projeção de Lula, Jair Bolsonaro fez do hospital sua vitrine. Após ser vítima de uma facada que atingiu seu intestino durante a campanha, o pré-candidato passou um período da disputa presidencial sob acompanhamento hospitalar. A notícia começou a circular dias após o pesselista sugerir o “fuzilamento da petralhada”, ensinando crianças a fazerem o sinal de arma nas mãos em Rio Branco (AC). Sem participar dos debates ou de qualquer ato público, Bolsonaro intensificou a campanha nas redes sociais: alcançou 49% dos votos válidos no primeiro turno, seguido de Fernando Haddad com 31%.

Dois assuntos permearam o discurso bolsonarista durante a eleição: o perigo do “comunismo” e da “ideologia de gênero”. A primeira questão esteve fortemente associada à gestão do PT que recebeu acusações de corrupção, ineficiência, assim como de representar os interesses de Cuba e Venezuela. Bolsonaro se considerava representante do “país verde-amarelo”, prometendo “curar” os “lulistas” a partir do trabalho na presidência da República. Em redes sociais, afirmou não estar disposto a flertar com o comunismo e o socialismo.

Com relação a “ideologia de gênero”, o assunto foi parar no Tribunal Superior Eleitoral que determinou a remoção de seis postagens no Facebook e no YouTube em que Bolsonaro afirmava que a obra *Aparelho Sexual e Cia.* seria parte integrante do projeto ‘Escola sem Homofobia’, a ser distribuído em escolas públicas na época em que Fernando Haddad era ministro da educação.

A associação do candidato petista à chamada “ideologia de gênero” foi intensificada no segundo turno onde, através de um eficiente sistema de fake news, Haddad foi acusado de apologia ao incesto e defensor da pedofilia, questões comumente relacionadas a quem defende o debate de gênero na educação.

Após intensa campanha, Bolsonaro alcançou 55,13% dos votos válidos no segundo turno, enquanto Fernando Haddad obteve 44,87%, sendo esta a terceira menor vitória no segundo turno desde a redemocratização. “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” foram as primeiras palavras do presidente eleito que, em seu discurso de posse, reafirmou o compromisso de enfrentar o “viés ideológico”, valorizar a família, respeitar a tradição judaico-cristã e combater a “ideologia de gênero”.

Em São Paulo, Malunguinho comemorava a conquista nas urnas ciente da árdua luta contra LGBTfobia, machismo e racismo institucional. Em rede social, agradeceu a o Orixá Exu, divindade responsável pela comunicação. “A história será contada em primeira pessoa”, frase de Lélia Gonzalez, foi repetida diversas vezes. Se a assembleia paulista seria composta por 15 deputados/as do PSL, maior bancada da casa, a vitória da ativista representava uma trincheira de esperança na luta pelos direitos de uma “minorias” atônita diante da guinada ultradireitista e do efeito colateral nas políticas públicas.

Por intermédio de Medida Provisória, Bolsonaro assumiu a presidência definindo as competências dos seus novos ministérios sem qualquer menção a população LGBT como foco de cuidado do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Damara Alves, titular da pasta, afirmou que o Estado é laico, mas que “esta ministra” é terrivelmente cristã. Trouxe à tona uma série de declarações contrárias a chamada ideologia de gênero: “Menino veste azul, menina veste rosa” e “neste governo, menina será princesa e menino será príncipe” são algumas de suas frases que, ao alcançarem repercussão social, foram interpretadas por parte da oposição como “cortina de fumaça” frente à austeridade da agenda econômica.

Esta leitura reascende o debate clássico de que questões de gênero, raça/etnia e sexualidades, por exemplo, são artifícios utilizados para dividir a “classe trabalhadora” impedindo-a de observar “aquilo que realmente importa”. Esquecem que a dita “cortina de fumaça” tem sido promovida por uma “cruzada” que avança através dos tempos em nome da “moral e dos bons costumes”, jogando corpos considerados impuros na fogueira do ódio, intolerância e vulnerabilidade social.

Um genocídio. Com chancela do novo presidente que se auto intitulou “homofóbico com muito orgulho”, justificando tal prerrogativa como instrumento de defesa das crianças na escola. Um genocídio. Denunciado por vozes como a de Érica Malunguinho que, com sua mandata quilombo, exigiu a abertura dos portões para quem esteve munida apenas de princípios, fundamentos, sonhos e indignação diante de 500 anos de dominação e epistemicídio.

No campo de disputa, o discurso contra os direitos humanos do presidente Bolsonaro se concretizava em medidas e ações. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), vinculada ao Ministério da Educação, foi extinta. No mesmo período, criava-se uma secretaria destinada a expansão dos colégios militares, buscando elevar a posição do Brasil no ranking educacional. Para o governo, a imposição da hierarquia e da autoridade aos alunos por parte destas instituições seria a chave do sucesso. O presidente alegou que, no lugar destes valores, foram instituídos instrumentos malfadados como a “ideologia de gênero”, causando prejuízo ao rendimento escolar. Ao assumir o Ministério da Educação, Ricardo Velez Rodriguez sinalizou seu alinhamento ideológico com o presidente, comprometendo-se em combater a promoção agressiva desta temática.

Em redes sociais, Bolsonaro aprofundou a discussão. Garantiu que o Exame Nacional do Ensino Médio não contemplaria mais questões de cunho ideológico, destinando comissão para passar o “pente fino” na prova. Em 2018, uma questão referente a linguística e interpretação de texto que mencionava o “pajubá”, conjunto de gírias usadas pela população LGBT, foi severamente criticada pelo então deputado. Não foi sua primeira crítica ao exame. Na edição de 2015, discordou do tema da redação “A persistência da violência contra a mulher brasileira” por considerá-lo “tentativa de doutrinação”, enquanto a Organização das Nações Unidas (ONU) considera a igualdade de gênero um dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável para o mundo.

Crítico da ONU, o presidente anunciou a candidatura do Brasil à reeleição no Conselho de Direitos Humanos desta entidade em 2019, apresentando como pauta o fortalecimento das estruturas familiares e a exclusão das menções de gênero, desigualdade e tortura. Este combate ao termo “gênero” por parte do governo brasileiro tem sido constante em fóruns internacionais, a exemplo das audiências do Conselho em Genebra que, por diversas vezes, o país se posicionou contrário ao uso do termo “gênero” em resoluções.

Exu é guardião dos caminhos, orixá do movimento, da sexualidade. Percorrer as vias da política educacional voltada para as questões de gênero e sexualidades é se lançar numa arena de conflitos marcada por avanços e recuos, uma imersão que não pretende exaurir as reflexões acerca dos dispositivos legais, nem tão pouco sobre as forças mobilizadoras que movimentam esta engrenagem discursiva. Afinal, a interface sexualidades, gênero e educação atravessa a temporalidade sem apresentar sinais de esgotamento, recebendo novos contornos e desafios, por vezes presentes de maneira implícita e, por outras, de forma mais categórica e objetiva com a ascensão de figuras como Érica Malunginho e Jair Bolsonaro.

Corpo Balbúrdia

Mergulhar de cabeça dentro de si

Segunda. O alarme do celular, programado para às seis e meia da manhã, anunciava que era preciso se preparar para partir. “Fica só mais cinco minutos”. Era o “bom dia” dado por ela ao despertarem naquele quarto tão escuro quanto a sombra da noite. O atendimento a este pedido rendia ao rapaz aumento de adrenalina e atraso no horário de expediente. Honestamente, o trânsito de Recife não contribui para que as pessoas passem mais tempo juntas.

Outra segunda. Embalou o “café da manhã” que ele levaria até o trabalho. Pão de queijo e goiaba não poderiam faltar. Decerto, independente do cheiro ou da textura, tudo parecia ter gosto de saudade. Horário apertado. Criaram o hábito de dividir copo de café enquanto conversavam sobre os planos da semana. Benefício para o coração. Por vezes, ela apenas o observava penteando o cabelo ou se arrumando meticulosamente. Tudo não verbalizado diz muito e sempre existe as palavras por detrás das que não são ditas. Faltam 3 minutos para o carro do aplicativo chegar. O tempo não dava trégua.

Novamente segunda. Como de costume, deixou a escova de dentes e algumas peças de roupa no apartamento. O cheiro do seu perfume pairava no ar. De tempo em tempo, ela conferia o horário no celular, à espera de alguma mensagem. Sua tranquilidade viria junto à notícia de que ele havia chegado são e salvo. A vida lhe devolvia o direito de sonhar.

Num cenário de apologia à violência e políticas armamentistas, o direito ao vivível é conquista diária. O medo de perder pessoas tão caras é espectro que nos flerta cotidianamente sob as mais diversas facetas, ainda que de forma súbita. Mas, se a morte bater a casa de uma pessoa trans? Quem chorará por este corpo? Seria passível de luto? Butler (2015) afirma que deveria haver formas mais democráticas de reconhecer a precariedade, materializadas através de políticas sociais concretas.

Se ela mergulhasse dentro de si, sem dúvidas, encontraria algumas correntes que foram apaziguadas no decorrer de sua existência, a partir de experiências e reflexões junto a esse filho de Oxum e de tantos outros sujeitos que lhe ensinaram, por vezes, a zombar numa voz coletiva dos perigos da vida. Quem já sofreu muito nessa vida se dá o direito de rir da sua própria desgraça. Se estamos a falar de violências, feridas abertas e discursos de ódio, também

evocaremos afetividade, bálsamos e rede de proteção. Mergulhar é preciso; sobreviver também é. Segue o fluxo.

Conhecer como a “palma da mão”: os/as sobreviventes

Quem vem de lá? Bonito pra chover, são respingos de 12 mergulhos narrativos provocados a partir de entrevistas com estudantes transgêneros/as vinculados a rede estadual de Pernambuco. Segundo Delory-Momberger (2012), os seres humanos, ao narrar sua história para si mesmos e para outras pessoas, vão dando forma às suas experiências e experimentam avida, representam e inscrevem seu curso nas temporalidades e espaços de seu ambiente histórico e social.

São corpos que, mansamente, tecem fios onde o tempo de cada um/a também é o tempo coletivo, assim como a história de cada pessoa é a história de várias vozes, atravessada por uma conjugação de sentidos de si. Ao revisitar suas vivências a partir das narrativas, o sujeito constrói a si mesmo a partir da reorganização das experiências e assim, neste exercício de introspecção, remexe, bagunça e reinventa os sentidos de existir.

Por considerar a importância do nome na construção do sujeito transgênero, cada entrevistado/a teve a oportunidade de escolher o nome fictício a partir de suas referências e preferências. Não foi tarefa fácil. Muitos/as manifestaram o desejo de terem seu “nome verdadeiro” registrado nessas páginas, por considerar peça-chave na reafirmação de uma existência negada em casa, no trabalho, na rua e na escola. Sem desfazer desta luta diária, em tempos de disseminação do ódio preservar a identidade dos sujeitos que cotidianamente já possuem um alvo estampado em seus corpos era “mal necessário”. Sigamos! A mão do tempo revela onde fica a memória.

BENEDITA

Imagem 6 – Autorretrato de Benedita

Debutante de 24 anos de idade, se reconhece enquanto sertaneja, negra, travesti e bissexual, ainda que se diga “travada” com tudo que diz respeito a sua existência. cursando o 3º módulo numa escola pública situada no sertão do Moxotó-Ipanema, sonha em terminar o ensino médio e ser a primeira da família a alcançar este nível de escolaridade.

Performer, aborda questões que atravessam seu corpo através da arte. Na produção do autorretrato (imagem 6), apresentou certa dificuldade, afinal de contas *nem sempre é estética, é como me vejo por dentro*. Escolheu como trilha sonora para este momento criativo a música “Deus é travesti”, interpretada por Alice Guél, rapper do interior de São Paulo cujas composições dão voz a sua vivência enquanto travesti, negra e periférica.

A música e a artista refletem a preocupação da sobrevivente em estabelecer vínculos entre identidade de gênero e raça. Enquanto o lápis de cor enegrecia o rosto no autorretrato, Benedita recitava trechos da música como quem faz uma prece: *Porque fizeram dela/ Uma fera/ Preto favelado/ Traveco a la gazela*.

A negação do status de “mulher de verdade” à transexuais e travestis é um posicionamento que não está relacionado a questão racial, fundamentando-se no imperativo biológico. Em contrapartida, a objetificação ganha outro contorno quando se trata de transexual ou travesti negra, considerando a hipersexualização do homem negro pelo imaginário social amparada no falocentrismo. “O que acontece nesse contexto cultural quando uma mulher negra está em posse daquele pênis mítico?” (COX, 2009, p. 2).

Estudos como o de Brito (2016) buscam compreender como a transfobia e o racismo atravessam as experiências de mulheres trans negras nos espaços educacionais permeados pela heterocisnormatividade branca. Zelza, Sellena e Julia Helena, sujeitas da referida

pesquisa, contribuem significativamente para o lançamento de olhares interseccionais no campo da educação.

A escolha do nome fictício da nossa sobrevivente deriva do álbum “Do cóccix ao pescoço”, lançado em 2002 por Elza Soares. Na tese “Elza Soares: vida e obra sob o olhar da fonoaudiologia”, Lopes (2018) afirma que *Benedita* é uma das faixas mais agressivas deste disco, ao contar a vivência de uma travesti que, expulsa de casa, sobrevive do comércio de sua própria carne no Planeta Fome. O pesquisador também destaca o compromisso da cantora em construir sua carreira atrelada às minorias (mulheres, povo negro, LGBT). Elza tem alcançado êxito nesta missão. Prova disto é que, segundo a “nossa” *Benedita*, a cantora teve importância significativa em sua construção identitária.

Dentre as imagens apresentadas, a que mais lhe chamou a atenção foi a de Zaneli Muholi (imagem 7), fotógrafa, ativista visual sul-africana e professora honorária da Universidade de Artes de Bremen, na Alemanha. Em referência à presença imagética da mulher negra, *Benedita* afirma que *é importante se reconhecer, saber o que a gente é. Isso é um passo importante.*

Imagem 7 - Zaneli Muholi

O trabalho desenvolvido por Muholi busca “assegurar que nossas narrativas coletivas visuais e imaginários como negros queer – especialmente aqueles de nós que vieram de espaços marginalizados – formem parte da memória coletiva nacional da África do Sul” (BADEROON, 2011, p. 402). Com criatividade típica de quem faz arte em espaços onde o incentivo à cultura é utopia ou moeda eleitoral, *Benedita* também tem se voltado a trabalhar queer e negritude através de performances, ou seja, Brasil e África do Sul se conectam através da atuação propositiva e provocativa destas duas artistas.

Em relação a imagem que menos lhe atraiu, a perspectiva de não reconhecimento foi o critério adotado para a escolha da criação de Rute Coelho (imagem 8). *Não sei de que forma eu olho pra ela, não sei o que tá acontecendo, não é uma coisa agradável.* Para Benedita, a falta de representatividade *desmotiva o olhar sobre a arte.*

Imagem 8 – Rute Coelho

Quem você homenagearia numa exposição de autorretrato? Silêncio desconcertante e testa franzida. Minutos depois, veio a resposta: *Caramba! Sei lá é que eu tenho tantas pessoas que eu gosto, que eu tenho como referência. Tem uma pessoa que eu acompanho e que acho que me ajudou no meu processo de reconhecimento que é a Maria Clara, a Maria Clara Araújo. Ela foi a primeira pessoa trans que eu parei pra ler, sabe? Parei pra ouvir o que ela tem a dizer e ela é uma pessoa muito importante para as pessoas verem. Mas, são muitas pessoas que eu colocaria.*

Maria Clara Araújo ganhou notoriedade na mídia após ser aprovada pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco em 2015, sendo associada em diversas matérias jornalísticas aos termos “travesti, negra, periférica e de infância pobre”. Na época, a UFPE não possuía política de nome social obrigando a futura graduanda a realizar sua matrícula com o nome civil.

Através das redes sociais, o caso repercutiu em nível nacional. Em resposta, a universidade lançou uma portaria regulamentando esta política referendada através do artigo 5º da Constituição Federal: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Atualmente, Maria Clara é assessora parlamentar de Érica Malunginho na Assembleia Legislativa de São Paulo, reivindicando junto a Benedita e a tantas outras uma “revolução travesti”.

CELESTE

Imagem 9 – Autorretrato de Celeste

Com brilho próprio, aos 25 anos cursa o 3º módulo numa escola situada na Mata Centro de Pernambuco. Se reconhece enquanto parda, mulher e gay. Reforça que esta identificação feminina não remete a travestilidade ou transexualidade: *Não sou trans nem travesti, sou mulher mesmo*. A afirmação veio acompanhada de sorriso no rosto e olhar tão brilhante quanto o céu estrelado. Ao articular duas identidades consideradas conflitantes (mulher e gay), subverte as regras discursivas relacionadas a identidade de gênero e orientação sexual.

Não foi por acaso que o autorretrato que menos gostou foi o da renomada pintora mexicana Frida Kahlo (imagem 10), ao partir da seguinte interpretação: *Assim, ao me entender, eu poderia me transformar numa travesti mas sempre na minha cabeça eu seria um homem. Isso é muito ruim*.

Imagem 10 – Frida Kahlo

O autorretrato preferido (imagem 11) lhe trouxe de volta a tenra idade, período em que “gastava muito tempo se olhando no espelho”, buscando explicações para aquela imagem tão contraditória: *vamos supor que fora eu me via como um homem, mas dentro de mim eu me via da mesma forma que essa mulher. Os sentidos, a vontade, eu me sentia alguém que nasceu num corpo errado.*

Imagem 11 - Zaneli Muholi

Para além do espelho, olhar o céu se tornou paixão de infância, daquela capaz de fazer o sujeito se perder neste traiçoeiro labirinto chamado tempo. Por horas, admirava aqueles corpos suspensos no céu desordeiro. Na junção dos pontos de luz, nasciam rosas, coelhos, louças decoradas e pedaços de coração. Neste universo particular, contava e recontava histórias guardadas a sete chaves.

Com o hábito, veio a regra: “Se apontar para as estrelas, vai nascer verrugas nos dedos”. Isso é mentira, replicou. Enquanto “estrela”, diariamente era apontada na rua por seu “modo de brilhar” e nunca viu aquelas “almas” serem acometidas por algum mal. Em contrapartida, já não era capaz de resplandecer como nos tempos de outrora. No sermão,

ouviu “pela boca de um padre” que no céu as ruas eram feitas de ouro e os muros de diamante. Será que naquele lugar, haveria espaço para “pessoas feito ela”? Tem sim, Celeste. O céu também tem as formas e as cores do seu autorretrato (imagem 9). Espia!

O desenho foi criado ao som de “a lua me traiu”, sucesso popular na voz de Joelma, então vocalista da banda Calypso. Em entrevista a uma revista de grande circulação nacional, a cantora comparou homossexuais a drogados e afirmou que se tivesse um filho gay lutaria até a morte para “convertê-lo”. Celeste tinha ciência destas declarações, mas não se importava, o amor de fã era maior do que essas picuinhas.

Sem “perder o brilho”, declarou que se organizasse uma exposição de autorretrato, não perderia a chance de homenagear alguém muito importante. Quem acha que seria a antiga cantora da banda paraense se enganou. Trata-se da própria Celeste! Defendeu sua escolha pelo “heroísmo” de quem dedicou toda infância ao trabalho pesado, sem direito a diversão ou afeto familiar. Será que o amor celestial prevalecerá em tempos de Narciso?

DAVI

Imagem 12 – Autorretrato de Davi

Tímido e amoroso, cursa o 3º Módulo numa instituição de ensino situada na Mata Norte de Pernambuco. Aos 22 anos, já estudou em escolas de cinco municípios em virtude das constantes mudanças familiares. Se assume enquanto homem trans, pardo e heterossexual.

Na construção do autorretrato (imagem 12), se sentiu nervoso, ansioso e triste pelas coisas que passavam em sua mente. *Eu sou esse condomínio, uma pessoa diferente, onde todos me agriem verbalmente destruindo a minha base*. Seu maior medo é que o prédio desabe e alertou: falta pouco.

O tempo curvava-se a memória, produzindo rachaduras e infiltrações. Supôs o céu. Pensou até em revestir o espaço superior do papel *com uma nuvem negra, carregada, como se*

fosse uma tempestade. Um lugar onde a luz não apareça, onde o sol não brilhe, nem o arco-íris. Tentativas de suicídio, depressão, transtornos alimentares e angústia das mais diversas formas: reações provocadas não apenas pelo conflito de não pertencimento, mas também pelas inúmeras consequências sociais intrínsecas a esta condição (ARAN; MURTA; ZAIIDHAFT, 2008).

Enquanto projetava o prédio na folha de papel, assobiava “Leãozinho” de Caetano Veloso. A namorada lhe dedicou esta canção, em virtude dos cabelos e da atitude do rapaz. Sem pestanejar, afirmou que a imagem da companheira ocuparia lugar de destaque em sua exposição de autorretrato: *Como eu falei ela é como se fosse a minha base. Tipo ... Se eu tô triste, ela vem e me dá um apoio. Quando eu me sinto pra baixo por mim mesmo, ela sempre me levanta e me faz sentir o homem que realmente eu sou. Mesmo com os outros me julgando, ela sempre tá lá me apoiando.*

Ao observar os autorretratos dispostos na mesa, um em especial lhe instigou: Francesca Woodman (imagem 13). Nascida nos Estados Unidos conquistou reconhecimento ao usar o próprio corpo como objeto de estudo. Cometeu suicídio aos 22 anos. Ao justificar a preferência, disparou: *É como se a pessoa fosse desistir da vida e ao mesmo tempo tentasse lutar. Como se ela tivesse em dúvida, entre lutar e desistir. É como eu me sinto atualmente, por isso que me chamou a atenção.*

Imagem 13 – Francesca Woodman

Nona Faustine (imagem 14) lhe causou certo estranhamento. Olhos arregalados, pernas inquietas. Esboçava palavras, mas da sua boca não saía qualquer som inteligível. Após um tempo, confessou: *Eu não sei explicar o porquê de não ter gostado dela, porém é algo que, sei lá, acho que se eu visse na rua me incomodaria. Ela tem o direito dela de tá assim, porém é algo que se eu visse me incomodaria.*

Imagem 14 – Nona Faustine

A referida artista nasceu no Brooklyn e possui mestrado em artes pelo prestigiado Centro Internacional de Fotografia do Bard College. Ao refletir sobre o potencial coletivo da transformação estética e intelectual como as de Nona Faustine, Hooks (1994) reconhece que esse processo de descolonização proporcionou mudanças na sociabilidade negra nos Estados Unidos ao confrontar o racismo internalizado. Os discursos produzidos pela negritude podem desafiar as estruturas racistas e pavimentar o caminho para uma atitude crítica em relação a questão racial e suas interfaces (gênero, sexualidades, corpo, território).

Nosso sobrevivente segue na esperança de que sua corroída estrutura possa ser reformada, *uma reforma que comece pela base e chegue até o teto* e se desdobre em outras construções. Se o personagem homônimo da bíblia construiu edifícios e casas em seu reinado almejando morar na casa do Senhor todos os dias da sua vida, o “Davi pernambucano” também tinha lá seus sonhos: da janela de sua residência restaurada, suspenderia o tempo só para apreciar os passarinhos rasgando o céu em cores, exibindo “sua pele, sua luz, sua juba”.

ELIZABETH

Imagem 15 – Autorretrato de Elizabeth

Empoderada e batalhadora, cursa aos 25 anos o 1º módulo numa escola da Mata Centro de Pernambuco, buscando *terminar os estudos, ter sua casa própria e não ser mais uma pessoa qualquer no mundo que, só por ser trans, não conseguiu nada na vida*. Seu mantra diário é *lutar e vencer*, ainda que reconheça os obstáculos de quem desafiou as “regras do reino de Deus”. Não se importa com os comentários do povo, apenas a opinião da família faz diferença em sua vida.

Ao construir o autorretrato (imagem 15), achou graça por não saber desenhar muito, aceitando o desafio por *empoderamento mesmo, coisa de quem é rainha*. Esmerou-se ao riscar a coroa, tentando controlar o corpo que balançava ao som de Marília Mendonça, sendo esta a rainha da sofrência.

Em poucos minutos concluiu a tarefa. Só faria um ajuste: *ela podia ter seios de silicone. Hidrogel não, nunca na minha vida! Mas um dia ela vai chegar lá, bem soberana*. Não é à toa que o nome escolhido tem requinte de realeza e persistência. Para evitar a destruição da Inglaterra, Elizabeth I enfrentou uma gama de adversários internos e externos, sendo um ícone absolutista. Ao nascer, a rainha Elizabeth II era a terceira candidata na linha de sucessão. Nunca ocupará ao trono, diziam os célticos. Hoje é a primeira monarca nonagenária da história da realeza britânica.

Chega de páginas europeias! Se é pra falar de rainha, a referência de realeza apresentada pela “nossa” Elizabeth vem do maracatu e do afoxé, lembrando o tempo em que participava desses cortejos nas ruas do Recife. Coroar a rainha nessas manifestações culturais significa empoderá-la, dando-lhe força de atuação nas diversas disputas travadas nos espaços de poder dentro do grupo e para além dele (OLIVEIRA, 2011).

Em seu reinado, “nossa” Elizabeth decretou o direito a sobrevivência Prova disso está no autorretrato favorito: Francesca Woodman (imagem 16): *Parece com uma cena que aconteceu comigo há muito tempo atrás, mas que graças a Deus não deu certo. Foi quando eu não conseguia entender quem eu era, daí tentei cometer suicídio. Mas hoje tô aqui, viva*”. Ao concluir este relato, sorriu de canto a canto evidenciando que a escolha não foi motivada pelo “ato em si”, mas pela continuidade da vida ainda que sofrida.

Imagem 16 – Francesca Woodman

Segurou a imagem de Hobbes Ginsberg (imagem 17) com mãos trêmulas e olhar desnordeado. O “fotografo queer” de 20 anos de idade reside em Los Angeles e parte do seu trabalho tem sido dedicado a questões como depressão. *Não gostei muito desse daqui. Ele me lembra a fase que eu fiquei depressiva. Eu usava muita droga como uma forma de tentar esquecer um pouco dos problemas.*

Imagem 17 – Hobbes Ginsberg

Seu pai, pessoa que mereceria uma foto na exposição, teve papel fundamental no processo de recuperação: *Assim que eu comecei a entender o que tava passando na minha cabeça, a minha mãe eu não contei não. Eu contei pra ele tudinho. O povo pensa que o pai da*

gente é pior para essas coisas do que a mãe, mas ele pegou a minha mão e disse que se eu tivesse feliz não ligasse para o que o povo ia dizer. Ele não ia perder o carinho do filho por causa disso. Entre zabumbas de bombos, ranger de dentes e ganzás, “nossa rainha” pede passagem, e respeito.

FELIPE

Imagem 18 – Autorretrato de Felipe

Defensor da paz, aos 19 anos cursa o 2º módulo numa instituição escolar situada na Região Metropolitana do Recife. Se declara homem trans, heterossexual e negro, sendo sua maior aspiração entrar na marinha. Ainda que a recomendação emitida pelo Ministério Público Federal (MPF), através da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, afirme que a transexualidade não deve ser considerada impedimento para o ingresso nas Forças Armadas do Brasil, o desafio é tamanho.

Enquanto rabiscava o autorretrato (imagem 18), declarou que foi *tomado por um sentimento de paz* ao som de *Vacation*, uma canção da banda Dirty Heads formada na década de 90. Reggae, hip hop e punk se misturavam. Na tradução da música: *Ilumine meu futuro brilhante/ Agradecido por tudo/ Rejuvenesça minha luz interior.*

No desenho estão presentes o som, a calmaria do mar e o filtro dos sonhos. Algumas palavras soltas fazem referência a vontade de viver, como também a praça onde aprendeu a maioria das coisas. Ao contrário do que diz o significado do nome escolhido, o que ama a guerra, foi a paz que invadiu a sua apresentação.

A inovação influenciou na escolha do autorretrato que mais lhe tocou: Rute Coelho (imagem 19). *Gostei da arte, da forma que foi pintada que mostra ser um rosto, aqui uma mão. Sei lá, uma forma de se expressar diferente. É um desenho muito criativo.*

Licenciada em Artes Plásticas/Pintura, pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, a referida artista completou o curso de Ilustração do Centro de Investigação e Estudos de Arte e Multimídia. Seu autorretrato integra um projeto maior denominado “pontas soltas” onde produz materiais a partir de diversos temas.

Imagem 19 – Rute Coelho

Também veio de Portugal a obra que lhe causou desafeto: Branco Cardoso (imagem 20). *Só chama atenção pra uma certa coisa: a igreja. Sei lá, o padre, o santo. Eu só acredito em Deus e ele acredita em mim, só isso, sabe? Não preciso tá num canto onde as pessoas precisam tá falando alguma coisa que me motive a acreditar nele.*

Desde muito cedo, o predito pintor português manifestou o gosto pela arte, ingressando na Escola de Artes Decorativas António Arroio. Sua pintura é feita para seu bel- prazer e contentamento. Decerto, o nosso sobrevivente não comunga do mesmo gosto do artista.

Imagem 20 – Branco Cardoso

Se para ele tem alguém no mundo que mereceria ser homenageada numa exposição de autorretrato, sem dúvidas seria sua avó materna. Aos 83 anos, *ela sempre soube entender melhor do que todo mundo, mesmo que ela tenha lá a cabeça dela, o mundinho dela. Ela consegue compreender e respeitar todo mundo. Sei lá, ela sempre foi carinhosa. Tem uma energia de adolescente aquela dali.*

Emocionado, diz que não guarda ódio de ninguém e deseja que o mundo seja feito de paz. Segue em frente, Felipe! Em tempos demarcados por discursos de ódio e banalização da violência, canta a última esperança de amar em paz.

FERNANDO

Imagem 21 – Autorretrato de Fernando

Justo e verdadeiro, o jovem de 20 anos, branco e heterossexual estuda no 2º módulo numa escola da Mata Sul pernambucana. Desde cedo, aprendeu aos trancos e barrancos lições que não estão presentes em livros, cartilhas ou manuais. O significado do nome escolhido vem consagrar um traço marcante em sua personalidade: coragem.

Ao se afirmar enquanto homem trans, lembrou com bravura cada lágrima e suor derramado pelo direito de ser o que é. Templo religioso, consultório psiquiátrico, consultas, sessões, améns, medicamentos e pouca misericórdia. Rotulado de louco ou possuído pelo “jeito estranho de se comportar”, permaneceu firme.

Com folha e lápis na mão para produção do autorretrato (imagem 21), recordou o período de acompanhamento terapêutico: *Minha psicóloga pedia isso também. Antes eu não desenhava o rosto ou quando desenhava era sem expressão*. Ao tomar conhecimento da transexualidade, o traçado já não era o mesmo, nem ele. Agora, dava a cara a tapa e a sua ilustração. A profissional reforçou que a referida identidade de gênero não se tratava de doença ou defeito e lhe lançou uma pergunta: como devo te chamar?

Em nosso mergulho, respondeu: Fernando. *Homem que se estressa um pouquinho, mas não deixa de ser quem é por causa das outras pessoas*. Se desse ouvidos a família, seria alguém infeliz. Preferiu ouvir “metamorfose ambulante”. Ao desenhar a própria imagem sem acompanhamento terapêutico, ouvia Raul embalar seu sonho de, quem sabe um dia, a barba fazer parte deste desenho ainda que lhe custe o vínculo com uma família cheia de velhas opiniões formadas sobre tudo.

Ao escolher o autorretrato preferido, foi capturado pela imagem de Basquiat (imagem 22). *No rosto dele tem muita indignação e na cabeça dele se a gente olhar direitinho os olhos deles estão tristes. São pessoas falando coisas ruins, os medos dele. Tem muita coisa aqui, a maior parte do rosto não tá completa, como se ele tivesse meio que tentando se encaixar, porque a gente sabe que tem muito preconceito lá fora*.

Natural de Nova Iorque, este renomado artista produziu obras a partir da fusão de poesia, desenho e pintura usando como referência a cultura afro-americana e a denúncia contra o racismo. Acrílico. Carvão vegetal. Colagem. Grafite. Óleo. Pastel. Caneta. Lápis. Spray. Cera. Parede. Tela. Madeira. No mundo de Basquiat, tudo é bem-vindo. Em sua assinatura, a coragem imbricada em não ter medo de falhar e o poder de se autotransformar no campo das artes visuais.

O olhar de reprovação veio junto a Claude Cahun (imagem 23): *acho que ele tá com algum tipo de raiva, agoniado com alguma coisa. Não gosto quando tem raiva.* Nascida na França, Claude é uma figura emblemática e ambígua. Nos autorretratos, encenava a si mesma. A reinvenção artística desafiava uma sociedade atônita com a carga de provocação sexual e questionamentos identitários presentes em seu acervo: “neutro é o único gênero que me convém” (CAHUN, p.18, 2017). Assim, a artista propõe a si própria, através de sua arte-vida, inscrever-se como sujeito-plural, andrógina, desviante das normas e classificações (SABIÁ, 2019).

Imagem 23 – Claude Cahun

Como Basquiat e Cahun, “nosso” sobrevivente atravessou territórios áridos munido de coragem, ainda que isto não signifique ausência total de medo. Em um destes momentos, lembrou da madrinha, única pessoa que não lhe julgou nem atirou pedra quando se assumiu: *ela é melhor do que a minha mãe, minha mãe é muito braba. Por isso, a pessoa que eu homenagearia nessa exposição seria ela, com certeza.* Decerto, outros campos de batalhas estão por vir e, nestes momentos, vale a pena recordar as palavras do poeta português Fernando Pessoa: a coragem que vence o medo tem mais elementos de grandeza que aquela que o não tem.

HEITOR

Imagem 24 – Autorretrato de Heitor

O *solitário aventureiro* de 16 anos cursa a IV Fase numa unidade de ensino localizada na Região Metropolitana do Recife. Se reconhece enquanto homem trans, negro, magrelo, com nariz grande e dentes tortos. *Bote torto nisso*, afirmou com sorriso no canto da boca e olhar cabisbaixo, postura que manteve ao avistar Egon Schiele (imagem 25): *Essa é a melhor, ele é lindo. Olha a axila dele, bem bonitinha, com os pelos. Igualzinha à minha.*

Imagem 25 -Egon Schiele

O pintor austríaco renegava o “corpo ideal” nas telas. Seu ego narcisista “deformado” rendia-se ao auto sacrifício e a figuras imagéticas consideradas repulsivas para a época. O retrato era espelho, reflexo das emoções e “instintos” que atravessavam a existência do artista. Sem perceber, a linguagem corporal presente na obra de Schiele estabelecia diálogo com aquele corpo negro e franzino pouco disposto a se representar numa folha de papel e que sentiu “um pouco de bad” ao produzir o autorretrato (imagem 24).

Do seu celular ouvia-se “hedgehog”, interpretada pelo artista brasileiro Konai. Ao traduzir a canção, frases como “eu me sinto tão sozinho e não sei por que”, “mais um dia solitário” e “eu não posso mais suportar isso” garantiram o ar melancólico. Seu desenho entrou na dança, ao revelar o desejo de ser jornalista (livro), a frustração (coração partido), a vontade de morrer (cova), a tristeza (sol quadrado e sorriso com um “xiszinho”) e “quem ele é” (símbolo trans). Ao concluir a apresentação, desabafou com voz embargada: *minhas cicatrizes doem, parece que tem uma gilete dentro de mim.*

Não é raro que a adolescência das pessoas transexuais sejam marcadas por intensas situações de conflito, provocadas por contextos familiares, estendendo-se aos mais diversos espaços de socialização, a exemplo da escola. Este contexto contribui de forma significativa para uma atitude de isolamento social e surgimento de quadros de depressão (SAMPALHO; COELHO, 2012b).

Frida Kahlo (imagem 26) lhe causou constrangimento: *A cara dela tá meio chateada. O olhar dela é bem intimidador.* A referida imagem reflete a relação conturbada entre a artista e o marido Diego Rivera que, no diário da artista é descrito como “princípio, construtor, minha criança, meu namorado, pintor, amante, meu marido, minha mãe, meu pai, meu filho, Universo diversidade na unidade” (Kahlo, 2005, p. 60).

Imagem 26 – Frida Kahlo

Ao escolher alguém para homenagear em sua exposição, fez referência ao seu melhor amigo: *Ele é lindo e a história dele é bacana, meio complicadinha. Ele sofreu o que eu tô sofrendo que é o preconceito, foi expulso pelos pais, mas continua sorrindo. Acho isso massa.*

Na mitologia grega, Heitor era um príncipe reconhecido pela bravura durante a Guerra de Troia. Em momentos de dor e angústia, refletia sobre a bela morte, aquela que é almejada pelos grandes guerreiros por perpetuar a honra de quem perde a vida lutando. “Nosso” Heitor não conhecia a história desse herói grego. A escolha do nome se deu apenas por considerá-lo “bonito”. Ainda assim, seu acordar é luta diária e permanecer vivo diante de tantos Pátroclo e Aquiles é feito digno de ser reconhecido pelas gerações futuras.

JANAÍNA

Imagem 27 – Autorretrato de Janaína

Guerreira que não baixa a guarda, aos 24 anos cursa o 2º módulo numa escola da periferia do Recife, se afirmando enquanto mulher trans e parda. Com relação a orientação sexual, dispara: *eu só gosto de homem*. Seguindo o leito da entrevista, seus olhos marejaram. Cada palavra dita e traçado feito naquela sala parecia ressaca marítima, este forte e incontrolável movimento das ondas sobre si mesmas.

O mar agitado não cabia mais dentro de si. Transbordava entre sons e lágrimas tão salgadas quanto as águas que lavaram seu corpo em tempos de veraneio. Por vezes, ondas pairavam sobre sua cabeça, como no autorretrato onde aparece esboçando brisa de sorriso. No balançar das horas, memórias que, até então, pareciam submersas, emergiram. Dor. Amor. Rancor. Afogamento. Salva-vidas. Com profundidade, tudo veio à tona.

Ao observar o corpo negro e nu de Nona Faustine (imagem 28) no centro da cidade, lembrou da época em que sobrevivia com os “trocados” da prostituição: *entrei na roda com minhas colegas e fiz programa por 3, 4 anos*. Como peixe na rede, seu olhar foi capturado pela imagem. Por não gostar da experiência, desvencilhou.

Imagem 28 – Nona Faustine

Decerto, a falsa segurança de algumas âncoras lhe fizeram afundar. Profundezas escuras, turvas e frias. Medo de ser arrastada pela onda de violência. Por um momento, parecia ouvir a voz materna, a quem homenagearia numa exposição de autorretrato: *minha mãe me ensinou tudo na vida. Disse pra eu ter cuidado com a vida de homossexual. Ela tava perto de falecer assim que eu me assumi. Quando ela faleceu, morei só com 17 anos. Meus irmãos nunca me ajudaram em nada. Só restava depositar a confiança na rainha do mar, aquela que cuida do destino de quem se lança em águas turbulentas, carregando nas mãos o abebé que a tudo reflete. Odoyá!*

Espelho que também se faz presente no autorretrato preferido da sobrevivente (imagem 29): *gostei muito dessa mulher mostrando o rosto, parece que ela tá olhando pra mim.* Segundo a criadora da obra supracitada, “o rosto fala comigo. O rosto apresenta o que eu sou e o que eu não sou capaz de confirmar ou confrontar. O rosto tem uma voz. O rosto significa uma presença e uma existência (Zanele apud Baderoon, 2011, p. 411).

Imagem 29 - Zaneli Muholi

Com esforço, desatou as amarras que lhe prendiam. Os ventos e o movimento inconstante das marés não lhe afligem mais. Agora, remar é arte: tem prumo, rumo. Com braços incansáveis, olhar fixo e fôlego inesgotável quer acabar os estudos, ter o nome reconhecido, ser alguém. Navega movida por velas de esperança. Não importa a direção do vento, no convéns não há espaço para covardia.

MARIA

Imagem 30 – Autorretrato de Maria

Dona de um bom coração, se considera morena, mulher trans e heterossexual. Aos 19 anos, encontra-se matriculada no 2º módulo de uma tradicional escola do sertão do Pajeú. Confessou que já sofreu bastante na vida pra conseguir o pouco que tem hoje e que sente falta de alguém ao seu lado, afinal *é difícil encontrar uma pessoa quando você é uma mulher trans*, ainda que a canção imortalizada por Milton Nascimento ateste que ela merece viver e amar como outra qualquer do planeta.

Ao rabiscar a folha de ofício, desenhou a si (imagem 30), a casa onde mora, plantas e o sol. *Tem coisa melhor do que acordar e ver o sol? Primeira coisa que eu faço quando acordo é ir para a varanda e ver o sol*. Se “soubesse desenhar”, teria feito “a casa direito”, adicionaria os vizinhos embaixo e o ninho de passarinho no telhado. Não poderia faltar o melhor amigo, a quem dedicaria um lugar especial numa exposição: *ele me conheceu quando eu era menino e viu todo meu processo na família, na rua, meu modo de vestir*.

Ao selecionar o melhor autorretrato (imagem 31) dentre os ofertados, a “transformação de homem para mulher” ganhava novos desdobramentos: *É como se esse homem na cabeça dela fosse essa mulher antes, no passado. Hoje esse homem não existemais. Pelo menos é o que eu vejo*.

Imagem 31 – Frida Kahlo

Assim, a sobrevivente reitera o discurso cisnormativo pautado na regulação dos corpos através de discursos dominantes, a exemplo do Código Internacional de Doenças (Organização Mundial da Saúde, 1993), no qual ainda opera o discurso biomédico ao patologizar travestis e transexuais (GARCIA, 2007).

Em tom de confissão, disse que só pediria uma coisa a Deus: *fazer a cirurgia de correção de sexo*. A redesignação sexual destinada a mulheres trans e travestis se tornou legal no Brasil em 1997, a partir da publicação da Resolução 1482/97 estabelecido pelo Conselho Federal de Medicina que liberou os hospitais universitários a praticarem a cirurgia em caráter experimental.

No seu olhar, *todas as imagens eram muito bonitas, não tem como dizer que não gostou dessa ou daquela porque cada uma tem a sua beleza*. Ao fundo, ainda se ouvia o som da sanfona de Luiz Gonzaga em “Vem, morena” canção escolhida para criação do autorretrato assim como as batidas do seu pé marcando os passos herdados da quadrilha junina onde ocupa o cargo de rainha. Pretende ser professora de dança, rodopiar no espaço com seus fios invisíveis e suspender suas dores. Alguém duvida da força e do balanço desta mulher?

RENATO

Imagem 32 – Autorretrato de Renato

Calmo e fechado, o garoto que recentemente tinha completado seus 18 estuda na Região Metropolitana do Recife onde cursa o 2º Módulo. No registro de nascimento sua cor é amarela, mas se considerada branco. Em relação a identidade de gênero, não titubeou: homem trans. Partindo para a orientação sexual, inicialmente não sabia responder à pergunta, pois não costuma rotular nada disso. Parafraseando Renato Russo, encerrou o assunto com a frase: *gosto de meninos e meninas*.

Se o artista brasileiro buscou na música a força para lidar com o tratamento da epifisiólise, o “nosso” Renato em tempos de conflitos emocionais encontrou subterfúgio nas aulas de violão. Em relação ao autorretrato (imagem 32), produzido ao som de *Mais uma Vez* da banda Legião Urbana, confessou: *esse desenho significa muito de mim. Quando eu estava passando por um problema familiar ganhei esse violão de um padrinho que hoje nem falo mais. Basicamente é a minha vida, não consigo viver sem violão. A flor representa o quanto eu sou romântico*.

Por um momento, percebeu que parte de sua história estava traçada em Rute Coelho (imagem 33). O desenho lhe causara boa impressão por mostrar algo que ficou no passado. Suspiro profundo, olhar atento a percorrer cada traço ali presente. Convivendo entre “a cruz e a espada”, o rapaz viu “a tempestade” devastar sua existência: assédio, agressões e estupro lhe fizeram acreditar que viver não passaria de “tempo perdido”, afinal o “mundo anda tão complicado”. Conjugou seu pretérito imperfeito: tomava, pensava, chorava, matava.

Apesar do cansaço diário, decretou em suspiro: “não quero mais ficar a esperar”. Juntando seus “mil pedaços”, enfrentou as dores com a coragem de “Daniel na cova dos Leões”. Foi neste momento que, honrando o significado do nome escolhido nesse mergulho, renasceu. Por isso, se reservou ao direito de não ter desafeto: nenhuma obra ali exposta “merece ser julgada”. Nem ele. Ao trocar o fardo que carregava nas costas por um instrumento musical, deu um outro tom ao seu caminhar. Sempre em frente, Renato. Espera que o sol já vem.

ROSA

Imagem 34 – Autorretrato de Rosa

Carismática e educada, cursa o 2º módulo da EJAI em uma instituição de ensino da zona norte do Recife. No auge dos seus 42 anos, se considera mulher trans ou travesti, heterossexual e negra. Detentora de uma presença marcante, é daquelas que *chega chegando* e que *não é de falar, mas de ir lá e fazer*.

O uso concomitante de trans e travesti em seu reconhecimento, traz à tona as fragilidades que permeiam os conceitos fixos de identidades e as recorrentes disputas em

torno dos sentidos destas expressões, conforme já apontaram os estudos de Bento (2006) e Pelúcio (2004), enquanto a diferenciação entre eles tendem a ser fabricadas em espaços como movimentos sociais e discursos médicos.

O nome fictício dialoga com a produção do autorretrato (imagem 34), algo que não era novidade: no tempo em que era “botão”, fez algo parecido contudo não tinha explicação para sua obra. Ao reviver a técnica, desabrochou: *as decepções são os espinhos e os meus projetos estão nas pétalas e no cheiro que ela exala. E além de tudo, a beleza interior quando o professor consegue dizer a você: você é diferente.* A composição de traços e cores foi feita ao som de “chão de giz” composta por Zé Ramalho na década de 70.

O encanto pelo autorretrato de Andy Warhol (imagem 35) foi certo: *Essa daí me chamou a atenção por esses olhos triste e ao mesmo tempo me passou uma determinação. Ela tá aí, sofrida mas ao mesmo tempo dizendo: eu sou essa aqui e vocês vão ter que me engolir.*

Mal sabia Rosa que a relação de Warhol com a própria aparência era terreno movediço: o artista não gostava do aspecto de sua pele oleosa e, devido a uma doença, despigmentada; era insatisfeito com seu nariz e vivia certo incômodo em relação à sua idade (WARHOL, 2008).

Imagem 35 – Andy Warhol

Em tom de denúncia, lançou um olhar de reprovação a obra de Branco Cardoso (imagem 36): *Essa aqui é a hipocrisia da igreja. Dizimista, sou respeitada dentro da igreja católica. Mas, existe uma hipocrisia. Eles aceitam o meu dinheiro, mas eles não aceitam que eu comungue. E mesmo assim é onde eu me sinto bem, me sinto mais perto de Deus.*

Imagem 36– Branco Cardoso

Entre “fotografias recortadas” para exposição de autorretrato não poderia faltar a de Patrícia Gomes. Com a resposta veio o pranto: *Uma guerreira, uma amiga. Uma pessoa que se entregou, mas vivia numa depressão profunda. Eu ajudei enquanto ela permitiu. Ela trabalhava no GTP+ e ninguém de lá sabia que ela era soropositiva. Ela sabia como ficar mais doente e como se cuidar e ela optou por se matar. Se arrependeu nas últimas horas. Sempre foi uma guerreira, uma amiga, uma pessoa inteligente, admirável. Merecedora de todas as homenagens que ela recebeu e eu faria mais essa.* Permaneceu em silêncio por um período.

Se o chão é pausa, Rosa se reinventa, escapa no olhar e nas palavras não-ditas, evocando a noção de linha de fuga de Deleuze. “Fugir não é renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É também fazer fugir, não necessariamente os outros, mas fazer alguma coisa fugir, fazer um sistema vazar como se fura um cano”. (DELEUZE, 1998, p. 30).

Ao contrapor às linhas duras que aprisionam a vida, Rosa atravessa percursos clandestinos e subversivos espalhando coisas sobre o chão de giz. No mais, não perde a esperança de que toda estação pode ser primavera, mesmo que seja com violetas velhas sem colibri.

VALENTINA GABRIELLY KNOWLES

Imagem 37 – Autorretrato de Valentina

Poderosa e persistente, aos 23 anos encontra-se matriculada no 3º módulo ofertado numa escola do agreste pernambucano. Sonha em cursar Letras com habilitação em inglês ou Educação Física com ênfase em dança, inspirada na garra e determinação de sua mãe que criou quatro filhos sem receber qualquer tipo de auxílio. Se reconhece como parda, mulher trans e gay, sendo esta última palavra pronunciada em tom baixo e envergonhado.

Além do “conflito” presente na articulação dos termos “mulher trans e gay”, um ponto merece atenção em relação ao autorretrato (imagem 37): *Eu fiz a imagem de uma mulher, mas pra enxergar que é uma pessoa trans eu coloquei a barba. Se eu tirar a barba você ia enxergar uma mulher. Mas, eu coloquei a barba pra você saber que foi um homem e agora é uma mulher num corpo de homem. E acrescenta: poderia ter colocado um salto nela.*

Assim, a interlocutora reivindica a existência da “mulher original”, ou seja, aquela que nasceu “biologicamente mulher” em detrimento da outra que se encontra presa num “corpo errado”. O desenho foi feito ao som de “Sem terror” do “Quebrada Queer”, considerado o primeiro grupo de rap gay do Brasil, contando com a participação especial da Drag Queen e cantora Glória Groove. Seus versos soaram como profecia: *Só quero dizer/não vou me conter.*

A escolha do seu nome deriva da homenagem a três pessoas pelas quais nutre profunda admiração: Valentina refere-se a drag queen que participou da 9ª temporada de RuPaul’s Drag Race¹², Gabrielly era o nome da sua falecida bisavô e Knowles, o sobrenome de Beyoncé. Who run the world?¹³

¹² Reality show estadunidense, do gênero competição, exibido originalmente pelo canal pago Logo. Idealizado e apresentado por RuPaul, o programa busca carisma, singularidade, coragem e talento de uma drag queen. A

Segundo consta no artigo *Drag Queen: Um Percurso pela Arte dos Atores Transformistas*, Amanajás (2014) aponta o surgimento das drags queens vinculado as manifestações de teatro grego com suas máscaras, vestimentas e enchementos. Em diversas épocas, a arte vai se reinventando adquirindo novas características.

Virada do milênio, globalização, informação em alta velocidade. Numa sociedade marcada pelo dinamismo e porosidade, o pop se consolidava no cenário cultural ao coroar suas divas: Britney Spears, Nick Minaj, Lady Gaga, Beyoncé. A ousadia e inventividade destas artistas serviam de inspiração não apenas para dragqueens, mas para uma geração de jovens ao se tornar um modo de vida (AMANAJÁS, 2014).

As ferramentas eletrônicas reduziram distâncias. A cultura midiática chegava a lugares aparentemente inacessíveis exibindo vivências mais fluidas em relação ao gênero e sexualidades. Drag tornava-se mais um sinônimo de pop, motivando a escolha do nome fictício desta estudante da zona rural de Pernambuco a partir dos laços familiares e da fibra óptica.

Ao sinalizar sua preferência dentre os autorretratos (imagem 38), percebemos sua forte ligação com esta cultura: *Pra mim ele tá vestido como uma drag e ao mesmo tempo ele não deixa de mostrar que ele é homem. Ele tá maravilhoso. Amei o cabelo, tá muita perfeição.*

Imagem 38 – Andy Warhol

vencedora recebe o título de "America's Next Drag Superstar". No Brasil, o programa alcançou grande popularidade ao ter suas temporadas exibidas pela Netflix.

¹³ Canção da cantora estadunidense Beyoncé, produzida pelo DJ superstar e produtor Afrojack e que foi lançada no dia 21 de Abril de 2011 como single do álbum 4. Em português, o título significa “garotas comandam o mundo”.

Andy Warhol adotou esse visual entre seus 23 e 24 anos de idade. Ao explicar a escolha da coloração, não mediu palavras: (...) resolvi pintar o cabelo de branco para ninguém saber que idade eu tinha e ia parecer mais jovem para eles do que a idade que eles pensassem que eu tinha. Eu ganharia muito ficando de cabelo branco (...) (WARHOL, 2008, p.115).

Para “nossa” sobrevivente, os 11 autorretratos apresentados “era muita lacração” e preferiu não escolher aquele que menos lhe chamou a atenção: *não gosto e nem quero cometer injustiça com ninguém*. Sem intervalos para “lacração”, escolheu a rapper Karol com K como homenageada em uma possível exposição de autorretrato: *Ela é muito militante, muito feminista, bate de frente, não se preocupa para a opinião dos outros. Ela não fica se escondendo por trás da fama. Se ela tivesse uma imagem nessa exposição ia lacrar*.

Com movimentos sinuosos e língua afiada, Valentina se apresenta como um desafio acadêmico que nos tenta a normatizar corpos através de identidades, criando assim delimitações que nos conduzem a zona de conforto. Ela é de entremeios, percalço de pesquisa em forma de sujeito ao se permitir simplesmente ser quem é, sem dar importância as regras do jogo identitário, afinal nasceu nua e o resto é drag.

3.3 “Água na boca”: Delícia e dor de ser o que é

O cinema sempre lhe foi mais atrativo do que a crua realidade. Dos tempos de VHS, recorda com nostalgia da locadora da esquina com sua promoção “pague 3 e leve 4”, assim como do compromisso assumido no balcão de rebobinar as fitas de vídeo sob risco de multa. Foi ali, naquele estabelecimento de paredes amareladas decoradas com pôsteres cafonas onde a oportunidade de ver o mundo por outras lentes se fez presente.

Sofisticação tecnológica e praticidade do DVD tornaram a relação com o audiovisual ainda mais visceral. Festas, encontros com amigos e reuniões familiares não eram tão convidativos quanto a oportunidade de viajar mundo a fora sem deixar o conforto do sofá, especialmente em dias de chuva. No inverno lhe fizeram fria.

De tudo que foi capaz de experienciar¹⁴ através da tela, o mundo de Almodóvar era caminho sem volta. Perdida numa roda-viva de cores fortes, corpos, desejos e ambivalências, colecionava na parede da memória cada rosto ali presente como se fosse figurinha rara de álbum esportivo. Uma, em especial, ocupava posição de destaque: a travesti Agrado, personagem de “Tudo sobre minha mãe”. Seu nome deriva do esforço de tornar a vida das

¹⁴ Experiência, nesse sentido, é compreendida enquanto processo de construção de subjetividade a partir da relação com o mundo exterior (LAURETIS, 1987, p. 18).

outras pessoas mais agradável. Não possuía vínculo familiar, sobrevivendo às custas da prostituição e trabalhos sazonais. A autenticidade era seu maior orgulho, palavra que escorria entre os litros de silicone e a fluidez de quem transformou o corpo à base de muito dinheiro, afinal se é mais autêntica quanto mais se parece com aquilo que sonhamos.

Nesta questão, Koyoma (2000) concorda com Agrado. A premissa do transfeminismo consiste no direito à liberdade do indivíduo em definir sua própria identidade de gênero sem medo de discriminação ou violência, não cabendo a qualquer tipo de autoridade seja ela médica, jurídica, política ou religiosa interferir no que o sujeito faz com o próprio corpo.

As discussões propostas pelo cinema assim como a relação entre este e o próprio gênero se direcionam para a construção de outros sentidos e questionamentos a respeito de masculinidades e feminilidades. Portanto, versar sobre gênero e identidade é falar sobretudo das experiências subjetivas de composição de individualidade que atravessam as tecnologias de gênero, a exemplo do cinema.

Como se fosse um filme, segue roteiro baseado nas narrativas dos/das sobreviventes assim como das vivências que foram possíveis no decorrer desta jornada/pesquisa. Semelhante a Agrado, seus/suas personagens têm provado cotidianamente o doce e o amargo sabor da luta diária pelo direito à personalidade. Uma película que, sem prazo para finalização, constitui-se por histórias cruzadas ficcionalmente dotadas de reflexões necessárias em tempos tão armados e desalmados.

INT - BAR - FIM DE TARDE

Fernando acena para o garçom pedindo uma dose de aguardente. Em seguida, tira do bolso da camisa uma foto amassada de uma mulher com uma criança de colo. Com os olhos cheios d'água, começa a sentir falta de ar. Discretamente, sai em direção ao banheiro. O barulho no local é infernal. No meio do caos, Fernando voltatrazendo um copo de bebida e um dente de alho causando surpresa geral. Com sorriso no rosto, beija sua esposa e põe-se a amassar o condimento de forma cuidadosa.

Expulso de casa sob acusação de estragar o relacionamento da mãe com o novo namorado e sem qualquer proximidade com o pai desde o período da separação do casal, o personagem desta história passou grande parte da sua vida recebendo abrigo na casa de parentes. No momento, reside com sua companheira em uma casa alugada num município próximo.

Os fluxos migratórios protagonizados por jovens trans são práticas regulares, seja como estratégia de distanciamento de ambientes opressores ou/e pela busca de trabalho em outros municípios. Tais movimentos incidem de maneira objetiva na trajetória escolar destes sujeitos que, ao se transferirem, não dão continuidade aos estudos.

Na infância, se reconhecia enquanto menino para desespero da mãe que insistia em afirmar que tinha parido duas filhas. *Eu tinha medo de comprar roupa com ela porque eu sabia que ia comprar roupa que eu não queria.* No espaço escolar, também costumava contrariar as expectativas sem deixar de participar das atividades pedagógicas: *Aqui na escolinha um grupo de frevo, daí nesse grupo eu era o sol da bandeira de Pernambuco. Eu chorava e não deixava ninguém me maquiarem. Eu queria ficar na ala dos meninos.*

Para Louro (2008), quem rompe a norma sofre sanção através de pedagogias corretivas, o que nos remete ao pensamento foucaultiano acerca do sujeito, das relações de poder e das estratégias de confronto. Se o espaço escolar promovia regulações cisnormativas, o estudante em questão não ficou passivo a situação: ainda que não entendesse a situação em profundidade, acionou formas de agência ao negar o uso de maquiagem.

Pesquisas e apoio psicológico foram essenciais em seu processo de reconhecimento identitário ao disfarçar o peitoral usando dois tops que lhe traziam certo desconforto respiratório. *Quando eu vou tomar banho eu não toco nisso aqui, não sei pra quê ter. Não tem nem utilidade.* Seguindo a luta diária pela adequação do corpo, chegou a tomar anabolizantes e outros medicamentos até ser alertado por um amigo transexual sobre os riscos que isto poderiam acarretar na saúde. Criou o hábito de comer alho amassado por considerar uma forma natural de aumentar a taxa de testosterona sem prejudicar o organismo.

Estudos sobre transmasculinidades tem conquistado espaço ainda que de forma tímida no campo acadêmico brasileiro (ÁVILA, 2014; VIEIRA, 2015; OLIVEIRA, 2015), dedicando-se a reflexões sobre a apropriação de modos, técnicas e conhecimentos médicos na composição de um processo político-corporal pautado na autonomia do sujeito. Ainda que a Portaria nº 2.803, tenha ampliado os procedimentos ambulatoriais e hospitalares destinados aos homens trans ou transmasculinos ao incluir as cirurgias de redesignação sexual, histerectomia e mastectomia, a interiorização desta política pública consiste numa reivindicação histórica dos movimentos sociais.

EXT - RUA - NOITE

Enquanto um casal sai cambaleando pela porta de um bar, Rosa permanece estática em frente à delegacia de polícia recordando o dia em que prestou queixa contra o irmão mais velho. Um gato preto se aproxima de forma

sorradeira. O animal está ferido e com fome. Ela o toma em seus braços e retorna para casa.

O reconhecimento de Rosa também se iniciou na infância: *Eu sempre me senti menina, sempre. Eu acho que desde quando eu me entendi por gente. 7 anos, eu acho. A minha mãe comenta que quando a gente ia escolher roupa eu ia na sessão feminina, mas eu ia inocente, ia sem saber. Mas, aquele short justinho, era aquele que eu gostava. Aquela calça justa, era aquela que eu queria. A minha mãe negava de uma forma tão carinhosa: não, essa aqui, não! Ela falava disso com muita tranquilidade. E até hoje eu gosto de roupa justa, mas era inocentemente.*

Na educação infantil, a sobrevivente foi alvo de constantes violências. *Isso dificultava o meu aprendizado. Eu nunca tive essa voz grave, então imagina eu pequenininha com uma voz miando de quem engoliu cinco gatos? Então eu já tinha alma feminina, a alma estava ali exalando rosas, né?* Se tal argumento é capaz de promover a empatia social através do convencimento de que algumas pessoas podem nascer com um “erro biológico” ao qual não se tem controle, o movimento transfeminista questiona o essencialismo presente no pressuposto de uma alma masculina e outra feminina, reconhecendo-o enquanto instrumento de reiteração de discursos machistas e misóginos.

A minha mãe me levou pra psicóloga nessa época, eu deveria ter uns 10, 11 anos. Quando eu saía com ela todo mundo dizia: é sua filha? E ela respondia não, é meu filho. E eu lembro com essa idade eu tinha uma dificuldade enorme de ler. Eu sabia das palavras mas não queria ler, não queria ir pra escola. A escola virou um tormento, por isso eu acho que passei tanto tempo afastada da escola e quando eu voltei, depois de 21 anos sem estudar, voltei com unhas e dentes.

Se a escola é compreendida enquanto espaço de opressão e violências, a família é vista como lugar de amor e compreensão, especialmente na figura materna. *Os conflitos que tivemos quando eu me assumi foi pela pouca informação que meus pais tinham sobre o assunto. A escola não fala disso hoje, imagina na época deles.* Por esta lógica discursiva, o sistema educacional é considerado o único responsável pela disseminação de posturas transfóbicas.

Para evitar o sofrimento da mãe que não sabia lidar com as constantes brigas entre ela e o irmão, decidiu sair de casa. *Foi uma coisa boa que isso me trouxe. Trouxe a minha casa, né? O meu canto, onde eu gosto tanto de estar. Onde eu tenho um carinho muito grande. Lá onde eu tenho uma cadela que eu resgatei da rua e dois gatos que eu adotei e que são as minhas grandes companhias. Sou extremamente feliz com eles.*

Os conflitos foram amenizados, mas não cessaram. Após recorrentes ameaças acabou sendo agredida pelo irmão. Não teve dúvidas: partiu para delegacia onde prestou queixa ao delegado que enquadrou o caso na Lei Maria da Penha. O direito a medida protetiva causou repercussão na comunidade. *Teve um lado ruim que foi a desestruturação familiar muito grande, mas abriu a porta para muitas meninas e também foi um santo remédio.*

Em maio de 2019, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou o Projeto de Lei 191/2017, que busca ampliar o alcance da Lei Maria da Penha e garante proteção às mulheres transexuais e travestis. No presente momento, apenas seis estados aplicam a Lei Maria da Penha nestas situações, sendo estes: Acre, Pará, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

INT - QUARTO - NOITE

Em frente ao espelho, Janaína ouve um miado agonizante vindo do lado de fora da casa enquanto se concentra em terminar a sua maquiagem. Arruma o cabelo e, em seguida, escolhe a cor do batom. O vermelho sangue toma seus lábios por completo. A roupa deixa visível a parte do corpo onde tatuou o nome de sua mãe.

A tatuagem é uma forma de gratidão a esta figura que marcou de maneira significativa a história da sobrevivente. Se não faltam boas lembranças desta relação, as desavenças ocorridas durante o reconhecimento da transexualidade também emergiram com a devida justificativa: *Ela tinha medo do pessoal me abater no meio da rua, você sabe como é aviolência.* Aos 15 anos, passava a tarde se maquiando na casa de uma amiga da escola. Por vezes, era tomada pelo desejo de voltar para casa daquele jeito, da forma como se via. Segundo Weeks (2001), a sexualidade é uma construção social, uma invenção histórica, baseada nas possibilidades do corpo. O sentido e o peso que lhe atribuímos são, entretanto, modelados em situações sociais concretas que tem profundas implicações na compreensão do corpo, do sexo e da sexualidade.

Resolveu assumir o interesse por homens. Deixou o cabelo crescer e alterou os trajés transformando-se em motivo de piada entre os familiares. Levada ao psicólogo foi obrigada a olhar fotos pornográficas enquanto método de “reversão sexual”. Hoje, mora sozinha na casa que herdou da mãe. Os custos com a reforma lhe impedem de continuar com os hormônios, tomados por conta própria desde os 19 anos. Ainda lembra dos efeitos causados: *depois que eu tomava a injeção chegava com a muleta na escola. Todo mundo sabia que eu tinha usado alguma coisa porque eu ficava agoniada, sem paciência.* De lá pra cá, nunca passou por consulta médica.

O uso de hormônios sem orientação médica é prática comum entre mulheres trans e travestis, principalmente as pertencentes a camadas populares. Pelúcio (2005) apontou que as dificuldades econômicas determinam limites e possibilidades dos investimentos corporais entre as travestis paulistanas, prática que pode trazer danos à saúde e prejuízo no processo de ensino-aprendizagem, a exemplo de Janaína.

EXT - RUA - MADRUGADA

Benedita sobe ao palco e faz uma intervenção artística. A coreografia é marcada por movimentos rápidos sendo acompanhada por palavras de ordem. A cada passo, o público vibra. A artista não cansa de experimentar artisticamente. O show é encerrado. Enquanto Benedita se dirige a um bar, um jovem se aproxima e pede para transarem numa casa abandonada.

Por ter sido uma criança afeminada, ela foi feita de violência e silêncio. *As pessoas se achavam no direito de me bater. Eu lembro de um episódio que a professora viu e não fez nada, passou batido. E quando a minha mãe foi me pegar, eu contei pra ela. Tinha essa coisa: se você apanhar na escola e não bater de volta, quando chegar em casa você vai apanhar mais.*

A masculinidade socialmente naturalizada ampara-se em modelos de virilidade que, fundamentalmente, são atrelados à força física, à potência sexual e ao (auto)controle, reverberando-se em episódios de violência simbólica e não simbólica que garantam o domínio social masculino (LEHNEN, 2015). O pai se separou da mãe. Aposentado, viu seus dividendos serem cortados pela metade no governo Temer. Viajou para São Paulo em busca de melhores condições de vida e até hoje não retornou cabendo a mãe o dever de educar Benedita para ser “cabra macho”. *Minha mãe não é uma pessoa que vai pensar sobre a minharealidade, sobre o meu corpo, sobre várias outras coisas. Se eu chegar pra minha família e dizer que sou travesti, embora eles saibam porque acompanham a minha vida, eles não vão aceitar. Talvez um dia.*

Nesta empreitada de “educar para ser homem”, a família tem uma aliada histórica. Segundo Auad (2004), a escola é um espaço de produção e reprodução de papéis sexuais que, por um lado, condizem com os estereótipos tradicionais e dicotômicos acerca do masculino e do feminino. Assim, a cisnormatividade dos corpos é reiterada a partir do modelo de masculinidade tóxica.

A performance lhe aproximou do “universo feminino”. Despiu-se da personagem. *Eu percebi que não precisava fazer isso pra me vestir como eu queria, pra ser chamada como eu*

queria ser chamada. Na época se reconhecia como bicha afeminada, porém ficava com meninos e meninas. É o problema da gente mesmo invisibilizar a bissexualidade, hoje eu me reconheço como bissexual.

Era preciso ir além. Participou de movimentos da cidade, pesquisou em páginas de internet e conheceu outras mulheres transexuais da cidade. *Eu não as enxergava pelo medo de se reconhecer e hoje elas são super importantes na minha construção. É necessário ver outros corpos trans e sendo uma travesti bissexual é difícil. As meninas ficam pensando que se ficar comigo vão ser lésbica. Com os meninos é mais fácil, mas a relação não é pública, é bem difícil. Eu só namorei uma vez toda a minha vida e não foi um relacionamento legal, foi super abusivo e até eu criei um bloqueio pra relacionamento.*

Com a sociabilidade com outras mulheres trans e travestis veio o uso de hormônio e a disforia. *“Cheguei a tomar anticoncepcional, tomei ciclo 21, por um período só. Agora parei. Foi recente. Eu comecei a tomar porque não tava me reconhecendo mesmo com o meu corpo, queria buscar uma feminilidade no meu corpo. São processos na vida da gente. Ainda tenho isso, ainda acho que as pessoas me veem num corpo masculinizado, ainda que eu não veja, não enxergo isso em mim. Eu acho que eu tomei mais pra isso, pra buscar essa feminilidade que tanto as pessoas cobram. E eu parei também por isso, por perceber que eu não preciso. Essa é a minha feminilidade, foda-se”.*

Engole. Injeta. Projeta. O uso de hormônios foi, aos poucos, interferindo em seu cotidiano escolar: *Senti enjojo, meu apetite mudou, eu não conseguia comer direito, eu emagreci. E isso de uma certa forma interferiu na escola. Várias vezes eu fui embora na terceira, segunda aula, porque não tava aguentando.* Por vezes, mulheres transexuais e travestis se sentem obrigadas a "provar" o seu “ser feminino”, a partir de uma correspondência mais fidedigna possível com os estereótipos de gênero. Nesta empreitada, se submetem a terapias hormonais e procedimentos cirúrgicos.

Segundo Koyoma (2003), esta prática é opressiva, uma vez que nega assingularidades dos sujeitos. Assim, o transfeminismo acredita nas diversas formas de se ser mulher e que elas devem ser livres para tomar as próprias decisões. Como afirma Bauman (2005, p.19), “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas a nossa volta”.

INT - SALA DE ESTAR - MANHÃ

Valentina está sentada em frente ao computador. No monitor é possível ver uma performance em via pública. Seus olhos estão vidrados na tela, acompanhando cada batida e a reação do público. Sua mãe pede para abaixar o

volume e entrega em suas mãos um presente embrulhado em papel cintilante. Quando a embalagem é aberta avista-se uma calça masculina.

O contato de Valentina com a transexualidade ocorreu após pesquisas de vídeos pela internet. *Eu vi um vídeo que era sobre pessoas trans, como elas se identificavam, como era que elas se viam e como era a transição delas. Daí muita coisa que falou eu me identifiquei, eu sabia. Eu dizia isso eu tenho, isso eu sinto.* A participação de sujeitos trans em matérias de TV, reportagens, filmes assim como em canais na internet dialogam com o imaginário social fortalecendo estigmas ou apresentando novas formas de representação. Simone Ávila aponta que muitos dos seus interlocutores se autodenominaram transhomens após terem assistido a filmes com personagens que também eram e, assim, conseguiram se identificar (ÁVILA, 2014, p.85).

Valentina tem uma boa relação com a mãe, mas não se sentiu à vontade para compartilhar sua transexualidade. *Quando eu me olho pro espelho, eu não me vejo como homem. Minha mãe cansa de comprar short, calça folgada, eu vou e arrocho tudinho. Não gosto de roupa muito hetero, de tênis muito hetero, pra mim quanto mais unissex melhor.* Geralmente, o processo de reconhecimento é acompanhado por grande insegurança e medo de serem descobertos e ridicularizados tanto pela família quanto socialmente.

Na contemporaneidade, as identidades estão em ampla expansão e, ao mesmo tempo, em crise. Novas categorias sociais surgem e convivem com outras tradicionais que buscam garantir sua hegemonia, muitas vezes, a partir do questionamento sobre o novo, deslegitimando o “diferente”. Valentina é um bom exemplo desta disputa e comprova a dificuldade encontrada pelos movimentos sociais, estudos acadêmicos e políticas públicas de reconhecerem o “lugar” destes corpos.

EXT - PRAÇA - TARDE

Felipe observa o movimento do comércio sentado em um banco de praça. Em determinado momento, percebe uma senhora muito nervosa discutindo com uma vendedora em frente à loja por conta da troca de uma calça. O rapaz põe seu fone de ouvido e começa a produzir mais um filtro dos sonhos.

Na quietude do ser, Felipe compartilha sua experiência identitária enquanto maneja miçangas, fita de cetim e penas. *Desde pequeno eu sempre mostrei ser um menino. No colégio todo mundo me tratava como um menino, eu me tratava como um menino. Toda minha vida eu me tratei como um menino, sabe? E as pessoas ao meu redor achava que era besteira, que*

ahhh é coisa de criança, isso muda depois. Como a minha mãe era, na infância dela, mais largada, ela se vestia como menino, só brincava com menino e tudo mais. Ela jurava que isso era normal, mas nunca foi. Era eu já mostrando quem eu sou.

Se a figura paterna o reconhecia enquanto menino e a materna acreditava se tratar de uma fase a partir da própria experiência, o tratamento concedido pela escola é um elemento inovador ao reconhecer a masculinidade sem apresentar, em linhas gerais, maiores questionamentos. *Eu gostava de jogar bola com os meninos. Teve um tempo que a gente jogava basquete. Eu gostava muito de basquete. Na nossa sala a gente tinha essa mania de cada um ser um personagem do filme High Scholl Music, tipo ser alguém desse seriado. Eu tinha um amigo branquinho que era Troy e como eu sempre tive cabelo cacheado acabei sendo o amigo dele.*

Em contrapartida, os tensionamentos ocasionados pela forma com que a família e o espaço escolar lidavam com este reconhecimento se tornaram inevitáveis. *Teve uma vez que, foi no tempo de São João no colégio, aí ia ter aquelas festas juninas e eu briguei com a professora porque eu queria dançar com uma menina. Eu não queria dançar com menino, eu não queria usar vestido, eu queria usar camisa xadrez, calça e bota. Só. Não queria usar vestido, não queria dançar com um cara, eu queria dançar com a menina, eu sempre demonstrei que eu era um menino. No final, eu dancei com uma menina, mas por causa da minha mãe tive que usar vestido.*

Nem sempre o filme corresponde ao gosto do público expectador. Ainda que o cenário de horror e antagonismo invada o nosso campo visual, a possibilidade de reinventar a realidade teima em roubar a cena com seus rasgos de esperança.

EXT - RUA - NOITE

Em uma noite fria e com pouco movimento, Maria se aquece apoiada em um batente. Ao mesmo tempo, observa um hippie vendendo filtros de sonhos ficando impressionada com o acabamento do produto. O locutor anuncia a apresentação do grupo de dança sendo acompanhado por aplausos do pequeno público ali presente. Ao ouvir o som das palmas, ela recorda da sua formatura da 8ª série.

Nas apresentações de dança da escola, “dançava como mulher” porque não sabia “dançar como homem”. *Como vou dançar xaxado como um homem bruto, se eu não sabia? Eu sentia nojo quando pegava numa menina.* Seu amigo lhe propôs um teste: passou chapinha no seu cabelo, fez maquiagem e lhe colocou para dançar. Dali em diante, nunca mais parou.

Semanas antes do baile de formatura da 8ª série, perguntou às meninas o que achariam se ela fosse “de mulher” para o evento, com um vestido bem chique. Ao perceber o apoio majoritário, correu atrás, vendeu rifas e fez duas roupas: um vestido longo presenteado pelo vice-prefeito da cidade e uma roupa mais simples de renda preta. Comprou salto, brinco, colar. Foi no salão, fez unha e cabelo. *Quem entrou comigo na hora foi minha mãe. Meu pai não foi porque estava com derrame. Quando eu entrei, alguns pais das minhas amigas olhavam torto, mas eu não ligava.*

Naquela noite, Maria dançou até perder o sapato. Entre aplausos e estranhamentos, parecia que aquele extenso salão tinha sido feito exclusivamente para ela. Ocupou cada centímetro com maestria e glamour, como se comemorasse as ações políticas que a constituem enquanto sujeito celebrando suas tomadas de decisão na luta diária.

Aquela menina que chegou a passar fome, pedindo comida de porta em porta acompanhada dos pais, estava prestes a ingressar no ensino médio. Para muitos, isso não significava nada, afinal o mercado tem se tornado cada vez mais exigente. Para ela e sua família, aquilo era tudo.

INT - CASA - NOITE

Davi encontra-se deitado em um sofá antigo. Sua expressão é de cansaço como se tivesse passado o dia todo se dedicando ao trabalho braçal. A voz irritante do locutor e o barulho ocasionado pela festividade pública invadem o recinto. Com o celular na mão, o jovem começa a conferir as mensagens no grupo de WhatsApp e a procurar modelos de eterno de casamento.

Na zona rural da Mata Norte de Pernambuco, o mundo digital e uma amizade tiveram papel crucial na construção identitária de Davi: *“Comecei a conversar com um amigo. Naquele tempo homem trans era uma coisa muito difícil de achar. Só tinha Thammy e a Teresa que era o que o pessoal mais falava. Pouca gente falava sobre isso. Ele me adicionou em um grupo. Quando entrei, vi que tinha um monte de gente. Eu não sabia que tinha tanto homem trans. E hoje o grupo só aumenta, deve ter umas 300 pessoas ou mais”*.

A família lhe impõe condições para que seja respeitada a sua identidade de gênero. Para tratá-lo no masculino, exigem a retificação do nome. Na escola, sempre teve mais amizades com os meninos desfrutando de certa aceitação social. *Não cheguei a jogar bola ou coisa do tipo, mas a minha amizade toda foi só com homens, poucas mulheres. Eu não gostava muito dos assuntos que elas falavam. Aí eu tenho mais facilidade de pegar amizade com homem, sempre tive. Eu só sabia que tinha atração por mulheres.* A matriarca continua a

sonhar com o dia em que “a filha” vai entrar no altar vestida de noiva. Ele pretende se casar na igreja de terno e, mais a frente, adotar quatro filhos com sua companheira.

3.4 De “olhos abertos”: mora uma história em cada estrada

O cheiro de café vindo da casa do vizinho e as frenéticas buzinas dos carros a disputar um pedaço do asfalto eram seu desperta(dor) diário. O tempo urge. Creme dental, lâmina, sabonete, outra lâmina, produto para cabelo, toalha. Retira a peça de roupa do cabide com todo cuidado para não amassar. Base, lápis, rímel, batom, pó compacto. Quase feita, sentiu o estômago tão embrulhado quanto o pão sob a mesa.

Alvorece. Vagarosamente, pôs a ração no pote da “filhota”. Ainda com os olhosfixos na felina que devorava o jejum sem qualquer tipo de cerimônia, virou a chavecompletamente tomada pelo ar de despedida. Faltavam pouco mais de 30 minutos para o início da entrevista e, apesar da escola ser relativamente perto, preferiu não arriscar.

Não pega ônibus desde a ameaça de ser estuprada e morta por um passageiro que sentara ao seu lado. As palavras foram ditas sutilmente como quem pergunta que horas são. Apressou os passos na tentativa de se afastar da lembrança que lhe corroía por dentro. Ódio desenfreado, cara de assédio, sinal fechado para segurança, beco sem saída. Cadê a escola?

A cidade não é composta apenas de terreno físico: vive, revive e sobrevive das movimentações e afetações entre os sujeitos. Cidade-corpo, construída do atravessamento do nosso corpo pelo corpo da cidade, o qual se molda por instituições, práticas e (des) encontros onde a carne é matéria que ao se chocar com as interferências do espaço recebe subjetividades, conferindo memórias e significados aos espaços (HISSA, NOGUEIRA, 2013, p.61).

Segundo Lefebvre (1991, p. 22), “a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver”. Desta forma, assume não apenas o modo comunitário, mas os conflitos internos e os interesses dominantes presentes na sua constituição. Afinal, a quem se destina a cidade?

Se a Carta Mundial pelo Direito à Cidade situa este direito como interdependente a todos os outros direitos humanos reconhecidos internacionalmente, Benedita é a voz de quem cotidianamente tem a sua cidadania usurpada: *Eu não me sinto acolhida pela cidade. Antes eu era mais acolhida, as pessoas, me convidavam, sabe? Depois que eu assumi minha identidade de gênero essas pessoas se afastaram.*

A arte é seu antídoto, remédio e veneno. O reconhecimento por sua habilidade nesta área veio através da escola, ao ganhar uma gaita como prêmio por ter produzido a melhor montagem teatral a partir do tema “meio ambiente”. Começou a sobreviver de arte naquele ambiente que sempre lhe foi hostil. Esquetes sobre drogas, gincana, abertura dos jogos internos. Nestes momentos, sentia que estava sendo acolhida. Para além das paredes daquela instituição de ensino, sua arte ecoou pelo município.

Nos dias que antecedem a sua intervenção artística na cidade, convida meninas transexuais e travestis para prestigiar e refletir sobre a performance. Em uma das apresentações, aborda o cotidiano das “bombadeiras” e a relação destas mulheres com as travestis de Arcoverde que, após passarem por esse procedimento na Bahia, migram para Minas Gerais e São Paulo sendo agenciadas por cafetinas. Porém, suas amigas geralmente não estão lá para assistir. *Dependendo do lugar elas não vão por medo de não ser acolhida, respeitada neste espaço e também pela construção estética do lugar e pelo centro que nunca vai ser um lugar acolhedor pra LGBT, pra preto, pra minorias. Tem uma centralidade no centro.*

Seu corpo e sua arte descentralizam sem qualquer tipo de incentivo público, conforme conversa travada entre ela e um gestor cultural presenciada na mesa de um bar da cidade: *A curadoria de vocês é uma merda. Sabe quantas vezes eu recebi dinheiro para apresentar em outras cidades? Seis vezes. Seis não, sete. E aqui, vocês não dão oportunidade pra gente. Benedita recebe críticas por parte da classe artística local que lhe cobra um trabalho mais conceitual, esquecendo que a vida dela, estar viva fazendo aquilo já é um conceito.*

Vida que não se findou por um triz: *Já cheguei até a ser agredida na cidade, lá na praça. Foi uma agressão que inclusive eu denunciei, teve todo um babado, mas no final não deu em nada. Eu tava na praça conversando com os amigos e esse boy que eu não sei de onde é me deu um murro no pescoço que ficou inchado. Inclusive foi uma das coisas quando eu fui fazer o B.O, na delegacia o pessoal queria que eu identificasse quem era a pessoa que me agrediu na cidade e eu não tinha como saber porque eu não conhecia.*

A fragilidade de políticas públicas voltadas a travestis e transexuais com vista a garantia da integridade destes corpos encontra-se alinhada à perspectiva de uma cidade que salvaguarda a cisnormatividade. Se os corpos cisgêneros transitam livremente pelos espaços públicos e acessam os diversos serviços, aos que transgridem esta norma resta o medo de ocupar espaços e o descrédito nos aparelhos do Estado responsáveis por assegurar a “ordem social”.

Renato é outro exemplo de como a violência reverbera nos corpos trans: *Nunca fui de ficar muito na rua, sou muito calmo, fechado. Sofri muita agressão na rua, assédio, enfim. Sofri tentativa de estupro por um amigo do meu pai. Eu fui buscar meu irmão na escola e ele me perseguiu. Meu pai foi tirar satisfação, mas não deixou eu fazer a queixa.*

O ciclo de experiências negativas vivenciadas na prostituição levou Janaína a ter aversão ao espaço público: *Não sou de sair muito não. Não confio em homem nenhum.* Recordou com amargura de quando tinha seus quinze anos. Nesta época foi casada com um homem que lhe impedia de sair e até mesmo de frequentar a escola contribuindo desta forma para distorção idade-série.

No momento, seu espaço de lazer se resume a bares noturnos (quando lhe sobra algum dinheiro) e festividades junto a amigas que conheceu durante o trabalho nas ruas. Estudos como o de Benedetti (2005) e Pelúcio (2004) afirmam que além do retorno financeiro, a prostituição proporciona a mulheres trans e travestis a construção de redes de afeto, performances de gênero e dinâmicas políticas.

Benedita, Renato, Janaína. *Corpos dialógicos aos de Araruna* (2017) que no artigo “O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos”, busca compreender como seus processos de socialização no gênero e construção da identidade travesti se constituem em meio às falhas na garantia do direito à vida urbana, tomando como objeto de análise três narrativas autorais.

É num barzinho que Fernando gosta de desfrutar dos momentos de lazer. Diferente dos relatos expostos até o presente momento, reconhece o acolhimento ao afirmar que *esse bar não coloca barreira em nada não. No começo tinha olhar torto, agora não tem não. Aqui é cidade pequena, tudo é novidade. Como eu fui o primeiro a dar a cara pra todo mundo, tem gente que vem me dar parabéns.* Dito e feito. Foi difícil concluir o seu pensamento considerando que, vez ou outra, alguém chegava perto e com aperto de mão ou abraço caloroso, saudava o sobrevivente. Cidade pequena tem ar de grande família, daquela que todo mundo se conhece, onde os que se amam e se odeiam dividem a mesma mesa.

Sentado no banco da praça, Felipe passa o tempo entre conversas com os amigos e intervenções artísticas. Como elemento urbano, a praça representa espaço de sociabilidade propício ao encontro e ao convívio. Situada numa área que concentra a maior quantidade de Espaços Livres Públicos no município, para o sobrevivente nenhuma praça era como aquela. *Não é uma praça, como se diz, que cada um tem o seu canto. Você chega aqui sozinho, você não vai sair sozinho. Você chega sozinho, chega muita gente perto de você, senta, conversa e*

quando você vê já conheceu metade da praça. A galera daqui é muito boa, posso dizer assim que é bem “good vibes”, entendeu?

Ao chegar na praça é impossível não avistar uma frondosa árvore repleta de filtros de sonhos feitos por ele. Eram quase 18h e o lugar estava tomado por estudantes que haviam cumprido o expediente escolar. Grande parte era menor de idade e havia um alto consumo de bebida alcóolica, cigarro e substâncias alucinógenas no local. Outros aproveitavam o espaço para namorar ou reencontrar amigos e haviam aqueles que estavam ali pelos dois motivos.

Em minutos, a praça ficou praticamente vazia. O carro da polícia que se aproximava vagarosamente tinha causado a dispersão. As rondas policiais no local eram intensas, ou seja, para o poder público repressão é a melhor estratégia para inibir práticas ilícitas. Em resposta, o espaço estava sendo revitalizado pela própria comunidade que encheu o lugar de cores, pneus decorativos, mudas de planta, obras de arte e filtro de muitos sonhos.

Apesar de se declarar apaixonado por músicas e livros, Heitor viu nos eventos públicos a oportunidade do encontro consigo. *Eu ia escondido da minha mãe porque ela não sabia que eu frequentava o Recife Antigo ainda. Eu dizia que ia pro Shopping, mas eu ia pro Recife Antigo participar de um evento pro pessoal LGBTQ+, se conhecer, se divertir. Começava de quatro horas da tarde e ia até as nove.*

Após ficar ciente dos caminhos trilhados pelo filho, a mãe não se privou de ligar para saber como estão as coisas. Em um único fim de tarde foram três ligações e dezenas de mensagens pelo celular pedindo que tomasse muito cuidado e não se metesse em confusão. Apesar da extensão do território, tudo parecia caber na mão de Heitor. Recordava cada lugar com nostalgia, como se fosse um filme.

Estudos como o de Abramo (1994) destacam a importância dos espaços de lazer na sociabilidade juvenil, lugares onde são desenvolvidas relações de sociabilidade e experiências de forma menos regulada e disciplinada do que a escola, por exemplo e que garantem visibilidade a práticas e comportamentos considerados “subversivos”, “desviantes” e “imorais” por parte da sociedade. A rebelião em Stonewall, a parada LGBT, o “bar de Fernando”, a “praça de Felipe” e o “point de Heitor” reafirmam o posicionamento histórico destes corpos em estabelecer diálogos entre lazer, política e consumo.

Maria e Valentina declararam que o melhor lugar para o gastar das horas é em casa. Rosa endossa o posicionamento: *Sou muito caseira, gosto de ficar em casa, não sou muito de tá em rua, não. E, assim, eu fico assistindo. Eu gosto de ficar em casa, curtindo a minha casa e me curtindo, eu acho que a gente se curtir é tudo.* Apesar da preferência pelo ambiente doméstico, dedica considerável parte do seu tempo livre a resgatar animais nas ruas

realizando os cuidados e procedimentos necessários para futura adoção, além de cursar LIBRAS no Centro de Apoio ao Surdo (CAS).

Sobre a dualidade rua-casa, as reflexões propostas pelo antropólogo DaMatta (1997) são de grande valia ao considerar a rua como espaço do descontrole, da massificação, do imprevisto, enquanto a casa remete ao controle, ao autoritarismo onde as coisas estão nos seus devidos lugares. Se a rua simboliza movimento, novidade, a casa representa harmonia e calma.

Davi se angustia pelas poucas ofertas de lazer destinadas a quem mora em área rural: *Eu gosto, tipo, de sair, passear, mas no momento a minha hora vaga é só ficar em casa, tranquilo, assistindo. Quando tem festa aqui na rua, na casa de amigos, eu vou. Se aqui tivesse um shopping até seria legal.* Ao demonstrar interesse em participar de um coletivo LGBT situado na capital pernambucana, encontrou na distância entre as cidades e nos custos de deslocamento empecilhos para tal aproximação.

O “descompasso” entre espaços alterou a rotina de Elizabeth. Quando residia em Recife participava ativamente de grupos de afoxé e maracatu, como também era frequentadora assídua de teatro, cinema e outros espaços culturais. Ao se mudar para o interior percebeu que a oferta destes serviços se resumiria a festas de rua em datas específicas e encontros casuais na praça principal da cidade.

Ouvir uma boa música no conforto do seu quarto foi a forma que Celeste encontrou para ocupar o tempo livre. Além disso, participa ativamente das celebrações religiosas no terreiro próximo a sua residência, assumindo diversas funções nos preparativos para o ritual. Se “todos os caminhos conduzem a Deus”, a relação entre pessoas transgêneras e espaços religiosos tem sido historicamente demarcada por conflitos e tensões.

Apesar de não professar qualquer religião, Fernando frequenta a igreja católica nos domingos em que não se encontra embriagado. Quando vai a missa se sente respeitado, diferentemente da igreja evangélica onde chegou a ser discriminado por usar alargador. *Ali tem muita gente LGBT encubada*, desabafou sem conter a risada.

Ao ingressar no grupo de quadrilha junina organizada por um pai de santo, Benedita se aproximou dos cultos de matriz africana. Quando se deu conta, estava no terreiro pedindo jogo de búzios: era filha de Iemanjá com Ogum sendo iniciada aos doze anos de idade no candomblé. *Eu tava encantada com a religião, inclusive fiz isso sem a permissão dos meus pais. E depois, eu não sei o que houve, eu me afastei. E hoje eu não tenho uma religião. Eu simpatizo com o espiritismo, com o candomblé, com a umbanda, mas só simpatizo.*

Janaína frequenta festas de jurema em homenagem as mestras. *Eu vou de vez em quando, tomo vinho, converso. Frequento também aquela igreja, a pentecostal.* Até seus 15 anos participava assiduamente dos cultos da Assembleia de Deus. Resolveu não mentir mais para si mesma, engavetando a bíblia no antigo armário da sala ao assumir sua identidade.

Na infância, Valentina disse que não visitaria mais a igreja adventista do sétimo dia. Permanece sem vínculo religioso até o presente momento, apesar da insistência materna: *Ela fica querendo que eu deixe de ser quem eu sou, tentando me converter. Eu não gosto.* Das poucas vezes que voltou ao local, percebeu muitos olhares discriminatórios, experiência também compartilhada por Maria: *basta colocar o pé na missa que o povo olha torto.*

Elizabeth foi “criada no evangelho”. Por não aceitarem sua identidade de gênero afastou-se da igreja. Hoje é adepta do candomblé. *Lá você pode ser o que você quiser, não tem isso de que tem que ser homem ou ter que ser mulher, aceitam quem você é.* Quando visita o templo evangélico onde passou sua infância e parte da adolescência é aconselhada a arrepender-se dos pecados e voltar para os “caminhos do Senhor”.

A interface entre religião e transgeneridade se faz presente em alguns estudos acadêmicos, a exemplo de Ribeiro (2009) ao abordar a vivência religiosa de travestis do Rio de Janeiro, buscando compreender as possibilidades de inclusão destes sujeitos nos mais diversos espaços de fé (cristianismo, umbanda, candomblé, budismo, espiritismo e wicca).

Em “O Candomblé no Terreiro de Pilão Branco em São Paulo: Estudo de Caso sobre o impacto da religião no cotidiano de praticantes Pessoas Trans”, Romba (2015) realiza um estudo qualitativo sobre a influência da prática religiosa na trajetória de pessoas trans, recorrendo ao estudo de caso a partir de 5 sujeitos. Para os/as participantes da pesquisa, o Candomblé trouxe ensinamentos importantes na forma de lidar com sua construção identitária.

Em Manifesto Traveco-Terrorista, Lustosa (2016) afirma que os fluxos de identidade que construíram historicamente o ser “travesti” são atravessados por construções negras e de religiosidades afro-brasileiras, a partir de uma articulação entre questões étnico-raciais, de gênero e de classe. O Pajubá, linguagem baseada em diversas matrizes africanas, é utilizado como forma de resistência por “bichas”, “sapatão” e travestis.

Apesar da ampla difusão de que os terreiros são espaços democráticos e respeitosos para com pessoas transgêneras, algumas restrições religiosas são mantidas em favor da tradição. A liderança das casas, em geral, conduz os rituais à luz da ancestralidade garantindo a entrada em determinados espaços ou participação em funções específicas conforme a genitália do sujeito.

Com relação as práticas pedagógicas adotadas pelas escolas dos/das sobreviventes com relação a religião, apesar da Secretaria de Educação de Pernambuco ter publicado a Instrução Normativa nº01/2012 e os Parâmetros Curriculares do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental em 2015 que defendem uma proposta curricular fundamentada nas Ciências da Religião e na interlocução entre as diversas áreas do saber, valorizando o diálogo inter-religioso e transreligioso, as narrativas dos/das sobreviventes apontam a fragilidade na execução desta política ao prevalecer discursos e práticas religiosas amparadas na Cristianismo. Parte das escolas frequentadas por estes sujeitos possuem imagens de santos em seus espaços, assim como versículos bíblicos pintados nas paredes ou impressos em mural.

Se a construção destes laços religiosos tem sido demarcada por fragilidades e reviravoltas, a participação em movimentos sociais e coletivos assume papel preponderante no fortalecimento identitário dos/das sobreviventes ao reivindicar uma cidade mais acessível e justa. Maria e Valentina integram grupos de dança em seus respectivos municípios, se apresentando de forma mais intensiva nas festividades locais, a exemplo do ciclo junino com suas palhoças erguidas para receber o arrasta-pé das quadrilhas estilizadas e/ou tradicionais.

A performance desse espetáculo baseia-se na rigidez dos papéis de gênero através de uma dança de pares composta por damas e cavalheiros partindo da pressuposição da heterossexualidade e cisgeneridade dos/das brincantes. Contudo, esta prática reiterativa tem sido questionada com a inserção destes corpos sobreviventes. Damas em roda!

Renato é frequentador assíduo de uma organização não-governamental destinada ao “segmento” LGBT e considera a experiência maravilhosa: *Me tirou de muita coisa. Um menino chegou no facebook e me chamou pra jogar bola e eu disse tá. Ele me colocou no grupo, conheci o pessoal, foi uma nova vida, uma nova família. Eu tava entrando em depressão e nasci de novo. A gente tem festa, tem o futebol, um monte de coisa.* Recentemente, a ONG criou um curso preparatório para estudantes transexuais e travestis que vão se submeter ao supletivo, exame que garante certificação do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Militante histórica, Rosa foi uma das fundadoras do movimento de mulheres trans e travestis de Pernambuco, entre 2000 e 2001. A iniciativa partiu da necessidade de criar uma associação voltada para pautas específicas que até então estavam sendo negligenciadas pela militância LGBT: *Só uma trans pra falar de uma trans, né? Um gay, uma lésbica não tem esse poder de falar de gênero, da identidade de gênero de outro.*

Entre coletivos e movimentos no sertão de Pernambuco, Benedita se faz presente reconhecendo as dificuldades de assumir uma postura mais ativa por conta da escassez do

tempo. Ainda assim, declara que *é preciso se organizar, principalmente nessa região que tem muito preconceito, violência, discriminação mesmo.*

A urgência em agregar forças na luta por direitos foi determinante para que Fernando assumisse a coordenação da pasta LGBT em um núcleo de juventude partidária da cidade. Por questões pessoais, renunciou ao cargo sem abandonar a filiação política por considerá-la estratégica numa conjuntura que tem lhe trazido preocupações, especialmente no que tange à educação: *Se a escola já tinha problema antes, agora é que as coisas vão piorar mesmo. Eu não sei onde tudo isso vai parar.* Caminhos de incertezas.

Os trajetos percorridos diariamente pelos/as sobreviventes para chegar ao espaço educacional são dotados de particularidades. Residente em área rural, Valentina faz uso do transporte escolar. *O caminho é longe, escuro, quando eu chego em casa é quase de onze horas da noite.* A dificuldade de acesso como motivador da evasão é um problema reconhecido pelo governo federal desde os anos 90, época em que foram adotadas políticas de assistência financeira a estados e municípios voltadas para aquisição do transporte escolar.

Por vezes, pensou em desistir dos estudos não pela distância, mas pelos comentários e risadas que lhe acompanham cada vez que sobe no ônibus. Chegou a desabar no choro, prometendo não retornar mais aquele lugar. No outro dia estava lá, à espera do ônibus e de mais uma batalha.

A angústia se faz presente também na vida de Benedita que percorre o trajeto à pé considerando a proximidade entre os lugares: *nem sempre a ida à escola é tranquila. Tem piadas, os garis tiram onda quando eu passo na rua.* Garis, homens jogando futebol, adolescentes fardados, bêbados eufóricos, vendedores ambulantes. Os personagens variam, mas as agressões verbais são as mesmas de acordo com relatos de vários/as sobreviventes. Há também exceção. Para Rosa, *o caminho pra ir à escola é muito delicioso, não tenho o que reclamar. As agressões, acho que são feitas pelas minhas costas.*

Se os caminhos para se chegar a escola são distintos, cada instituição de ensino também tem um cheiro particular. Foram necessários poucos segundos para que os/as sobreviventes revivessem experiências dotadas de significados.

Quando Maria e Eizabeth sentem cheiro de comida, lembram da escola que por muitas vezes saciou sua fome em decorrência da pobreza familiar, situação também vivenciada por Benedita: *Cheiro da cozinha, da comida, não tem como não lembrar. Várias vezes eu saía de casa sem almoçar por não ter comida mesmo. Tinha uma sopa que era uma delícia, eu chamava de sopa verde.*

Rosa afirmou que banana lhe lembra escola. *No lanche a gente tinha banana. Tinha uma cozinheira que era muito amorosa e ela sempre oferecia uma bananinha pra mim, me dava um abraço.* A recordação da fruta está intimamente ligada ao carinho e cuidado demonstrado pela servente. *Eu tenho essa recordação. Nunca nada é 100% ruim, né amiga?*

Sem controlar o riso, Heitor confessou que a escola tem cheiro da erva. *Já fumei antes de entrar. Me viram fumando dentro da escola, pediram pra chamar minha mãe e eu passei um mês sem entrar. Depois ela veio e descobriu. Foi bem complicado. Foi uns 2 anos atrás quando ela descobriu que eu fumava. Eu uso frequentemente pra poder aguentar as pessoas daqui.*

Para Felipe, o aroma é *daquelas máquinas de antigamente que botavam o papel, o álcool. Lembro daquele cheiro, dessa máquina.* Vinculada a lembrança da máquina (mimeógrafo) estava a visibilidade estudantil, considerando que a professora por diversas vezes lhe escolhia como responsável pela reprodução do material pedagógico, sendo esta também a resposta dada por Fernando inserido na mesma lógica de “protagonismo”.

O cheiro de livro ativou a memória de Davi. *Eu frequentava muito a biblioteca da escola quando criança, lia muito livro de terror.* Se a prática de leitura estimula o desenvolvimento de habilidades, esta lembrança reverbera o isolamento deste sobrevivente. *Aqui eu não tenho amigos nem fora nem dentro da escola, eu sou uma pessoa muito difícil de socializar com as pessoas.*

O odor típico do banheiro masculino foi citado por Valentina, sendo acompanhado de vários relatos de violência sofrida neste “não-lugar”. Foi vítima de agressão física por parte de colegas no sanitário escolar que, em seguida, lhe molharam com a água da pia. Teve problemas urinários por não usar o banheiro em qualquer espaço público.

Celeste também tem sua memória afetiva acionada pelo cheiro deste espaço, porém a mesma remete-se as experiências afetivas e sexuais vivenciadas junto a outros estudantes. *Foi no banheiro que eu conheci um menino que namorei por muito tempo. Antes eu ficava com vários lá, depois foi só com ele mesmo.*

Os “aromas escolares” não estão alheios a cidade. Os bolsões de pobreza, a negação do uso do banheiro público e de rede de afetos, assim como o uso de substâncias ilegais dialogam intensamente com o que existe para além dos muros educacionais, afinal de contas a escola não é uma “bolha”.

Neste exercício de pensar o direito à cidade em especial para transexuais e travestis, o pensamento de Harvey (2008) é quase um grito de alerta ao compreender que este direito, para além da liberdade individual de acessar os recursos urbanos, representa o direito de

mudar a nós mesmos e a cidade, criando e recriando estes “pedaços de rua” repletos de memórias que atravessam nossa retina.

3.5 “Meter o nariz” onde não é chamado/a?

Quero conhecer essa tal professora que meu filho tanto fala em casa. Foi assim que o pai de um estudante do primeiro ano chegou a direção da escola, buscando respostas para o repentino interesse do filho nos movimentos de vanguarda artísticas. Pediu até que comprasse um livro pra ele, imagina só! Bendita mulher!

O gestor pediu licença e foi até a sala de aula convocar a “santa” responsável pelo milagre. O encontro adquiriu contornos expressionistas, sentimentos densos com pinceladas de angústia e tragédia. Alguém que se vestia daquela forma e com aquela maquiagem não deveria sequer assumir uma sala de aula quanto mais ser admirada pelo sangue do seu sangue. Inadmissível. Guernica!

A cena não saiu de sua cabeça. Decidiu vasculhar cada passo daquela (...) pessoa. Por trás de tanta admiração haveria algo de errado. Em casa, determinou que a única palavra a ser dirigida à professora seria “presente” e quando houvesse chamada. Os vastos argumentos contrários a esta sentença foram descartados um a um, sem direito a protesto. Caberia à prima fiscalizar o cumprimento da norma e, caso fosse desrespeitada, corpo e bolso receberiam sanções.

O rendimento escolar do menino baixou. Ir à escola já não era mais a mesma coisa e os atrasos se tornaram constantes. Considerando o quadro de possível reprovação, a família foi convocada para uma conversa junto a coordenação pedagógica. Numa sala com persianas neutras e ar condicionado quebrado, o pai acusou a docente de doutrinação e lavagem cerebral. Depois dela, seu filho já não era mais o mesmo. Se antes sequer tinha ido à final, agora encontrava-se nesta situação crítica. Maldito ser!

A perseguição foi implacável. Enquanto uma estudante relatou o quanto o ensinamento da professora era benéfico, a docente foi acusada de promoção da ideologia de gênero, destruição da família, desrespeito aos valores morais e incentivo à sexualidade precoce.

No livro de ocorrências não constava qualquer incidência contra ela. Contudo, não era preciso provas, só convicções. Foi arrancada do lugar como erva daninha, sem direito a defesa ou despedida: determinados corpos e práticas não poderiam enraizar. Tarde demais. As sementes se espalharam causando desconforto em alguns familiares e professores/as que se

opunham ferrenhamente a determinadas discussões e existências no espaço escolar, embate que também se travava em outras instâncias de poder.

No projeto do Plano Estadual de Educação de Pernambuco (PEE) havia cinco estratégias com menção às questões de gênero, a exemplo da implementação de políticas públicas de prevenção à evasão motivada por orientação sexual e identidade de gênero. O deputado estadual Cleiton Collins (PP) e a deputada Teresa Leitão (PT) assumiram posições antagônicas, demonstrando quão árido tem sido as disputas no campo discursivo pela garantia de uma educação para a cidadania e o respeito integral aos direitos humanos, sendo este o princípio norteador do conjunto da política educacional definida pelo Governo de Pernambuco desde 2007.

Contando inicialmente com apenas 8 entre 49 deputados/as, a Frente Evangélica conquistou por 31 votos a 11, o apoio necessário para aprovação de uma emenda proposta por Collins retirando da meta 8 do PEE as expressões “discriminação, orientação sexual e identidade de gênero”, assim como a garantia de programas de formação profissional em educação voltados para estas temáticas sem estabelecer qualquer diálogo com a Comissão de Justiça, trâmite de caráter obrigatório.

Na época, a deputada Teresa Leitão (PT), presidenta da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) denunciou as estratégias adotadas por Collins no intuito de angariar votos: ameaças telefônicas pautadas em chantagens eleitorais, uso de desonestidade intelectual ao usar argumentos falsos e distorcidos e total desrespeito ao parecer emitido pelo Conselho Estadual de Educação e pelo Fórum Estadual de Educação.

Segundo Miskolci (2018) a censura ao termo gênero nos planos não se trata apenas de semântica, consiste numa ação deliberada de impedir direitos fundamentais como segurança e respeito à própria vida da população LGBT. O poder público reproduz o senso de rejeição, da marginalização e consequentemente da exclusão social, na medida em que não assume a responsabilidade e o dever de sanar a vulnerabilidade social, na mesma proporção em que atua no resgate de outras categorias humanas.

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) por intermédio dos Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (CAOP) emitiu uma recomendação à Secretaria de Educação de Pernambuco (SEE) para que garantisse as questões de gênero e diversidade sexual nas práticas pedagógicas. No conjunto de ações desenvolvidas pela SEE com foco nesta discussão, destacam-se o Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero (PNTG), os

Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher (NEG), o Andanças – Mostra de Cinema de Gênero e Diversidade e a política de uso do nome social.

O Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero deriva do esforço coletivo da Secretaria de Educação (SEE), Secretaria da Mulher (SECMulher), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTECI), Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

A primeira edição do prêmio ocorreu em 2007, através da proposição de cinco temas norteadores para produção de redações estudantis e artigos acadêmicos: 1) Violência Doméstica e Sexista; 2) Inserção das Mulheres nos Espaços de Poder; 3) Mulher e Meio Ambiente; 4) Mulher e Cultura; 5) Agricultoras Familiares e Reforma Agrária. O tema diversidade sexual se fez presente a partir do edital de 2012, enquanto a expressão “Gênero e educação” tornou-se eixo temático na edição de 2014, mesmo período em que o termo “mulher” passa a ser substituído por “gênero” (SILVA, 2015).

Os Núcleos de Estudos de Gênero, criados em 2009, tem como finalidade incentivar a inclusão da perspectiva de gênero e suas interfaces no âmbito do ensino fundamental, médio e técnico, bem como no ensino superior, através da reflexão e discussão sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres na sociedade, como estratégia para combater o preconceito e fundamentar a construção de uma práxis comprometida com a luta das mulheres (SECMULHER, 2013).

Segundo dados publicados pela Secretaria da Mulher, atualmente existem 176 núcleos instituídos através da assinatura do Termo de Cooperação Técnica. Os Núcleos possuem forma de atuação autônoma, definindo sua nomenclatura, estrutura organizativa, localização física, recursos financeiros, parcerias acadêmicas, vínculos sociais e formas de atuação de acordo com as especificidades da unidade de ensino.

Nas ações pedagógicas desenvolvidas por estes coletivos, predominam atividades voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher, discussão que não causa tanto desconforto e resistência nos espaços educacionais. Porém, qual o corpo feminino que não deve ser violentado? Qual mulher deve ser protegida contra as várias faces desta violência?

O alto índice de transfeminicídio em Pernambuco parece não despertar a atenção dos NEG, como afirma Benedita enquanto aponta para um cartaz vinculado à Secretaria da Mulher estrategicamente situado na entrada da escola: *Elas vem aqui, mas é pra falar só*

sobre o feminicídio, sobre o machismo, mas nunca sobre pessoas trans. Geralmente o pessoal do EJA tá afim de aprender, mas a forma com que tá sendo ensinada ou conversada não chega até as pessoas e ignora a existência de pessoas feito eu.

Com a homologação da resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) pelo Ministério da Educação (MEC) através da Portaria nº 33, publicada no Diário Oficial da União em 18 de janeiro de 2018, a educação básica brasileira tem o dever de assegurar diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares.

Enquanto estratégia de potencializar a discussão na rede estadual de ensino, a Secretaria de Educação de Pernambuco criou o Andanças – Mostra de Cinema de Gênero e Diversidade levando até as escolas sessões compostas por curtas-metragens pernambucanos que versam sobre esta temática, além de debates e oficinas pedagógicas. A experiênciadialoga com a Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014, reconhecida como “Lei do cinema”, a qual acrescenta um parágrafo no artigo 26 da Lei 93/94 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), estabelecendo a obrigatoriedade da exibição de, no mínimo, 2 horas mensais de filmes de produção nacional nas escolas de Educação Básica.

O “Andanças”, implantado no segundo trimestre do ano letivo de 2018 e em vigor até o presente momento, já alcançou 112 escolas situadas em diferentes regiões de Pernambuco. Benedita participou desta ação e relatou com surpresa o acolhimento da sua turma em relação a temática que, até então, não tinha sido abordada em sala de aula. Porém, a sobrevivente reiterou a necessidade de se criar outras estratégias: *As rodas de conversas são importantes. Falar sobre, isso vai mudando. Mas, enquanto a gente não tiver em sala de aula uma professora trans, pouca coisa a gente vai conseguir. A gente precisa ocupar a escola como aluna, mas enquanto gestoras, professoras, secretárias. Isso seria algo que melhoraria. As pessoas nos veriam em outra posição, como é o teu caso. A gente precisa de mais gente ocupando esses lugares.*

A escola de Valentina também foi contemplada e, segundo a estudante, estas questões só eram abordadas *quando o aluno toca no assunto. Acontecia mais na aula de filosofia e ela sabia o que falar, esclarecia muita coisa.* Com relação ao Andanças, destacou que *as pessoas da tarde e da manhã que assistiram os filmes tem uma mente mais aberta. Os alunos da noite que participaram são mais maduros só que tem muito preconceito e precisam de mais palestras como aquela.*

Aprovado em 2018, o Currículo de Pernambuco destinado aos Anos Iniciais e Ensino Fundamental/Anos Finais referendou gênero como um dos eixos norteadores do perfil curricular do ensino público pernambucano. Para além da garantia legal, o desafio é materializar a discussão em sala de aula e provocar mudanças nas posturas atitudinais da comunidade escolar.

Para Davi, a discussão emergiu na sua escola de maneira espontânea. *O debate que teve foi no dia que fui falar com a professora e tinha dois colegas perto. A gente começou a falar sobre o assunto em si. Eu acho que é uma coisa que ainda é novo e como eu sou o único, acho difícil. Se tivesse mais uns 2 ou 3 seria mais fácil.* Felipe respalda a importância de ingressar nos espaços como forma de garantir a discussão. *Na escola não se fala sobre pessoas trans, ninguém se interessa em falar. As pessoas não conseguem entender muito bem isso e agora que eu tô na escola procuram saber porque faz parte do meio social, daí tão procurando saber como lidar, como falar.*

Uma prática pedagógica bem peculiar foi relatada as gargalhadas por Heitor. *Um professor botou um filme gay pra ver a reação dos alunos. Acho que foi “Hoje eu não quero voltar sozinho”. Alguns falaram eca, outros ficaram rindo, outros saíram da sala. Eu acho que foi uma turma do fundamental.*

Quando retornou pra aula após ser vítima de agressões verbais, Maria tomou conhecimento de que a escola ofertaria uma palestra sobre “homofobia” em parceria com uma instituição de ensino superior da cidade. Elizabeth e Celeste não tiveram a mesma “sorte”: as agressões diárias não foram suficientes para que a temática adentrasse nos espaços escolares de forma sistematizada.

Carregada de emoção e saudosismo, Rosa recordou o dia em que palestrou na escola juntamente com um homem trans. As imagens da atividade continuam expostas em um banner localizado no pátio. *A gente fez um trabalho aqui que foi maravilhoso. Foi um trabalho rico de conhecimento com os alunos que agrediam os outros alunos gays. Depois do trabalho as agressões passaram.* O debate estava destinado as turmas do período vespertino, ou seja, as turmas da EJAI que tradicionalmente estão lotadas no período noturno não tiveram acesso a esta atividade chegando a questionar o porquê da exclusão. Conforme aponta Silva (2010, p. 2) em relação a EJAI “(...) a diversidade sexual não encontra espaço para o debate e para a reflexão e ainda convive com a discriminação promovida contra aqueles que não se enquadram nos padrões da heteronormatividade”.

Enquanto modalidade que se propõe a reparar, equalizar e qualificar (BRASIL,2000), a EJAI tem como objetivo o resgate do sujeito na perspectiva da cidadania, ou seja, assume a

responsabilidade de “(...) redizer o direito à educação dos jovens e adultos” (PAIVA, 2006). Nesse sentido, como campo a ser (re) configurado (ARROYO, 2007), a EJAI deve se constituir enquanto espaço de debate, reflexão e inserção da população excluída da escola devido à discriminação por identidade de gênero.

Apesar de reconhecer o êxito desta iniciativa, Rosa sinalizou algumas fragilidades. *A ação foi feita para os alunos. Teve professores, mas tinha professores que não quiseram participar, inventaram coisas pra não tá por ter outra filosofia. Se o professor sabe do que tá falando ele freia o aluno. Mais importante do que com os alunos é fazer com os professores e isso é algo que deveria vir de lá de cima. Ainda falta muita informação sobre o respeito do nome social, por exemplo.*

Foi na década de 2000 que os debates e reflexões referentes ao uso do nome social nos estabelecimentos de ensino ganharam maior relevância no campo discursivo. No Brasil, desde 2008, inúmeras legislações municipais, estaduais e nacionais têm pautado a garantia deste direito capaz de produzir outras formas de pensar a inteligibilidade dos gêneros, reivindicando lugares na gramática social.

O nome antecede o corpo, o sexo e o gênero. Neste sentido, a linguagem tem o poder de operar nos corpos e na produção dos sujeitos como efeito discursivo, isto é, de uma citacionalidade. O ato de nomear e de reconhecer o outro a partir de um nome revelam práticas discursivas que tanto podem visibilizar politicamente sujeitos e seus corpos quanto silenciá-los. O segundo nome trans é mais do que um conjunto de letras esvaziadas de sentido, ele opera mecanismos de transgressão da norma dominante, tornando-se ele mesmo um mecanismo de resistência política (PRECIADO, 2014).

Se o uso do nome social inclui os excluídos de forma precária, a fim de que eles continuem, sob outra forma, excluído, Rosa compreende esta política por outra ótica: *o nome social pra mim significa vida, significa inclusão, significa respeito no meu gênero feminino. Quando a gente tem o nome social respeitado a gente tem tudo, o nome com a imagem casa de uma forma maravilhosa.*

A Secretaria de Educação de Pernambuco implementou a política de uso do nome social a partir do ano letivo de 2017, atendendo a uma recomendação do Ministério Público de Pernambuco que, na época, acompanhava um caso de transfobia ocorrida numa unidade de ensino situada em Recife.

TABELA 1

Solicitação de uso do Nome Social - Rede Estadual de Ensino/PE	
Ano	Quantitativo
2017	78

2018	96
2019	151

Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco

Rosa utiliza o nome social desde a implementação da política. *Quando eu cheguei aqui na escola a preocupação era a seguinte: como no SIEPE tava lá só o nome de batismo, a secretaria disse que não sabia como tava na chamada, mas na chamada tava certinho: nome social e nome de batismo entre parênteses. Então, os professores já identificaram. Eles identificam, mas eles não conhecem. Eles não sabem, eles não sabem a origem, não sabem quem somos nós, isso tá errado. Claro que, com a convivência, com o dia a dia, estreitando laços... eu estreitei laços, falei com todos os professores, tem uma troca de carinho de ambas as partes. Mas, eles não sabem o que é uma pessoa trans, eles não entendem. Deveriam ter mais trabalhos sobre isso nas escolas*

Em 2018, o lançamento de um requerimento específico e a possibilidade de solicitar o nome social em qualquer época do ano letivo ampliaram o alcance deste direito e, concomitantemente, o número de usuários/as. Com o fortalecimento da política através de espaços formativos destinados ao corpo docente, gestão escolar e setores administrativos juntamente com a divulgação de campanhas em redes sociais (imagem 39), o número de estudantes tem crescido progressivamente.

Imagem 39 – Campanha de Nome Social (SEE/PE)

Segundo a Gerência de Políticas Educacionais em Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Cidadania (GEIDH), a maioria dos/as estudantes que utilizam esta política são mulheres transexuais/travestis, maiores de idade, matriculadas na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) e residem na Região Metropolitana do Recife (RMR), sendo

necessário lançar um olhar para cada elemento presente neste perfil entrelaçando com outras questões.

TABELA 2

Percentual de estudantes que usam nome social na rede estadual de Pernambuco de acordo com a identidade de gênero		
Ano	Homens trans	Mulheres trans/travestis
2017	32%	68%
2018	35%	65%
2019	33%	67%

Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco

A taxa de homens trans e transmasculinos ao longo dos três anos desta política é desproporcional frente a mulheres trans e travestis nos índices a partir do critério de identidade de gênero. Como afirma Simone Ávila (2014), até 2010 a presença destes sujeitos em movimentos, por exemplo, era ínfima o que não significa dizer que eram inexistentes.

O *boom* desta identidade é algo recente, vinculada a personagens de novela, canais no youtube e visibilidade de personagens históricos. Exemplo disto é Renato que fez uso da política ao conhecer a trajetória de homens trans através da mídia televisiva. *Eu vi que era possível ser aquilo, tá ligado? Então fui na escola e pedi para usar o nome que eu me sentia melhor. Disseram que eu não podia e tal, mas imprimi a lei e mostrei na secretaria da escola. Num instante trocaram o meu nome e até hoje tá lá.*

Para Fernando, a figura de João W. Nery foi essencial nesta etapa de sua vida. *Eu procurei falar com ele em rede social, perguntei como era isso de usar o nome na escola. Ele me aceitou na sua conta pessoal e perguntou de onde eu era. Depois que eu falei que morava em Pernambuco, ele me indicou Leonardo Tenório que é um cara do movimento daqui que encaminhou meu caso para a Secretaria de Educação. Em pouco tempo meu nome já tava no sistema. Os professores ficaram mais felizes do que eu quando viram que consegui mudar. Inclusive alguns me ajudaram na hora de fazer o pedido.*

A professora de português que ensina Felipe na EJAI lhe acompanha desde a infância sendo peça fundamental em seu processo de transição e no uso do nome social: *Eu disse a ela que antigamente era uma coisa e agora sou outra coisa. Ela nunca foi negativa, sempre apoiou e me orientou.*

As experiências vivenciadas por estes sujeitos representam as fragilidades e potencialidades desta política educacional na rede pública de ensino em Pernambuco. Se no primeiro caso, o espaço administrativo escolar demonstrou desconhecer a normativa sendo o direito garantido em decorrência da insistência e do conhecimento legal do estudante, na

segunda e terceira situação o corpo docente passa a ser reconhecido pelo apoio dado durante a requisição.

TABELA 3

Percentual de estudantes que usam nome social na rede estadual de PE de acordo com a idade		
Ano	Maiores de Idade	Menores de Idade
2017	82%	18%
2018	71%	29%
2019	70%	30%

Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco

Com relação ao predomínio da maioria enquanto faixa etária, este dado pode ser compreendido a partir da própria estrutura normativa: estudantes menores de 18 (dezoito) anos precisam ter a autorização do pai, mãe ou responsável legal para utilização do nome social na unidade escolar, exigência que desconsidera as fragilidades dos laços familiares destes/as estudantes.

A tutela é ponto de discordância nos documentos que dispõem sobre nome social: a nota técnica emitida pela Comissão Especial de Diversidade Sexual do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 27 de setembro de 2017 e a Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), afirmam que a garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida a estudantes adolescentes, sem a necessidade de autorização. Já a resolução do Conselho Nacional de Educação, reforça a prerrogativa deste consentimento familiar como elemento indispensável no processo de solicitação.

A fim de que seja assegurado o respeito à identidade de gênero autopercebida pelas/os estudantes da rede básica de ensino, a Defensoria Pública de Pernambuco (DPPE) emitiu uma Recomendação Administrativa para a Secretaria de Educação do Estado. O documento orienta que, nas hipóteses de o/a estudante não contar com a autorização dos pais para a solicitação do nome social, seja empregado o art. 142 do Estatuto da Criança e do Adolescente, orientando o/a estudante a buscar a DPPE, que promoverá a representação excepcional do/a interessado/a. Até o presente momento foram registrados 3 casos como este, sendo dois em 2018 e um em 2019. Em todos eles, o direito ao nome social foi garantido ao estudante.

Mesmo tendo a autorização da mãe para o uso do nome social, Heitor levou o caso até a Secretaria de Educação de Pernambuco. No ato da solicitação, a escola exigiu uma série de documentos que não fazem parte do procedimento e, ao ser notificada, alegou que não

dispunha de funcionários/as para alterar o nome no sistema eletrônico. Só a partir de uma visita técnica é que o direito do estudante foi garantido. Ou melhor: será que apenas ter seu nome social reconhecido é suficiente para ter sua identidade de gênero também reconhecida?

A experiência do estudante responde cruelmente esta questão: *Eu tinha que corrigir um trabalho de Geografia, os cadernos da galera. E aí, eu vou chamar de evangélica porque não sei o nome dela. Uma evangélica de lá da minha sala foi até o professor e falou assim: ela vai corrigir os cadernos e num sei o quê. Aí o professor falou: eu sei, ela vai corrigir os cadernos. Aí ela foi e repetiu de novo: ela vai. Aí eu fiquei olhando assim e eu fiquei meio que paralisado. Depois eu gritei: ele! É ele! Só que eles meio que pagaram de doido e não responderam, não olharam.*

TABELA 4

Percentual de estudantes que usam nome social na rede estadual de PE de acordo com o território				
Ano	RMR	Agreste	Zona da Mata	Sertão
2017	56%	22%	10%	12%
2018	59%	17%	15%	9%
2019	65%	12%	12%	11%

Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco

A interiorização desta política consiste num grande desafio conforme apontam os dados acima expostos. Os relatos dos/das sobreviventes situados no interior de Pernambuco comprovam a importância do envolvimento dos/das profissionais em educação na garantia deste direito. Celeste, estudante da zona da mata de Pernambuco, contou com o apoio do diretor da escola. O mesmo acredita que *o número de estudantes usando nome social só não é maior no interior por conta dos colegas gestores que negam o direito destas pessoas. É uma atitude de desrespeito que precisa ser combatida. Aqui na escola faço de tudo para que todo mundo se sinta bem.*

Elizabeth também contou com a orientação da gestão escolar para ter seu nome social reconhecido. A garantia deste direito foi essencial para o regresso ao espaço escolar: *Eusinto que agora as pessoas me respeitam mais, não tem isso de depender da boa vontade dos outros para me tratar da forma que eu mereço. Isso ajuda muito a gente.*

Nos últimos dois anos de estudos, Davi pode ser quem realmente é. *Achei muito feliz colocar meu nome na prova como eu me reconheço. Achei muito feliz tá na chamada. A placa também foi algo que eu achei legal. Se tiver outro trans por aqui ou sei lá, vai ver que aquele foi o primeiro trans que colocou o nome. Achei algo muito feliz colocar o nome na camisa. Esse é o melhor momento na escola.*

Em contrapartida, esta sensação de alegria e alívio nem sempre se fez presente em sua vida. *Eu fiquei falando pra minha namorada que se me chamarem de “fulana” eu levanto a mão e olhe lá, se eu não disser alguma coisa. Quando chegou no primeiro dia de aula, mal tinha gente, aí teve uma professora daqui que chegou pra mim e me contou que poderia ter nome social. Na mesma hora me arrastou para secretaria e eu vim logo resolver tudo. Chega aliviou o peso todo que tava nas minhas costas. Aí eu peguei e falei pra ela: se não fosse a senhora, eu num sei nem se eu estaria estudando. Eu não duraria nem uma semana.*

Assim que Fernando adotou o nome social, a gestão escolar passou nas salas explicando a situação e exigindo que o mesmo fosse respeitado. Um dos poucos casos de desrespeito a sua identidade de gênero veio de um estudante gay: *eu tive vontade de jogar um prato de comida nele. A situação foi contornada por um professor: ele me deu muito conselho e quando tinha alguma coisa ele tentava amenizar, sentava pra conversar comigo. Ele não era só um professor e quando falei pra ele virou meu amigo. É de matemática e eu não gosto de matemática.*

Maria enfrentou certa resistência em ter seu nome respeitado. *A partir do momento em que estudei aqui eu fui clara e disse que eu tenho direito de usar meu nome social. Tinha gente que dizia: e pode? Eu dizia: pode sim, porque não pode?* Em sua sala de aula havia um homem trans que não tinha solicitado o nome social. Enquanto o corpo docente o tratava no feminino, a turma reconhecia a sua identidade de gênero.

Do interior de Pernambuco também vem as particularidades quanto ao uso do nome social. Valentina não sente a necessidade de fazer uso desta política, preservando o nome de batismo: *Se tenho vontade de mudar meu nome? Nenhum pinga, nem um 0,1%. Não gosto, não me sinto bem. Se eu fosse mudar seria Beyoncé, mas prefiro deixar do jeito que tá. Se o nome social não é uma necessidade para a estudante, o uso do banheiro feminino é demanda de caráter urgente.*

Das inúmeras experiências demarcadas por violências, Valentina recorda um momento diferenciado: *Quando eu cheguei da escola, eu perguntei sobre o porteiro pra pegar a chave do banheiro. Aí me disseram que tava com o diretor e eu fui lá pedir pra ele. Ele foi e me deu a chave do banheiro feminino e eu disse: o senhor me deu a chave errada. Aí ele fez: a partir de agora é esse banheiro que você vai usar.*

Estrutura física dotada de linguagem não verbalizada, este espaço determina o lugar social que cada sujeito pode ocupar na sociedade desencadeando aceitação ou recusa das variadas formas de existir. Para Louro (1997), o prédio escolar informa a todos/as sua razão

de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos ‘fazem sentido’, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos.”

O constrangimento vivenciado por transexuais e travestis no uso do banheiro, muitas vezes, antecede o reconhecimento de sua identidade de gênero. Elizabeth afirma que *quando criança eu já usava o banheiro das meninas escondida porque se alguém me visse eu ficaria de castigo já que era algo errado*. Sobre esse “algo errado”, Junqueira (2009, p. 27) reconhece enquanto processo de internalização da transfobia que uma vez introjetada, pode conduzir a pessoa a se sentir envergonhada, culpada e até merecedora da agressão recebida, mantendo-a imobilizada, em silêncio, entregue a seu destino de pária social.

Benedita diz que usa o banheiro feminino, mas usa muito pouco e sempre busca ir acompanhada. Já Fernando adotou outra estratégia: *a diretora não sabe, mas eu uso o banheiro dos professores. Eu queria o masculino, mas não me sentiria muito confortável por causa dos meninos. Queria um banheiro para pessoas trans e lgbs*. Foi neste lugar que tentou suicídio no dia do seu aniversário. *Aconteceu muita coisa, coisa pesada. Eu contei e ninguém acreditou e eu fiz, tá bom. Eu não gostava do meu aniversário. Quando eu tava quase me cortando direitinho, chamaram a mulher do portão*.

A escola de Davi tinha poucos/as estudantes à noite. Quando entrava no banheiro masculino encontrava-o vazio ou com poucas pessoas. Não demorava muito, *era só pra olhar o cabelo ou tirar uma foto no espelho. Só pra esticar a perna um pouquinho*. Ainda assim, sua presença neste local era motivo de curiosidade. *O pessoal pergunta como é, como é que eu faço isso, como é que eu faço aquilo. Principalmente depois que descobrem que você tem uma prótese. Quando me perguntaram porque eu usava o banheiro masculino eu disse que tinha uma prótese, se eu quiser fazer as coisas em pé eu posso. Até hoje eu tenho que responder as perguntas, é um pouco chato*.

A compreensão deste espaço enquanto sinônimo de insegurança e desconforto também foi compartilhada por Heitor: *É como se eu não existisse. Eu nem uso o banheiro, eu não me sinto bem, não me sinto à vontade. Primeiro, porque não tem porta, não tem segurança*.

Reidel (2013), pesquisadora acadêmica e mulher transexual, em sua dissertação de mestrado *A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira*, apresenta casos de interditos ao uso do banheiro por estudantes trans. Já os estudos de Cruz (2011), Santos e Santos (2011) e Lima e Alvarenga (2012) apresentam uma perspectiva de combate ao uso do “terceiro banheiro” por considerá-lo uma reiteração da discriminação e da segregação da diferença, numa perspectiva higienista.

Maria recorda do tempo em que sua amiga travesti usava o banheiro individual da escola como alternativa para evitar possíveis conflitos. Afinal, o que importa é que os banheiros masculinos e femininos estejam “a salvo” destes corpos e que nada possa ferir a legitimidade de ambos e, por consequência, a ordem dos gêneros. Assim que a sobrevivente ingressou na escola, o guarda lhe ofereceu a chave do mesmo banheiro. Maria relatou e segue sua trajetória escolar usando o banheiro feminino.

Quando um sujeito escolhe seu nome social está dizendo ao outro como quer ser identificado e reconhecido socialmente. Este dispositivo pode acionar outros como o uso do banheiro na escola por estudantes travestis e transexuais. Assim, discursos e práticas escolares produzem verdades e significados, revelando regras oficiais e extraoficiais de convivência, demarcando posições e relações hierárquicas, nomeando e legitimando condutas sociais

TABELA 5

Quantitativo de estudantes transgêneros que solicitaram o uso do nome social na rede estadual de Pernambuco a partir do critério de modalidade		
Ano	Solicitações na EJAI	Outras
2017	45 (58%)	33 (42%)
2018	61 (64%)	35 (36%)
2019	98 (65%)	53 (35%)

Fonte: Secretaria de Educação de Pernambuco

A preponderância de estudantes na EJAI aponta para uma constatação importante no monitoramento da política: o retorno destes sujeitos aos espaços escolares após a expulsão indireta. A referida modalidade está no cerne do debate sobre a exclusão social, da questão da democratização do conhecimento e do direito ao acesso e a permanência à escola pública de qualidade para os excluídos, por fatores de idade, de classe e também por discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Conversa para o próximo expediente!

3.6 Mão na massa

Tinha por volta dos nove anos quando ouviu sua avó paterna declarar para todos da família de que “seu neto” haveria de enveredar pelo caminho das letras: escutem o que estou dizendo, ainda teremos “um escritor” e dos bons! As palavras foram ditas como se o futuro coubesse em suas pequenas e calejadas mãos. De todos que ali estavam, aquela senhora baixinha e com cabeleira rala era uma das poucas que manifestava amor genuíno pela criança.

Por diversas vezes, buscou compreender o que se passava na cabeça daquele pequeno ser aparentemente tão perdido em seu infinito particular. Não obteve êxito.

Apesar da idade avançada, sempre procura notícias do “escritor”. Ficou com receio quando soube que estaria pelas “bandas do Recife”, temendo por sua integridade física. Todo dia faz uma oração para que Deus lhe proteja de tudo que há de ruim no mundo e cada reencontro tem cheiro na cabeça e o mesmo questionamento: você tá se alimentando direitinho?

Talvez ela nunca se dê conta de que tem uma neta. Certeza mesmo é de que ali nunca faltará amor, aconchego e nem abraço livre de qualquer sentimento de culpa. Naqueles braços castigados pela ação do tempo, encontrava uma razão para existir. Sim, das inúmeras vezes que pensou em findar seus dias, a imagem daquela senhora lhe oferecendo um prato de macarrão e carne assada lhe trouxe de volta à vida.

Ainda que não tenha enveredado pelo caminho da literatura, sua neta se aventurou a registrar em palavras as experiências de sujeitos que tem sobrevivido aos desfortúnios da vida. Exercício feito às duras custas, coisa de quem divide o tempo entre o trabalho desenvolvido numa instituição pública e as exigências acadêmicas, algo muito particular quando se trata de transgeneridade, educação e trabalho.

O sujeito transgênero também faz parte da classe trabalhadora. Qualquer análise que prime pelos processos de precarização deste corpo exclusivamente pelas opressões de gênero sem lançar um olhar sobre o recorte de classe corre o risco de produzir análises superficiais. Da mesma forma que, lançar um olhar sobre a classe trabalhadora sem reconhecer os marcadores de diferenças que recaem sobre ela é um equívoco. Exercitemos.

Benedita já trabalhou em lojas de festas e vendendo bingo. Participou de grupo de teatro e dança onde recebia (ou não) cachês por apresentação. Das lembranças que guarda em relação aos espaços de trabalho, destaca a agressão que sofreu num bar. *Não foi por pessoas que trabalhavam comigo, mas por um cliente que jogou bebida na minha cara. Ele disse que eu tinha passado o troco errado e, na verdade, ele queria ganhar, aí jogou bebida na minha cara. Bateu polícia, o cliente foi expulso do bar, mas não foi levado. Deve tá fazendo com outras pessoas.*

A necessidade financeira foi um dos motivos que lhe levou a sair da escola. *Às vezes eu não tava na escola porque eu precisava de dinheiro, sabe? Eu precisava trabalhar pra ter o dinheiro. Inclusive agora para terminar tem sido muito difícil.* O trabalho é visto como possibilidade de recursos materiais não apenas para se fazer modificações corporais, mas

como forma de emancipação econômica em relação a família com quem convive e, que, por muitas vezes não aceitam sua expressão de gênero.

Se Benedita reconhece a escola enquanto lugar de superação, sua trajetória não nega. A primeira “evasão” ocorreu na 5ª série: a mãe pressionava e lhe trazia à força para escola. Em seguida ela pulava o muro, não queria pisar naquele lugar. O sofrimento gerou uma autodefesa: *Eu tava sendo agressiva com todo mundo pra me defender. Não tinha conversa na escola, não tinha diálogo.*

Retornou aos 16 anos, desta vez matriculada na Educação de Jovens, Adultos e Idosos. O público era mais velho, mais maduro, o que lhe fez acreditar que as coisas poderiam ser diferentes. Puro engano. *Um menino lá da sala perguntou a um professor que se ele batesse muito numa pessoa até tirar sangue se ele iria preso e olhou pra mim. A gente tinha discutido uns dois dias antes, inclusive foi uma das coisas que quase me fez desistir porque foi uma ameaça. Eu contei para a diretora da escola e para os professores pra ficarem de olho porque a qualquer momento poderia acontecer alguma coisa.*

Benedita chega calada, faz suas atividades e vai embora. Não demonstra qualquer tipo de ligação afetiva com colegas de classe. Seus únicos dois amigos, uma transexual e um gay, já não estão mais na escola. Apesar de tudo, ela continua ocupando seu espaço em sala de aula. *Eu prometi que quando eu voltasse pra escola eu mudaria aquele espaço, a forma com que aquele espaço lida com gente feito eu. Eu voltei depois de uns 6 anos. Quero terminar o ensino médio, alcançar outros lugares.*

Ao olhar para o ambiente escolar no presente momento, constata que *se eu sofri lá atrás e continuo sofrendo eu não vejo mudança. Pode ter com relação a uso do nome social e ao uso do banheiro que são importantíssimos, mas eu continuo apanhando, a galera continua apanhando, sendo xingada, levando curra, sendo ameaça, então se teve mudanças foram poucas.* Em Travestis, escolas e processos de subjetivação, Peres (2010) apresenta relatos de travestis e transexuais em fase adulta sobre seu período escolar e a carga discriminatória sofrida neste espaço, assim como os “efeitos colaterais” destas práticas

Durante três meses, Davi vendia água no litoral de São Paulo. Na época já não estava em sala de aula. O afastamento se deu por uma confluência de fatores: não sabia lidar com as transformações corporais, falecimento na família, desrespeito entre os colegas. *Eu não queria ir pra escola, não dormia direito. Só dormia na escola, foi aí que eu reprovei. Eu me senti meio estranho.*

Retornou a instituição de ensino no intuito de se formar e ingressar numa faculdade, motivado pelo sistema de cotas. Concluir o ensino básico também lhe daria melhores

condições para competir no mercado de trabalho, por isso considera a escola como *segunda casa, onde se aprende tudo*. E onde se é capaz de ensinar também. Por diversas vezes, corrigiu uma professora que insistia em lhe tratar no feminino. Quando a secretaria imprimia uma listagem contendo seu nome civil, prontamente arrancava o papel e dava as instruções necessárias para que o erro fosse corrigido.

Apesar de se considerar antissocial, naquela unidade de ensino aprendeu o valor da amizade: *Eu só tenho um amigo. Às vezes ele me dá carona, a gente sai pra lancha, troca segredos. Ele me ajuda bastante. Quando alguém vem caçoar, ele diz: deixe ele, é ele e cabou. Ele meio que me defende*.

Para Felipe, a escola também é sinônimo de espaço de aprendizado e pretende adquirir os conhecimentos necessários para seguir carreira militar. Por um curto período de tempo, trabalhou como vendedor de uma ótica da cidade e não teve problemas em conciliar emprego e estudos por conta da proximidade entre os espaços. Com relação a outros homens trans no mercado de trabalho, considera que *é preciso ter muita coragem pra enfrentar isso, sabe? Porque, querendo ou não, a gente tá saindo todo dia de casa sem saber se vai voltar pra casa, se vai acontecer alguma coisa na rua, aí muita gente tem medo*.

O conflito com os pais ocorrido na adolescência foi fator crucial em suas reprovações. *Sempre fui tranquilo na escola. Meu problema sempre foi mais em casa do que na rua, pelo fato de ser homem trans. Eu sempre fui de resolver minhas coisas na escola. Minha mãe quando soube do meu nome social ela não gostou*.

As “tias da merenda” são as melhores pessoas para se “trocar uma ideia”, *bem melhor do que os professores que estudaram tanto e não entendem a gente*. A terapia hormonal lhe aproximou ainda mais destas mulheres: *Eu nunca fui de comer bem, sempre era aquela frescurinha. Aí depois que eu comecei a tomar hormônio comecei a comer coisa que, tipo, eu olhava assim e fazia eca, vou comer não. Aí agora comecei a experimentar e começou a mudar de uma certa forma, agora tô me alimentando bem melhor e as tias sempre tão me dando uma coisa ou outra pra comer*.

Escola enquanto sinônimo de obrigação. Esta foi a definição dada por Fernando, afinal *se a gente não estudar, não consegue emprego e nem entrar na faculdade*. O sobrevivente já chegou a trabalhar em uma farmácia no período de férias, sendo demitido após ser acusado de roubo. Hoje, pretende terminar os estudos e ingressar na faculdade de fisioterapia ou medicina.

Por que tu não vai trabalhar no sinal vendendo pipoca e água? Foi assim que Heitor foi interrogado por um amigo da irmã que visitava sua casa. *Eu mandei ele tomar no cu, ir*

fazer os programas dele em Boa Viagem e me deixar em paz. Toma vergonha na tua cara, tu nem trabalha. A frase dita por sua mãe reforçou essa cobrança. Como resposta a esse ambiente hostil, o sobrevivente desabafa: Tu acha que eu quero ficar nesse inferno? Vou alugar ou comprar um quartinho e tá bom demais. Depois vou ajeitando minha vida. Olha desde muito cedo meu plano é arrumar um trabalho.

Inscrito no Programa Jovem Aprendiz, nunca foi chamado para participar de qualquer processo seletivo. Caso fosse necessário trabalhar no horário de aula, afirma que trocaria de turno sem pensar duas vezes. A ânsia pela empregabilidade deriva, em grande parte, pela possibilidade dos conflitos familiares. *Minha irmã me odeia desde que eu nasci. Ela quer me fazer que eu me mate, quer que eu me jogue na frente do carro e quer que minha mãe me odeie também. Tudo ela fala que eu vou matar minha mãe. Só que eu vou matar como, porra? Só porque eu fumei maconha? Porque eu fumei um cigarro vou tá matando a minha mãe? É assim a minha vida, eu não saio de dentro do quarto.*

Aos sete anos de idade, Heitor tentou cometer suicídio pela primeira vez: se jogou na frente de um carro. Algum tempo depois, cortou os pulsos. Começou a faltar as aulas. Não queria encontrar pessoas, não queria falar, não queria ouvir ninguém. Reprovou. Duas professoras se aproximaram dele prestando auxílio. *No momento difícil que eu estava passando, elas me ajudaram, fizeram de tudo pra me ajudar. Conversaram, aconselharam, tiveram paciência. Isso foi importante. Disseram que eu tinha um futuro profissional pela frente.*

Apesar do “socorro”, a pressão se tornava cada vez maior e com ela a automutilação e o uso da faixa para disfarçar. *Quando cheguei na quadra a professora disse: tentou se matar foi? Tem que cortar o gogó. Ai eu respondi: se eu perguntei, eu “cegue”. O conflito com a professora de educação física era antigo. Na hora das atividades esportivas a divisão era por gênero. A professora ficava puta comigo. Eu ficava do lado dos meninos e ela não queria. A gente ficava discutido, ela dizia: não vou começar o jogo até ela ir pro outro lado, se não for as meninas vão perder ponto. Eu: depois tome no rabo. Depois, ela começava assimmesmo.*

Heitor chegou a pensar em seguir a carreira de cantor. *Tive essa ideia após minha apresentação de inglês. Eu só cantei uma música de Ed Sheeran que minha professora escolheu. Eu nunca tinha escutado ela e depois que eu fui ver a tradução me identifiquei numa parte que diz: o amor dói, o amor pode doer muito. Eu me identifiquei com essa frase e não esperava ser escolhido pra representar a minha sala. No presente momento, o*

sobrevivente pretende se dedicar aos estudos e ingressar na carreira de jornalismo. Considera a escola um lugar de ensinamento para vida.

Janaína trabalhava manhã, tarde e noite. Não tinha hora. *Na prostituição era assim, até bêbada eu ia.* Inicialmente, revezava-se entre a avenida e a sala de aula. Insultos, pedras, violências cotidianas. O corpo não suportou tamanho desgaste. Parou de estudar. *Muitos homens diziam que eu era bonita, inteligente. Tinha homem que a gente saia pra conversar. Alguns eu não saia pra transar não, eu vomitava. A vida se tornava cada vez pior e me dei conta de que era hora de parar e de tomar outro rumo.*

Decidiu voltar para sala de aula. Seguiu o conselho de uma amiga travesti: *a gente trans tem que fazer faculdade pra ser alguma coisa na vida.* Pretende cursar enfermagem, sugestão de um cliente que era cirurgião e que, por vezes, lhe ensinou algumas técnicas. Hoje, vende jogo do bicho em uma banca e não enfrenta problemas quando o assunto é conciliar trabalho e estudo: *é bom porque distrai a minha mente.*

Maria trabalha há 4 meses na secretaria de saúde do município, *oportunidade única que o prefeito da cidade me deu. Ele disse que se acontecer qualquer coisa feia eu devia comunicar.* Pensou que não seria bem recebida por ser transexual, mas sente-se acolhida no espaço. Além de trabalhar na limpeza, dá aula de danças no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Um paciente acabou se apaixonando por ela que manteve sua postura profissional: *ele confundiu as coisas, eu trato bem todo mundo e não faço isso com outra intenção.* A carga de trabalho no CAPS juntamente com os ensaios dos grupos de dança interferem no seu desempenho escolar. Constantemente falta as aulas e deixa de entregar trabalhos para nota. Ainda assim, reconhece a importância dos estudos ao afirmar que *a escola é tudo. Sem ela não somos nada.*

Rosa também enfrentou uma série de dificuldades ao tentar conciliar trabalho e estudo. *Eu passei vinte e seis anos afastada do âmbito escolar. Primeiro porque tinha trabalho, curso de cabelo e eu não conseguia dar conta. Depois, quando eu comecei a minha transição, eu dizia que a escola não é um lugar pra mim. A aceitação era péssima: bichinha, franguinho, gayzinha. Era o tempo todo. E eu escutando isso do sujeito? Ninguém merece.*

O cansaço do trabalho e o desrespeito escolar lhe afastaram da sala de aula. O retorno financeiro lhe trouxe a tão sonhada prótese de silicone. Na época, tinha acabado de completar trinta anos. *Eu coloquei o silicone industrializado por que eu não encontrei a mama que eu queria. Foi com uma bombadeira, tu sabe como é. Ela foi na minha casa. Eu ainda morava com minha mãe na época e ele tá aqui bem bonzinho, lindo, maravilhoso, durinho. Agora, já fiz todos os exames e vi que tá tudo direitinho, não tem problema nenhum.*

No Hospital das Clínicas tem tudo, a gente precisa aproveitar e se jogar. E eu sou uma pessoa que gosto de cuidar muito da minha saúde.

Veio a crise financeira. Eu tava vendo que só cabelo não tava dando mais pra eu me auto sustentar. Então, eu disse: não, eu quero uma outra profissão. Aí voltei pra escola. Já sabia da política do nome social e quando eu cheguei aqui fui acolhidíssima. Hoje eu faço parte de uma escola em que todas as pessoas trans devem estudar. Antes eu não aconselhava ninguém. Hoje é ótimo, de professor, da limpeza a gestão, os alunos. Porque quando os alunos veem os professores respeitando, eles automaticamente vão nos respeitar porque eles são formadores de opinião. Os professores são formadores de opinião. Então, o alunado inteiro trata a gente no feminino.

Após a entrevista, Rosa passou por uma situação desconfortável na escola. Enquanto se dirigia ao bebedouro foi alvo de insultos por dois estudantes que circulavam pelo pátio. O caso foi informado a gestão escolar que expulsou os jovens da escola. No momento da saída, dirigiram palavras em tom de ameaça a Rosa que rebateu: *não saí da minha casa para escutar gracinha desse povo. Tenho medo de maloqueiro, não!*

A sobrevivente considera a escola uma realizadora de sonhos. *Eu defino isso nesse momento que eu estou passando. É um outro mundo.* Atualmente, o sonho da sobrevivente é, além de continuar trabalhando no salão de beleza, cursar Serviço Social estreitando os laços com as políticas públicas destinadas a mulheres trans e travestis.

Valentina trabalha como costureira em sua própria residência. Enquanto desenhava sua roupa de formatura, afirmou que *escola é onde eu vou terminar meus estudos. Não tem nada que me agrada.* “Desistiu” de estudar por quatro vezes. *Na minha 2ª, 3ª série, 4ª por aí já colocaram placa de viadinho na minha cadeira, já colaram também nas minhas costas fingindo que iam me abraçar. Eu dizia aos diretores e aos professores e eles diziam pra eu não ligar, liga não, é só brincadeira. Era uma brincadeira que me magoava, que me deixava triste. Eu desisti muitas vezes por causa disso, já era pra eu ter terminado a muito tempo.*

Aos poucos, percebeu que as coisas estavam mudando e que precisava terminar os estudos. *Eu ia ser uma bicha que estuda eternamente ou uma travesti cabeleireira? Eu não quero. Eu quero trabalhar e mostrar pros outros que gay, trans, travesti podem ser, sim! Travesti vai ser só cabeleireira ou prostituta? Das duas, uma? Pois foi isso que minha tia que mora na Itália me disse: você vai ser prostituta ou cabeleireira? Eu disse que ia ser professora de educação física, aí ela disse que eu pra ser professor tava muito gordinho.*

Ao serem questionados/as acerca do significado da escola, os/as sobreviventes reconhecem os valores positivos da escolarização em suas vivências. Há um consenso nas

respostas em relação ao acesso à educação enquanto plataforma para outras possibilidades de trabalho e de melhoria de qualidade de vida, compreendendo o processo de escolarização como uma forma de mudar de vida, de reconhecimento social, de conquistas materiais e realização profissional.

Notas Transitórias

Era o derradeiro dia. Com esta doce ilusão, encarou a responsabilidade de escrever as últimas palavras após um exaustivo expediente de trabalho. Tinha visitado duas escolas, estabelecendo diálogos sobre gênero, sexualidades e cinema. Ao voltar para casa, uma amiga de profissão comentou o quanto estava estarecida com o grau de violência simbólica direcionado àquele corpo. Dedos apontados, cochichos, risadas, estranhamentos. Difícil, né?

Nada fora do habitual. Respondeu sem esboçar qualquer sentimento. Só cansaço.

No celular, milhares de mensagens e nenhuma disposição para respondê-las. Não deveria ter faltado a sessão com o psiquiatra. No encaminhamento que deveria ser entregue ao profissional havia uma observação: pensamentos suicidas. Contraditoriamente, estava em frente ao notebook tentando finalizar um texto sobre vivências. Sobrevivências.

Segundo Vergueiros (2016), quando uma pessoa trans se sente posicionada como interlocutora intelectual e política, ao invés de objeto referenciado em terceiras pessoas, o diálogo flui melhor. Foi assim que, após ser entrevistada inúmeras vezes sem qualquer retorno ou respeito acadêmico, tomou para si a responsabilidade de ocupar este outro lugar. Produções marginais de mendigos, putas, pretas e travestis que fraturam a universalização no “nós” brasileiro foram recorrentemente consideradas como crime, obscenidade ou falta de sofisticação (LUSTOSA, 2016).

Sujeitos com identidades de gênero variadas (travestis, mulheres trans, homens trans) sobrevivem a aniquilamentos e discriminações cotidianas, opressões que se entrecruzam nas diversas dimensões. Como emaranhado de fios aparentemente soltos, viver ou simplesmente existir são tecidos junto a tramas de violência que atravessam o texto e a vida: no terraço de casa, no pátio da escola, no banheiro, na admissão do serviço público, na cadeira do ônibus.

A diferença que marca determinados corpos é mobilizada como forma de produção de desigualdades e apagamento de singularidades. Precariedade social com suas diversas faces: nas relações familiares, escolares, no mercado do trabalho, no acesso aos serviços públicos e na própria condição de existir.

Assim, o primeiro capítulo foi um convite a pensar sobre tais questões a partir de personagem (ou personagens?) que sequer tinha/m nome/s, mas que pode/m ser bem conhecido/s do público leitor. Neste retrato, narrativas que outrora não despertava atenção

dos círculos acadêmicos dialogam com pensadoras e pensadores que repensam o corpo a partir de outros lugares. É nele que também se encontra a metodologia em diálogo constante com a proposta de pesquisa direcionada pelo problema (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013). Autorretratos. Narrativas. Imagens. Escritas. São desejos de se situar na fresta da vida, de sentir o que é vivo, o que tem movimento.

No decorrer da pesquisa, 12 estudantes transgêneros/as da Educação de Jovens, Adultos e Idosos foram entrevistados/as. A convivência com estes corpos e o desejo de se posicionar diferentemente de alguém que observa ratos em laboratório possibilitou ressignificar a própria lógica do corpus: não se trata apenas de pesquisa, mas de algo que é dotado de carne, osso, coração, sentimento, dores, risos, medos e que, apesar de tudo, ainda sonha com coisas tão distantes quanto a neutralidade científica.

Foi nos bares, praças, salas, botecos, mensagens virtuais, pátios e assentos de automóveis onde acabou se dando conta de que “posições de sujeitos e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas” (BRAH, 2006, p. 361). Caminhando em direção aos/as outros/as, se viu num caminhar para si.

Próximo passo. O capítulo 2 deriva do esforço de compreender como as disputas e embates discursivos em torno das políticas de gênero e diversidade sexual foram se constituindo à luz da história e como atravessaram (e atravessam) a trajetória de travestis e transexuais. Da urgência de respostas pedagógicas a epidemia da AIDS a partir do estímulo do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde na década de 90, passando pelo compromisso assumido junto a organismos internacionais que resultaram na elaboração de programas (PNDH-I, PNDH-2, PNDH-3) e entidades (Conselho Nacional de Combate à Discriminação) até os impasses na construção dos planos de educação e da Base Nacional Comum Curricular, não houve espaço para consensos. E nunca haverá.

Se, por um lado, nas últimas décadas houve o fortalecimento de programas e ações voltadas para estas discussões no ambiente escolar (espaços formativos, campanhas educativas, materiais pedagógicos), os movimentos reativos responderam a este avanço disseminando o pânico moral ao associar determinados significados (defesa da pedofilia, destruição da família, incentivo à sexualidade precoce) a uma suposta ideologia de gênero. Em tempos de governo reconhecido pelo tom fascista, pesquisar sobre estas disputas discursivas é urgente e necessário.

Lançar um olhar sobre os sentidos das experiências escolares transgêneras na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) da rede pública de Pernambuco, é refletir sobre

os dispositivos pedagógicos que atravessam tais experiências, assim como as formas de agência desenvolvidas por estas/es estudantes.

As formas de auto representação destes/as sobreviventes contidas no capítulo 3 apontam para a dificuldade de enquadrar uma identidade a partir de determinações fixas e comuns a todos os sujeitos supostamente semelhantes. Como sugere Bento (2008), a transexualidade trata-se de experiência, e não de uma identidade unívoca, fixa, homogênea. Hall (2006) e Silva (2005) compreendem identidade enquanto descentrada, desarticulada, instável e, principalmente, impossível de ser determinada por alguma característica fixa. Prova disto é que, no processo de reconhecimento identitário, o estereótipo “homem preso no corpo de mulher” ou “mulher presa no corpo de homem”, não se fez presente em todas as narrativas ainda que tal perspectiva essencialista também tenha emergido em alguns casos.

As representações sobre masculinidade e feminilidade se regularizam nos discursos que circulam e são reconhecidos como legítimos, sentidos que estão presentes na formação que as famílias e as instituições de ensino ofertam às crianças e adolescentes definindo no corpo uma série de regras e normas estagnadas como metas a serem alcançadas. Quando os sujeitos se reconheceram enquanto travesti ou transexual, família e escola foram evocados enquanto instituições que potencialmente violentaram estes corpos.

A imposição de um modelo de subjetividade corretiva do corpo pelo espaço escolar em diferentes épocas foi algo recorrente nas entrevistas. Xingamentos, insultos e perseguições são denominadas por Junqueira (2010) de “pedagogia do insulto” e se constituíram, muitas vezes, enquanto estratégias de controle social no cotidiano escolar relativas à transgeneridade, assumindo várias caras, cargos e posturas, sendo um estímulo ao processo de “evasão” e distorção idade/série.

As tensões advindas dos contextos escolares no reconhecimento destes corpos por vezes naturalizaram práticas discriminatórias, compondo cenas de negação de direitos. Desrespeito ao uso do nome social, proibição de usar o banheiro de acordo com a identidade de gênero e ausência de discussões relativas a vivências destes corpos simbolizam a naturalização da violência e se constituem enquanto práticas de vigilância da operação do corpo. O conceito de violência aqui exposto estabelece relação com as diretrizes que determinam os corpos dentro da condição humana como algo vivível ou invivível, no qual o corpo se insere como fenômeno social dentro da esfera pública.

Além do mencionado quadro de violência, os conflitos familiares e a dificuldade em conciliar emprego e estudo contribuíram para que os/as sobreviventes “abandonassem” a escola. O que comumente é visto como evasão trata-se de um processo de expulsão indireta,

afinal a saída não é meramente voluntária, mas resultado de uma imposição sofrida por condições adversas.

Retornar ao espaço que lhe foi inóspito em diversos momentos se tornou possível a partir do reconhecimento da educação formal enquanto locus privilegiado do saber e instrumento de ascensão social e econômica, especialmente para àqueles/as que aspiram ingressar no Ensino Superior. De maneira geral, os/as estudantes que procuram a EJAI para retomar seus estudos são pessoas de classe trabalhadora, vivendo grande parte delas de subemprego ou desempregados, a exemplo da maioria dos/das nossos/as sobreviventes.

A política de uso do nome social também foi relevante neste processo de retorno: do ponto de vista normativo, representa o respeito institucional ao nome e identidade de gênero reivindicada pelo sujeito, direito este que outrora lhe fora negado.

Apesar da preponderância de experiências negativas entre os/as sobreviventes, a instituição escolar também se apresentou enquanto espaço de possibilidades. Foi no ambiente escolar que habilidades artísticas foram desenvolvidas, relações afetivas com diversos sujeitos se tornaram possível, a fome foi momentaneamente saciada e a aceitação/reconhecimento identitário ainda que condicional e precário se fez presente. A escola pode também ser espaço a partir do qual se constroem outros padrões de aprendizagem, convivência e produção de conhecimento, sobretudo se forem ali subvertidos ou abalados valores, crenças, representações (JUNQUEIRA, 2009).

Desta forma, os/as sobreviventes em suas narrativas relataram o desencadeamento de processos de subversão e de abalo de valores, normas e crenças através de formas de agência que, intencionais ou não, interpelam a regularidade discursiva cisnormativa dos currículos escolares. Os sinais de fissuras na cisnormatividade se fazem presente a partir dos relatos de enfrentamentos e lutas por seus direitos nas instituições de ensino; pelo respeito ao nome social, à utilização do banheiro e de indumentárias de acordo com a identidade de gênero e na forma como a presença destes corpos podem desencadear novas perspectivas. Partindo da perspectiva transfeminista, a soma das pequenas revoltas irá desestabilizar o sistema normativo de gênero tal como é conhecido.

Se o direito de pertencer e permanecer nesses espaços foi marcado por embates constantes entre estudantes e comunidade escolar, a luta por suas demandas e pelo reconhecimento da diferença possibilitam disputas e produções de outros sentidos em torno dos significantes gênero e sexualidade.

Ainda que a maioria reconheça que o tratamento dado pela escola a travestis e transexuais tenha melhorado de forma significativa, o anseio por maior acolhimento foi geral,

sendo necessária a ampliação práticas pedagógicas que tragam seus corpos e vivências para o âmbito da sala de aula possibilitando assim outras construções acerca da transgeneridade. Apesar de gênero ser um dos eixos norteadores do Currículo de Pernambuco, a discussão se mantém distante da formação e prática pedagógica conforme apontam os relatos. Fica a cargo do/a docente e de seu conhecimento e “boa vontade” em relação a temática, ou seja, o Estado atribui ao sujeito a responsabilidade pela discussão sem fornecer os subsídios necessários e, desta forma, a transgeneridade permanece às margens do currículo.

Os/as sobreviventes se alimentam de outros desejos e sonhos: reivindicam representatividade no campo da educação onde travestis e transexuais possam assumir cargos de direção, supervisão e regência escolar. A partir das experiências escolares de travestis e transexuais é possível dar visibilidade a complexa rede de saberes e poderes presentes em sua subjetivação.

Ocupar espaços. Em relação aos de sociabilidade, estes têm importância para a constituição de sujeitos transexuais e travestis. Por isso, para além dos muros da escola, foi necessário enveredar por outros caminhos no intuito de compreender como estes corpos olham a cidade e como o espaço devolve este olhar.

Travestis e transexuais vivem num medo constante de serem “descobertas/os” enquanto transitam pela via pública, considerando o grau de extermínio de quem se encontra fora dos papéis socialmente estabelecidos. A partir da reflexão sobre o trajeto até a instituição de ensino, o cheiro que a escola possui, as crenças religiosas e como os/as sobreviventes se divertem é possível perceber que o direito à educação encontra-se intimamente ligado ao direito à cidade.

E hoje? Como estão “nossos/as” sobreviventes?

Atualmente, Benedita é estudante de licenciatura numa universidade privada. Valentina concluiu os estudos e se mudou para outra cidade em busca de melhores condições de vida. Entre “bicos de emprego” e com ajuda financeira de pessoas próximas, Davi tem “juntado uns trocados” no intuito de se mudar para casa da sua namorada em Brasília, levando na mala sua ficha 19 contendo o nome social. Através das narrativas, fica evidente o quanto políticas educacionais ainda que demarcadas por precariedades tiveram importância na trajetória escolar destes sujeitos.

Valentina terminou os estudos e se mudou para outra cidade. Seu sonho é conseguir um emprego e ingressar no ensino superior. Davi quer “juntar uma grana” para viajar até Brasília, terra onde mora sua namorada. Na mala, além da enorme saudade levará sua ficha 19 contendo o nome social, afinal quem sabe não consegue arrumar um emprego e se casar com

o amor da sua vida? Benedita é estudante de licenciatura numa faculdade privada. A mensalidade é paga com o dinheiro que consegue arrecadar com shows alternativos e performances.

Heitor pediu transferência para outra unidade de ensino assim como Fernando. Celeste e Elizabeth frequentam pontualmente a escola e correm o risco de “perder mais um ano letivo”. Maria deixou de ir à escola em virtude da dificuldade de conciliar trabalho e estudo. Felipe, Janaína, Renato e Rosa não perdem um dia de aula e sonham com a formatura. É preciso refletir como o já anunciado desmonte da política educacional voltada para as questões de gênero e sexualidades vão incidir na trajetória destes sujeitos que regressaram ao espaço escolar em tempos de “educação inclusiva”. Assunto para, quem sabe, futuras pesquisas.

Quem houver de buscar nestes escritos soluções ou caminhos para superar a transfobia educacional num país que historicamente rega sua terra com sangue de corpos dissidentes sentirá profunda decepção. De Xica Manicongo a Dandara, passando por Lourival Bezerra que, em reportagem exibida num programa de grande audiência televisiva, teve sua transmasculinidade associada a charlatanismo, a pátria mãe gentil tem assumido posição seletiva quanto à sua prole.

As páginas aqui compostas nada mais são do que reflexões de alguém que sobreviveu para contar histórias de outros/as sobreviventes, passo significativo tendo em vista o histórico epistemicídio acadêmico que se aprofunda num cenário político marcado por escândalos, discursos de ódio e desmontes de políticas públicas voltadas para questões de gênero e sexualidades. Cada vez se torna mais difícil (e urgente) sobreviver para contar algo na universidade pública.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

ALVAREZ, S. E. "A 'globalização' dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio". In: Sônia E. ALVAREZ; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. p. 383-426

AMANAJÁS, I. **Drag queen: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas**. Revista Belas Artes, São Paulo, n. 16, set-dez/2014. Disponível em: <<http://www.belasartes.br/revistabelasartes/?pagina=player&slug=drag-queen-umpercurso-historico-pela-artedos-atores-transformistas>>. Acesso em 06 jul. 2019.

ARARUNA, M. L. F. B. **O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos**. *Periódicus – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades*, v. 1, n. 8, p. 133-153, nov. 2017-abr. 2017.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

ANTUNES, P. P. S. **Travestis envelhecem?** Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2010.

ANZALDÚA, G. E. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo". *Revistas Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 1. sem. 2000.

ARAN, M.; MURTA, D.; ZAHNHAFT, S. **Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva**. *Psicol. Soc.* vol.20, n1, Porto Alegre: 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n1/a08v20n1.pdf>> Acesso em: 24/07/2019

ARROYO, M. G. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, A. G. C.; GOMES, N. L. (Orgs.) *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

AUAD, D. **Escola, masculinidade e feminilidade: assimilação e resistência de meninos e meninas aos papéis sexuais**. Tese de doutorado – Programa de Pós Graduação em educação da Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 2004.

ÁVILA, S. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**. Tese de doutorado, Ciências Humanas, UFSC, 2014.

ÁVILA, S. **Transmasculinidades: a emergência de novas identidades políticas e sociais**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Plural, 2014.

BADEROON, G. “Gender within Gender”: Zanele Muholi’s Images of Trans Being and Becoming. *Feminist Studies*, College Park, v. 37, n. 2, p. 390 – 416, 2011.

BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENEDETTI, M. R. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 103, de 25 de outubro de 2012**, (Projeto de Lei n. 8.035, de 2010, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República. Aprova o Plano Nacional de Educação.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3)** /Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ed. Ver. Brasília, SEDH/PR, 2010.

BRASIL. **Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH I)**. 1996. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/index.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BRASIL. **Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH II)**. 2002. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndhII/Texto%20Integral%20PNDH%20II.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Secretaria Especial Dos Direitos Humanos. 2009.

BRAH, A. “**Diferença, diversidade, diferenciação**”. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 26, p. 329-376, jan/ jun. 2006

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

BENTO, B. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549, jan. 2011. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BENTO, B. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008 (Coleção Primeiros Passos)

BENTO, B. **O que pode uma teoria? estudos transviados e a despatologização das identidades trans.** Revista Florestan, n. 2, p. 46, 2014

BERGSON, H. **Matéria e Memória.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOURRIAUD, N. **Estética Relacional.** São Paulo: Martins Fontes, 2011a.

BRITO, C. P. (2016). **“Já é negro e ainda quer ser travesti?” – Experiências trans de mulheres negras.** Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, BA, Brasil.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'.** Em Louro, Guacira Lopes (Org.), O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade (Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, pp. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.13-53, 2015.

CAHUN, C. **Heroínas.** Rio de Janeiro, RJ: Editora A Bolha, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Estud. av. [online]. 2003, vol.17, n.49, pp.117-133. ISSN 0103-4014.

CARVALHO, Mario and CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Sex., Salud Soc. (Rio J.) [online]. 2013, n.14, pp.319-351. ISSN 1984-6487. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200015>.

CERQUEIRA, R. M.: **Nome social: Propósito, definição, evolução histórica, problemas e particularidades.** Revista Jus Navigandi. Teresina, ano 20, n. 45219, 2015.

COHEN, J. J. **A cultura dos monstros: sete teses.** In: Pedagogia dos Monstros - os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. SILVA, Tomaz T. (org.).Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

COSTA, D. F., Bartmann, M. M.,Biazus, C. B., & Mucenecki, T. F. (2014). **As implicações do “modelo normativo de aluno” para as práticas homofóbicas na escola.** Vivências: revista eletrônica de extensão da URI, 18 (10), 57-66

COX, L. **Não sou eu uma mulher.** Tradução: Tatiana Nascimento. 2009. Disponível em: <<http://lavernecox.com/gender-studies/aint-i-woman>>. Acesso em 29 jul. 2019. Pdf

- CRUZ, E. (2011). **Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola**. *Psicologia Política*. 11(21), 73-90.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DELEUZE; Gilles. PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- DELORY-MOMBERGER, C. **A condição biográfica: ensaios sobre a narrativa de si na modernidade avançada**. Tradução Carlos Galvão Braga, Maria da Conceição Passesggi, Nelson Patriota. NatalRN: EDUFRN, 2012
- DESLANDES, Keila. **Formação de professores e Direitos Humanos: construindo escolas promotoras da igualdade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Ouro Preto-MG: UFOP, 2015
- DUBOIS, J. **Dictionaire de la langue française:lexis**. Paris:Larousse,1994.
- DUTRA, E. **A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica**. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 2002.
- FLUSSER, V. **Ensaio sobre a fotografia: para uma filosofia da técnica**. Lisboa: Relógio d'água, 1998.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANCO, N; CICILLINI, G. A. **Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 325-346, maio 2015. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/38860>>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- GARCIA, M. R. V. **Dragões: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda**. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007
- GONÇALVES, R. B. **“Religião e representação política: a presença evangélica na disputa eleitoral brasileira”**. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 116, 2011.
- GUITZEL, V. **Poesias trans: a arte da resistência II**. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Poesias-TRANS-A-arte-da-resistencia-II>. Acesso em: 03 de mar. 2019.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2011.
- HARVEY, D. **The right to the city**. *New Left Review*, v.53, set-out. 2008.
- HISSA, C. E. Viana; NOGUEIRA, M. L. M. **Cidade-corpo**. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.54-77, jan/jun. 2013.
- HOOKS, B. **Outlaw culture: resisting representations**. New York, London: Routledge, 1994

JESUS, J. G. **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos**. 1. ed. Goiânia: Ser-Tão - Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade / UFG, 2012. v. 1. 42p.

JOVCHELOVITCH, S; BAUER, M. W. **Entrevista Narrativa**. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.p. 90-113.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia nas escolas: um problema de todos**. In: Rogério Diniz Junqueira (Org.), Diversidade Sexual na escola: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KAHLO, Frida. The diary of Frida Kahlo: na intimate self-portrait/introduction by Carlos Fuentes. New York: Harry N. Abrams, 2005.

KOYAMA, E. **Transfeminist Manifesto**. In: Catching a Wave: Reclaiming Feminism for the Twenty-First Century. [s.l], Northeastern University Press, 2003.

LARROSA, J. **Notas Sobre a Experiência e o Saber da Experiência**. Revista Brasileira de Educação, Belo Horizonte, n. 19, p. 20-28. Jan./abr. 2002

LACLAU, E; MOUFFE, C. **Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LANZ, L. **Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser**. Periódicus, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out.2016. Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades. Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. ISSN: 2358-0844

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

LEHNEN, Jeremy. **Machos em crise? A masculinidade nos romances de Daniel Galera**. In: BARBERENA, R; DALCASTAGNÊ, R. (Orgs.). Do trauma à trama: o espaço urbano na literatura contemporânea. Porto Alegre: Luminara Editorial, 2015, p. 273-300

LIMA, M. L. & ALVARENGA, E. (2012). **O banheiro de Nayara: a escola e suas tecnologias heteronormativas**. Artíficos: Revista do Difere. 2(4), 1-13.

LOURO. G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: América, 2008.

LOPES, J. C. **Elza Soares: vida e obra sobre o olhar da fonoaudiologia**. Doutorado em Fonoaudiologia – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2018.

LUSTOSA, T. **Manifesto traveco-terrorista**. Revista Conchinitas. Rio de Janeiro, ano 17, vol. 01, nº28, set/2016.

MACEDO, E. **A diferença nos PCN do ensino fundamental**. In: LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth. Políticas de Currículo em Múltiplos Contextos. São Paulo: Cortez, 2006.

MACEDO, E. **Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural**. Revista Brasileira de Educação. v. 11, n. 32, maio/ago, 2006.

- MACHADO, P. S. **O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural.** Cad. Pagu [online]. 2005, n.24, pp.249-281. ISSN 0104-8333.
- MASCARENHAS, J. A. de S. **A tríplice conexão: machismo, conservadorismo político, falso moralismo.** Rio de Janeiro, 2 AB Editora, 1997.
- MASIERO, L. M. **Cirurgia de redesignação sexual no Brasil: rostos e corpos buscando uma identidade.** Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 12, n. 18, 10 set. 2018.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde.** 2a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- MISKOLCI, R. **Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”** Cad. Pagu [online]. 2018, n.53, e185302.
- MISKOLCI, Richard and CAMPANA, Maximiliano. **“Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo.** Soc. estado. [online]. 2017, vol.32, n.3, pp.725-748. ISSN 0102-6992.
- MISKOLCI, R.. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.
- MUYLAERT, C. J. et al. **Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 48, n. spe2, p. 184-189, 2014.
- OLIVEIRA, A. L. A. R. M; OLIVEIRA, G. G. S. **Novas tentativas de controle moral da educação: conflitos sobre gênero e sexualidade no currículo e na formação docente.** Educação Unisinos, São Leopoldo, RS, v. 22, n. 1, p. 16-25, jan./mar. 2018
- OLIVEIRA, A. L. A. R. M. **O discurso pedagógico pela diversidade sexual e sua (re) articulação no campo escolar.** 2009. 270f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- OLIVEIRA, A. L. G. **Somos quem podemos ser: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFRN, Natal, 2015.
- OLIVEIRA, G. G., OLIVEIRA, A. L., MESQUITA, R. G. **A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, out. /dez. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade> acessado em: 04/07/2017.
- OLIVEIRA, J. M. **Rainhas, mestres e tambores: Gênero, corpo e artefatos no maracatu nação pernambucano.** Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE, Recife, 2011.
- PAIVA, J. **Os sentidos do direito à educação de jovens e adultos.** Petrópolis: DP et alli; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006
- PAIVA, J. **Direito à educação no Brasil: democratizar-se a política pública de Educação Profissional integrada ao Ensino Médio para Jovens e Adultos?** Congresso Latino Americano, Califórnia, maio de 2012.

PARKER, R. G. & Camargo Jr., K. R. de, (2000). Pobreza e HIV/AIDS: Aspectos antropológicos e sociológicos. Cadernos de Saúde Pública. 16(Suppl. 1): 89-102.

PELÚCIO, L. **Travestis, a (re)construção do feminino: gênero corpo e sexualidade em um espaço ambíguo.** Revista ANTHROPOLÓGICAS. Ano 8, volume 15, p. 123-154, 2004.

PELUCIO, Larissa. **Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti.** Cad. Pagu [online]. 2005, n.25, pp.217-248. ISSN 0104-8333.

PERES, W. S. **Travestis: subjetividade em construção permanente.** In: UZIEL, Anna Paula; RIOS, Luís Felipe; PARKER, Richard G. (Orgs.). Construções da sexualidade. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

PERES, W.S., **Travestis, escolas e processos de subjetivação.** 2010.

PERNAMBUCO, Secretaria da Mulher. **Anuário da Secretaria da Mulher: Pernambuco Melhor para as mulheres; Pernambuco melhor para todas as pessoas.** PERNAMBUCO: CEPE, 2013.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PRECIADO, B. **Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual.** São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, P. B. **Testo junkie, Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

PNDH-3, 2009. **Programa Nacional de Direitos Humanos 3.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm#art7>. Acesso em: 18 de jan. 2018.

REIDEL, Marina. **A pedagogia de salto alto: histórias de professoras travestis e transexuais na educação brasileira.** Dissertação de mestrado, UFRGS, 2013.

RIBEIRO, L. A. F. R. L., L. C. (orientador). **Deus é para todos? Travestis, Inclusão Social e Religião.** Rio de Janeiro, 2009. 159 p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ROMBA, R. M. 2015. **O Candomblé no Terreiro de Pilão Branco em São Paulo: estudo de caso sobre o impacto da religião no cotidiano de praticantes pessoas trans.** Dissertação de mestrado – Universidade Aberta do Brasil.

SABIÁ, A. P. **A fotografia performática de Claude Cahun.** Revista Digital do LAV, Santa Maria: UFSM, v. 12, n. 1, p. 55-81, jan./abr. 2019

SAMPAIO, L.L.P.; COELHO, M.T.A.D. **Transexualidade: aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde.** Interface (Botucatu) [online], v.16, n.42, p. 637-649, 2012a.

SANTOS, Dayana Brunetto C. **Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2010.

SANTOS, R. & Santos, A. (2011). **Memórias de trajetórias escolares de travestis. Educação, Gestão e Sociedade**, 1(3), 1-11.

SILVA, G. M. **Escola e sexualidade: Reflexões sobre vivências de exclusão social**. Trabalho aprovado pelo ST 51 - Gênero e sexualidade nas práticas escolares, realizada em Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Acesso em 10 outubro de 2011

SILVA, R. G. e. **Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher: Análise de Sua Institucionalização nas Escolas de Referência do Ensino Médio em Pernambuco**. 2015. 75 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio) - Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Recife, 2015. Disponível em <http://basilio.fundaj.gov.br/mp_cienciassociais/images/stories/pdf/dissertacoes/dissertacao_romulo_guedes_17.01.16.pdf>. Acesso em 17/03/2018

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, L. J. G. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TREVISAN, J. **A Frente Parlamentar Evangélica: Força Política no estado laico brasileiro**. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 581- 609, 2013.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VERDE, J. B., & Graziottin, A. (1997). **O enigma da identidade: O transexualismo** (S. Schirato, Trad.). São Paulo: Paulus. (Original publicado em 1991)

VERGUEIRO, V. **É a natureza quem decide? Reflexões trans* sobre gênero, corpo, e(ab?)uso de substâncias**. In: JESUS, J. G. d. (Ed.). *Transfeminismo: Teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. p. 19 – 41. ISBN 9788563439550.

VIEIRA, C. **Entre viver e esperar viver: corpo e identidade na transição de gênero de homens trans**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), UFRN, Natal, 2015.

WARHOL, A. **A filosofia de Andy Warhol: (de A a B e de volta a A)**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2008.

WEFFORT, M.F.(et. al.). **Observação, registro, reflexão**. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.

WEEKS, J. **O corpo e a sexualidade**. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ANEXOS

Tabela 1 – Caracterização das/os participantes da pesquisa quanto à idade, etapa na EJAI, região do Estado onde estuda e identidade de gênero.

Nome	Idade	Etapa na EJAI	Região	Id. de Gênero
Benedita	24	3º módulo	Sertão	Travesti
Celeste	25	3º módulo	Mata Centro	Mulher
Davi	22	3º módulo	Mata Norte	Homem Trans
Elizabeth	25	1º módulo	Mata Centro	Travesti
Fernando	20	2º módulo	Mata Sul	Homem Trans
Felipe	19	2º módulo	Região Metropolitana do Recife	Homem Trans
Heitor	16	4ª fase	Região Metropolitana do Recife	Homem Trans
Janaina	24	2º módulo	Região Metropolitana do Recife	Mulher Trans
Maria	19	2º módulo	Sertão	Mulher Trans
Renato	18	2º módulo	Região Metropolitana do Recife	Homem Trans
Rosa	42	2º módulo	Região Metropolitana do Recife	Travesti
Valentina Gabrielly Knowles	23	3º módulo	Agreste	Mulher Trans

Fonte: Santos (2019)

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- ✓ Agradecer pela disponibilidade em conceder a entrevista;
- ✓ Enfatizar a preservação do sigilo quanto à identidade individual;
- ✓ Mencionar os propósitos da pesquisa;
- ✓ Informar sobre os procedimentos e etapas posteriores;
- ✓ Obter autorização por escrito.
- ✓ Solicitar a produção do autorretrato

Parte I – Perfil do/da entrevistado/a

1. Qual a sua idade?
2. Qual a sua cidade/bairro?
3. Em sua opinião, qual a sua raça/etnia?
4. Em qual escola você estuda? E está em que série? Sempre estudou nessa escola? (Caso contrário, perguntar qual/quais foi/foram a outra/as).
5. Qual a sua identidade de gênero?
6. Qual a sua orientação sexual?
7. O que você faz nas horas vagas? Quais os lugares da cidade que você mais gosta de ir?
8. Você participa de alguma associação, movimento social, partido político ou entidade?
Se sim, me conta um pouco sobre isso.

Parte II - Auto retrato

1. Gostaria de ouvir um pouco sobre você a partir do seu auto retrato. Como você se sentiu durante a produção dele?
2. Como você apresentaria a pessoa retratada? Quem é esta pessoa, quais suas qualidades, defeitos, sonhos, medos, desafios, projetos de vida.
3. Tem alguma coisa que gostaria de mudar neste auto retrato? Se sim, o que seria?

Parte III - Projeção

1. Dos retratos que compõe a exposição qual te chamou mais a atenção? Fala um pouco sobre ele.
2. E qual o que você menos gostou? Tem algum motivo especial?
3. Se você pudesse adicionar um retrato nessa exposição de quem seria? Conta um pouco sobre essa pessoa.

Parte IV– Aprofundando a apresentação

Gostaria de saber um pouco mais sobre você (...)

Família

1. Sempre morou no mesmo lugar? Caso não, qual o motivo da mudança?
2. Mora com alguém? Se sim, com quem? Fala um pouco sobre essa convivência, assim como a relação com vizinhança.
3. Como tem sido a relação com tua família biológica? Com qual idade você saiu/foi expulsa/o da casa dos seus pais/parentes? Poderia contar um pouco sobre esta situação?
(*Caso não resida com a família biológica*)

Religião

1. Agora, vamos falar um pouco sobre religiosidade. Você foi criado/a em alguma religião? Possui alguma neste momento? Como tem sido sua atuação (frequência, cargos)? E sua relação com os/as outros/as fiéis?
2. Além desta religião, você frequenta outra cerimônia, culto ou celebração religiosa? Qual?
3. Existem outros/as trans ou travestis participando destes espaços? Caso sim, vocês mantêm contato? Se não, porque acha que não há?

Trabalho e Remuneração

1. Você trabalha ou já trabalhou? Caso sim, me fala um pouco sobre isso, qual (is) é/são/foram o(s) emprego (s), como é/era a tua relação com os/as colegas de trabalho, com o patrão/patroa, se tinha/tem direitos trabalhistas.
2. Existem outros/as trans ou travestis em seu local de trabalho? Caso sim, vocês mantêm contato? Se não, porque acha que não há?
3. Você conseguiu/consegue conciliar o trabalho com os estudos? Fale um pouco sobre este desafio.

Construção Identitária

1. Desde quando você se reconhece como (trans, travesti)? Conta um pouco sobre como isso ocorreu, as possíveis transformações, a reação das pessoas, como você lida com isso?
2. Você tem algum nome social? Se sim, qual o motivo da escolha? Este nome é respeitado?
3. Já fez ou faz uso de hormônios/anticoncepcionais? Se sim, começou a utilizar com quantos anos? Como teve conhecimento sobre isso?
4. Acha que teve ou tem algum problema de saúde em decorrência do uso desses medicamentos? De alguma forma, sentiu que isso atrapalhou seus estudos?

Parte V – Narrativa

1. Vamos falar um pouco sobre a sua vida escolar. Você poderia contar sobre suas lembranças desde a época da infância passando pela(s) sua(s) “saída”(s) da (s) escola (s) até o presente momento?
2. Durante nossa caminhada escolar, acontecem muitas coisas que marcam profundamente a nossa vida. Você lembra de ter passado por alguma situação que te deixou feliz, emocionadx ou agradecidx? Como foi essa história?
3. Sabemos que também acontecem coisas que nos marcam profundamente de forma negativa. Poderia contar alguma situação que te deixou triste, envergonhadx ou com raiva?

Parte VI –

Sobre Espaços Escolares, Permanências e Temporalidades

1. Em uma frase: o que a escola tem sido pra você?

2. Você lembra qual o período escolar que você mais gostou (série, fase, ano)? Comenta um pouco sobre esta época.
3. Ao longo de sua jornada escolar (série, fase, ano), lembra qual foi o período mais triste ou turbulento? Como você reagiu a este momento?
4. Há quanto tempo você ficou sem estudar? E o que te motivou a voltar para a escola? Poderia falar um pouco sobre isso?
5. Em algum momento você pensou em parar de estudar este ano? Se sim, o que levou a isso?

Sobre colegas de escola

1. Você tem amigos/as na escola? Se sim, fale um pouco sobre eles/as.
2. Existem outros/as estudantes trans e/ou travestis na escola? Se sim, como tem sido sua relação com estas pessoas? E com outros/as estudantes LGBTs?
3. Já se sentiu alvo de “piadinhas” ou “brincadeiras”? Com que frequência isso acontece e como você reage a essas situações? Como a gestão, professor/a e colegas de sala lidaram com a situação?
4. Você tem participação em algum grupo ou movimento estudantil (grêmio, time de esportes, teatro, dança)? Se sim, qual? Como era/é a sua participação? (Frequência, atuação, cargo, posição)

Sobre Gestão Escolar, Corpo Docente e Demais Funcionários

1. Como tem sido sua relação com os diretores/as das escolas por onde passou?
2. E com os/as professores/as? Consegue recordar o nome de algum/a professor/a que lhe marcou de forma positiva? Poderia contar um pouco sobre esta relação, algum momento marcante?
3. Lembra de algum/a professor/a que lhe marcou negativamente? Como era a relação entre vocês, recorda alguma situação desagradável?
4. Com relação aos/as demais funcionários/as, o que você poderia me contar sobre sua convivência com eles/as? Se sente respeitado?
5. Já se sentiu discriminado/a por parte da gestão, professores/as e/ou funcionários/as da escola? Se sim, poderia falar um pouco sobre essa situação?

Sobre Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas

1. Com relação ao uso do nome social e do banheiro, você se sente respeitada/o? Já enfrentou algum problema ou constrangimento?
2. A questão de gênero e sexualidades tem sido trabalhada nas escolas em que você estudou? Se sim, por quem? (gestão, professores/as, estudantes, outros)? De que forma?
3. Já houve alguma ação, projeto ou aula que tratou sobre travestis, mulheres trans e homens trans? Se sim, por quem? De que forma o assunto foi abordado?
4. Você identifica mudanças, ao longo do tempo, na forma de tratamento da escola em relação a estudantes trans/travestis? Se sim, a que você atribui essas mudanças?
5. Em sua opinião, o que falta para a escola acolher os/as estudantes trans/travestis de forma mais digna?

Finalizando

1. Estamos encerrando a entrevista. Tem algo que você gostaria de acrescentar?